



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

REGINA FERREIRA PINTO

**A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DO
ALUNO E SUA AUTONOMIA NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA**

Salvador
2012

REGINA FERREIRA PINTO

**A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DO
ALUNO E SUA AUTONOMIA NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção, Circulação e Mediação da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Salvador
2012

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Pinto, Regina Ferreira.

A contribuição da biblioteca escolar para a formação do aluno e sua autonomia na biblioteca universitária / Regina Ferreira Pinto. – 2012.
181 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência de Informação, Salvador, 2012.

1. Bibliotecas escolares. 2. Competência em informação. 3. Serviços de informação – Educação de usuários. 4. Leitura. 5. Bibliotecas universitárias. Barreira, Maria Isabel de Jesus Sousa. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência de Informação. III. Título.

CDD 027.8 – 22. ed.

REGINA FERREIRA PINTO

**A CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A FORMAÇÃO DO
ALUNO E SUA AUTONOMIA NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, pela seguinte banca examinadora:

Lícia Maria Freire Beltrão

Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Doutora em Filosofia Ciência da Informação pela Universidade de León,
Espanha.
Universidade Federal da Bahia

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira (Orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia

Maria Yeda F. S. Filgueiras Gomes – Suplente

Doutora em Ciências da Informação e Comunicação pela École des Hautes
Études en Sciences Sociales, Paris, França
Universidade Federal da Bahia

Valéria Aparecida Bari

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal de Sergipe

Salvador, 5 de novembro de 2012.

A minha mãe, Isaltina Ramos Ferreira Pinto, pela sua dedicação e por dividir-me no momento tão especial do seu estado de saúde.

As minhas tias Maria Luiza (in memorian), Áurea Mariana (in memorian), Marina Pinto (in memorian) e Catarina por doar-me parte de suas vidas.

A Lula (Tia Luzáurea), especialmente, pelo seu exemplo e compromisso com a educação, dando-me "régua e compasso" para compreender que educação é coisa séria.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela proteção e força nos momentos difíceis da minha caminhada!

Ao Instituto de Ciências da Informação (ICI), carinhosamente, aos Professores Doutores do PPGCI, que desenvolveram esforços para a nossa percepção sobre o conhecimento científico na sociedade da informação.

À minha Orientadora, Professora Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, pela indispensável orientação, dedicação e esforço para que este trabalho fosse concluído.

Aos Colegas do mestrado – turma de 2010.1 – pela agradável convivência.

À Professora Doutora Lícia Maria Freire Beltrão da Faculdade de Educação da UFBA, a quem admiro e agradeço pelas sugestões, ensinamentos criativos e comprovados sobre as diversas possibilidades de sentido entre a leitura, o livro e a biblioteca.

À colega e bibliotecária Chefe da Faculdade de Educação da UFBA, Sônia Chagas Vieira, Mestra, sempre disponível e dedicada nas sugestões e orientações para que fosse feito o melhor! Acompanhando a minha trajetória com a sua competência no fazer da Ciência da Informação. Meu agradecimento afetuoso e sincero!

À colega Maria Auxiliadora da Silva Lopes, também bibliotecária da Faculdade de Educação da UFBA, pelo carinho inestimável com palavras amigas e encorajadoras, sempre pronta a colaborar. Agradeço à sua contribuição.

Às Colegas da Biblioteca Anísio Teixeira da Faced/UFBA, Ana Lúcia Farias, Ana Guimarães, Andrea Cruz e Jandira Rocha, bem como às estagiárias Elaine Sampaio, Juliana Sampaio e Keite Birne, pelo incentivo e confiança.

À Mônica Isabele de Jesus, estagiária da biblioteca da Faced/ UFBA, e a Jurandir Silva, aluno do curso de Biblioteconomia, pela disponibilidade em contribuir com esta dissertação.

Ao colega Álvaro Cardoso de Souza da Faculdade de Educação da UFBA, pela disposição em fazer a revisão dos capítulos, mesmo enfrentando adversidades. Que Deus o abençoe e conforte!

A Professora Doutora Nídia Lienert Lubisco do ICI/UFBA, que diante de tantos afazeres, compreendeu este meu momento e com sua delicadeza

peculiar, não hesitou em enfrentar o desafio do tempo para revisão dos textos.

À Professora Doutora Maria Couto Cunha, Coordenadora do Colegiado do Curso de Pedagogia da Faced /UFBA, pelo empenho em autorizar o meu acesso a esse setor para a realização da pesquisa de campo. Aos colegas desse Colegiado, em especial, a Ana Cristina Spínola pela atenção dispensada para o contato com os concluintes de 2011.2.

A Professora Doutora Lídia Batista Brandão Toutain, pela presteza em permitir a aplicação dos questionários aos concluintes do curso de biblioteconomia do semestre – 2011.2.

A minha família pela presença nas situações inusitadas.

A colega Ana Rita Cordeiro e a Felipe, seu filho, pela colaboração prestada.

Sinceramente, agradeço a todos que contribuíram indiretamente para a conclusão desta etapa da minha vida profissional! Vocês são todos importantes para mim!

[...] O espaço da escola, do estabelecimento de ensino, da instituição de ensino superior transformar-se-á no ambiente do desenvolvimento pleno do ser humano, desde que priorizada a sua dimensão humana sem desconsiderar a sua formação profissional para uma prática social transformadora¹.

Eliana M. K. Rösing

¹ Extraído do artigo intitulado *Dinamizando a biblioteca, resignificando ...* publicado na coletânea *Leitura e animação cultural*, organizada por Eliana M. K. Rösing, editada pela Universidade de Passo Fundo, 2000, p. 399.

RESUMO

Esta dissertação investiga a contribuição da biblioteca escolar para a formação do aluno do ensino básico, visando a sua autonomia para uso da biblioteca universitária. Como espaço de aprendizagem, a biblioteca da escola deve estar sustentada na proposta pedagógica que norteia a prática desenvolvida nessa unidade de informação. O planejamento dessa proposta está centrado nas ações e atividades que a biblioteca desenvolve junto com os professores para a formação desse aluno. O universo da pesquisa abrange a Universidade Federal da Bahia; a população-alvo são os concluintes dos cursos de biblioteconomia e pedagogia, que poderão atuar em bibliotecas escolares e em salas de aula, respectivamente, tendo a biblioteca como espaço de aprendizagem, na amostragem foram selecionados 14 concluintes do curso de biblioteconomia e 48 do curso de pedagogia de 2011.2. O instrumento de pesquisa usado para a coleta de dados foi o questionário semiestruturado. Para os procedimentos da análise dos dados, optou-se pelo método de análise de conteúdo por permitir a interpretação das respostas ao questionário, através da categorização desses dados. Assim, foram criadas 5 categorias: 1) Biblioteca na escola; 2) Biblioteca escolar e formação do aluno-usuário; 3) Frequência à biblioteca escolar para autonomia na biblioteca universitária; 4) Ações da biblioteca escolar para autonomia do aluno na biblioteca universitária; 5) Trabalho e/ou estágio no ambiente escolar. Nas categorias 1, 2 e 5 foram estabelecidas subcategorias para aprimorar a interpretação dos conteúdos. Na análise, buscou-se identificar a existência da biblioteca escolar no período da educação básica dos sujeitos da pesquisa, observando a que rede de ensino a escola pertencia – pública ou particular –, com o interesse de confirmar a presença da biblioteca nessas instituições de ensino e analisar as ações desenvolvidas para a formação desses sujeitos, bem como sua contribuição para a autonomia do aluno na biblioteca universitária. Os resultados apresentados demonstram uma incipiente contribuição da biblioteca escolar na formação do aluno, fato que se reflete na sua restrita autonomia para o uso da biblioteca universitária.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Biblioteca universitária. Formação do usuário.

ABSTRACT

This dissertation investigates the contribution of school libraries in students education background, aiming their autonomy to the use of the university library. As a learning center, the school library must be considered in the pedagogical proposal that leads the developed practicum in this information unity. This proposal planning is centered in actions and activities that library and teachers develop towards the students education background. The research universe includes the Federal University of Bahia State; the target-population are librarianship and pedagogy seniors, who would be able to work, respectively, in school libraries and classrooms , focusing on library as a learning Center, as for the research sampling, it was selected 14 seniors of librarianship major and 48 of pedagogy major graduating in 2011.2. The used research instrument for data collecting was the semi structured questionnaire. For the data analysis proceedings, It was chosen the analysis of content thus it permits the questionnaire answers to be interpreted through data categorizing. So 5 categories were created: 1) Library in school 2) School library and the library-user student education background 3) Library attendance towards autonomy in the university library 4) School library actions towards the students autonomy in the university library 5) Working and/or interning in the school environment. In categories 1, 2 and 5, subcategories were established for majoring the interpretation of contents. In the analysis, it was aimed to identify the school library presence in the interviewee's basic education, considering to which school system he/she came from- whether the public one or the private one-, with the goal of confirming the library presence in those institutions and analyzing the developed actions for the education background of those people, as well as its contribution for the student's autonomy in the university library. The showed results demonstrate an incipient school library contribution for the student's education background, which is reflect of the restrict autonomy for the use of university libraries.

Key-words: School library. University library. Library-user student education background

FIGURA

FIGURA 1 Modelo da Biblioteca-armário

22

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Presença da Biblioteca na Escola	117
TABELA 2	Presença do Bibliotecário na Escola	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Atividades de incentivo à leitura	127
Gráfico 2	Horário da leitura livre na biblioteca	129
Gráfico 3	Atividades para o letramento informacional	131
Gráfico 4	Atividades para desenvolver o senso ético e cidadão	133
Gráfico 5	Frequência a biblioteca escolar para autonomia do aluno – Biblioteconomia	134
Gráfico 6	Frequência a biblioteca escolar para autonomia do aluno – Pedagogia	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Library Association
BE	Biblioteca Escolar
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
CREPUQ	Conferência de Reitores das Principais Universidades de Québec
FACED	Faculdade de Educação
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para Coordenação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização dos Estados Ibero - Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNBEM	Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio
PNE	Plano Nacional de Educação
PNL	Política Nacional do Livro

PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro no Ensino Médio
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
SEB	Secretaria de Educação Básica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS	21
2.1	O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA	41
2.2	A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA BIBLIOTECA ESCOLAR	44
3	A FUNÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR	48
3.1	A MEDIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO ALUNO	54
3.2	A <i>INFORMATION LITERACY</i> E SUA ORIGEM	58
3.2.1	O letramento informacional para a biblioteca escolar	62
3.3	A FORMAÇÃO DO ALUNO NA BIBLIOTECA ESCOLAR	66
3.4	A AUTONOMIA DO ALUNO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	70
4	BIBLIOTECA ESCOLAR E LEITURA: O QUE SE TECE NAS LEIS DA EDUCAÇÃO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	76
4.1	A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB	81
4.2	OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN	86
4.3	O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – PNE	90
4.4	O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE	94
4.5	O PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA – PNLL	98
4.6	A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: LEI 12.224/2010	102
5	METODOLOGIA	109
5.1	UNIVERSO, POPULAÇÃO-ALVO E AMOSTRA	110
5.2	INSTRUMENTO DE PESQUISA	110
5.3	PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS	111
5.4	PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DOS DADOS	113
6	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	115
6.1	CATEGORIA 1 – BIBLIOTECA NA ESCOLA	115
6.1.1	Bibliotecário na escola	117
6.1.2	Frequência do aluno à biblioteca escolar	118
6.1.3	Prazer em frequentar a biblioteca da escola	122
6.2	CATEGORIA 2 – BIBLIOTECA ESCOLAR E FORMAÇÃO DO ALUNO-USUÁRIO	125
6.2.1	Atividades de incentivo à leitura	126
6.2.2	Horário da leitura livre na biblioteca	127

6.2.3	Atividades para desenvolver o letramento informacional	129
6.2.4	Atividades para desenvolver o senso ético e cidadão	131
6.3	CATEGORIA 3 – FREQUÊNCIA A BIBLIOTECA ESCOLAR PARA AUTONOMIA DO ALUNO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	132
6.4	CATEGORIA 4 – AÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA AUTONOMIA DO ALUNO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	137
6.5	CATEGORIA 5 – TRABALHO E / OU ESTÁGIO NO AMBIENTE ESCOLAR	142
6.5.1	Parceria dos educadores para motivação dos alunos	145
6.5.2	Biblioteca escolar como espaço de aprendizagem	146
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICE A – Questionário aplicado aos concluintes do Curso de Biblioteconomia	167
	APÊNDICE B – Questionário aplicado aos concluintes do Curso de Pedagogia	173
	ANEXO A – Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012.	179

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca escolar se constitui num espaço de aprendizagem por excelência quando desenvolvidas ações que devem estar em consonância com os objetivos delineados pela escola. A potencialização desses objetivos pela biblioteca escolar favorece ao desenvolvimento educacional dos alunos na fase inicial de formação, fazendo com que estes adquiram competências necessárias para agir de forma autônoma quando da busca da informação na fase universitária, período em que utilizará a biblioteca universitária de maneira sistemática para sanar as necessidades informacionais inerentes a esta etapa da formação profissional.

Nesse sentido, como espaço de aprendizagem, a biblioteca deve estar sustentada pela sua proposta pedagógica, que norteará as práticas desenvolvidas nessa unidade de informação. Assim, o planejamento dessa proposta deve estar centrado nas ações e atividades que a biblioteca desenvolve para a formação do aluno.

Dentre as ações consideradas por Campello (2003a; 2009a), relevantes para a formação do aluno, aquelas voltadas para o incentivo à leitura e o letramento informacional, aliada ao desenvolvimento do senso ético e cidadão conforme concepção de Morigi, Vanz e Galdino (2002) são efetivamente as que possuem cunho de ação pedagógica na biblioteca escolar, visto que possibilita o aluno desenvolver e/ou ampliar o interesse pela leitura, a capacidade de compreensão da necessidade, localização, seleção e interpretação da informação de forma crítica e responsável, bem como a formação do senso ético e cidadão.

A presente pesquisa originou-se a partir da percepção de que o conhecimento prévio, adquirido na biblioteca escolar, contribui para a autonomia do aluno na biblioteca universitária. Além disso, a experiência de 17 anos atuando profissionalmente, na biblioteca escolar da rede particular do ensino básico e na biblioteca universitária pública federal, simultaneamente, foi determinante para a referida percepção. A observação contínua do comportamento dos graduandos na biblioteca universitária

demonstrou que estes, em sua maioria, têm dificuldades para utilizar os serviços da biblioteca, a exemplo de pesquisa em bases de dados, citação de documentos em trabalhos acadêmicos ou mesmo consultas ao catálogo *online* e localização de livro e/ou periódico nas estantes, ou seja, transitar pela biblioteca universitária de modo autônomo. A problemática que envolve tal questão é refletida na literatura por vários autores (CAVALCANTE, 2006; LUBISCO; VIEIRA; SANTANA, 2008), o que denota a necessidade de transformação dessa condição, pois não se trata de uma consequência produzida apenas na esfera do ensino universitário: suas bases antecedem a educação superior.

Neste sentido, foi construída a questão norteadora da pesquisa: como a biblioteca escolar contribui para a formação do aluno do ensino básico, visando a sua autonomia para o uso da biblioteca universitária? Em razão disso, delineou-se como objetivo geral investigar e analisar as ações da biblioteca escolar que contribuem com a formação do aluno, visando a sua autonomia na biblioteca universitária, tendo como objetivos específicos: a) identificar a presença da biblioteca escolar durante o período da educação básica dos alunos concluintes dos cursos de biblioteconomia e de pedagogia, da Universidade Federal da Bahia; b) investigar a partir da percepção dos pesquisados a contribuição da biblioteca escolar para a sua autonomia na biblioteca universitária; c) identificar e analisar as atividades desenvolvidas na biblioteca escolar para promover o incentivo à leitura, o letramento informacional e o desenvolvimento do senso ético e cidadão dos concluintes; d) identificar e analisar as disciplinas do curso de biblioteconomia e do curso de pedagogia que contribuem para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem.

A pesquisa reveste-se de importância, pois, apresenta resultados que confirmam não só a relevância da biblioteca escolar para o processo formativo do aluno, bem como as implicações advindas da presença/ausência desse espaço para a vida futura desses profissionais da educação.

A dissertação está organizada em sete capítulos. No **primeiro capítulo**, está escrita a *Introdução* que traz todo o percurso da pesquisa com

a construção do objeto de estudo.

Nos capítulos de 2 a 4, encontra-se o referencial teórico para fundamentar a análise dos dados. Assim, o **capítulo dois** trata da *Biblioteca escolar no contexto da história da educação*, apresentando o seu histórico na França e no Brasil, o projeto político-pedagógico e a proposta pedagógica da biblioteca escolar para firmar a sua função educativa e nortear a prática desenvolvida nesta unidade de informação.

O **capítulo três** aborda a *Função educativa da biblioteca escolar*, delineando as ações que possibilitam a aquisição de saberes que favorecem a autonomia na busca da informação. Nesse contexto, aborda a mediação do bibliotecário para o letramento informacional e a autonomia do aluno na biblioteca universitária.

O **capítulo quatro** discorre sobre a *biblioteca escolar e leitura* – no que tange às políticas públicas de incentivo à leitura e a inserção desse espaço no contexto educacional. Relacionando a biblioteca escolar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no Plano Nacional de Educação (PNE), no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e sobre a universalização da biblioteca escolar (Lei 12.244/2010).

No **capítulo cinco**, descreve-se a metodologia, delineando o percurso metodológico: a adoção da abordagem indutiva, sendo a pesquisa do tipo qualitativa, utilizando os dados quantitativos com o objetivo de clarificar a análise para a interpretação dos resultados. O universo da pesquisa abrange a Universidade Federal da Bahia, sendo que para a população-alvo foram selecionados os concluintes dos cursos de biblioteconomia e pedagogia. Na amostragem, foram selecionados os concluintes dos cursos de biblioteconomia e pedagogia do segundo semestre de 2011. O instrumento de pesquisa usado para a coleta de dados foi o questionário semiestruturado, com questões relacionadas às experiências vivenciadas na biblioteca escolar, durante o período da educação básica e a contribuição desse espaço para o processo de formação autônoma do graduando na biblioteca universitária. Os dados foram analisados pelo método de análise

de conteúdo no qual foram delineadas as categorias temáticas que facilitam a análise e interpretação dos dados. Assim, foram criadas 5 categorias: 1) Biblioteca na escola; 2) Biblioteca escolar e formação do aluno-usuário; 3) Frequência à biblioteca escolar para autonomia na biblioteca universitária; 4) Ações da biblioteca escolar para autonomia do aluno na biblioteca universitária; 5) Trabalho e/ou estágio no ambiente escolar. As categorias 1, 2 e 5 foram divididas em subcategorias para aprimorar a interpretação dos conteúdos.

Ressalta-se, ainda, que a leitura foi assumida como o procedimento de maior importância na realização da pesquisa e, sobretudo, na constituição dos capítulos 2, 3 e 4. Para isso, foi levantado acervo bibliográfico pertinente ao que se pretendia investigar, foram feitas resenhas de livros, capítulos de livros e artigos de periódicos. Com vistas à composição de todos eles, optou-se pela escrita de paráfrases e de citações diretas quando essas se faziam necessárias. Considerando-se a opção, a composição textual se configurou intertextual, com cruzamento de vozes de diferentes estudiosos que tinham contribuição a dar, na perspectiva do objeto da pesquisa.

Desse modo, ainda que somente nesse capítulo se faça a descrição da metodologia elaborada, conta-se com a compreensão do leitor de que um procedimento metodológico- a leitura- foi inaugurado desde o capítulo 2.

No **capítulo seis** é desenvolvida a análise dos dados e discussão dos resultados com base na literatura adotada pelo estudo, tendo como norte os diálogos tecidos para a presente pesquisa.

No **capítulo sete** foram desenvolvidas as considerações finais e recomendações, cujo resultado comprova a incipiente contribuição da biblioteca escolar na formação dos sujeitos investigados, fato que se reflete na sua restrita autonomia para o uso da biblioteca universitária.

2 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Encontra-se registrado na história educacional da França, berço da civilização europeia, após a revolução francesa, o interesse dos revolucionários em um plano de organização da instrução pública que, segundo Boto (2003), tinha o objetivo de formar o povo, inspirado nos princípios iluministas, tirando o homem da ignorância e da superstição e que defendia o acesso ao conhecimento como forma de liberdade consciente. A autora relata que o período iluminista trouxe repercussões importantes para a humanidade, porque permitiu ao homem a busca pelo conhecimento fundamentado.

O Marquês de Condorcet, matemático, filósofo e iluminista, idealizador do plano de organização da instrução pública, considerava que o “[] conhecimento traria uma característica emancipatória posta na formação da consciência livre [...]” (BOTO, 2003, p. 2), consolidando, assim, a democracia entre os homens, pois a instrução pública seria estratégia para a equidade, a independência intelectual e promoção da capacidade do indivíduo sobre o poder econômico e social.

Sendo a escolarização um dos veículos fundamentais para a construção da nacionalidade, em 1792, a Comissão Francesa de Educação da Assembleia Legislativa traçou

[...] um plano educacional expondo os níveis e métodos de ensino, a organização do ensino, os critérios de seleção dos profissionais da educação, os procedimentos de políticas públicas e de avaliação da rede escolar. Trata-se de um prospecto de modelo para a composição de uma escola nacional, tal como esta se constituiria no século XIX. Trata-se, sobretudo, de uma referência pedagógica da qual somos todos herdeiros; (BOTO, 2003, p. 1)

Essa proposta, segundo Vial (apud BOTO, 2003, p. 4), permanece intacta na sua essência, até os dias atuais, porém foi e será continuamente corrigida e aprimorada diante de novos paradigmas.

O relatório de Condorcet contribuiu para a história da educação e,

consequentemente, cooperou também para o surgimento da biblioteca escolar (BE) diante das suas raízes histórico-sociais. Nele se encontra um importante propósito

cultivar, enfim, em cada geração, as faculdades físicas, intelectuais e morais e contribuir dessa forma para o aperfeiçoamento geral e progressivo da espécie humana, derradeira meta à que deve visar toda instituição social, tal será ainda o objetivo da instrução e este é, para o poder público, um dever imposto pelo interesse comum da sociedade e pelo da Humanidade inteira. (CONDOCERT, 1943, p. 6 apud BOTO, 2003, p. 5)

Os ideais liberais, de acordo com Hébrard (2004), foram determinantes para popularizar a educação francesa. O ambiente escolar, antes constituído por quadros murais impressos, em que as crianças faziam as suas leituras, já estavam considerados obsoletos, e os manuais didáticos, que tinham um alto custo financeiro, foram publicados para serem distribuídos nas escolas. Com o passar do tempo, esses manuais foram se perdendo e estragando por não estarem preservados.

Assim, Hébrard (2004) relata que o ambiente escolar foi modernizado com salas de aula, bem iluminadas, arejadas e instalado recursos pedagógicos como "quadros-negros", mesas, "penas", papel e também livros.

O manuseio dos alunos e a falta de habilidade dos professores para gerenciar o seu instrumento de trabalho permitiram ao ministro da instrução pública a criação de uma biblioteca-armário (Figura 1) para conservar o material didático.

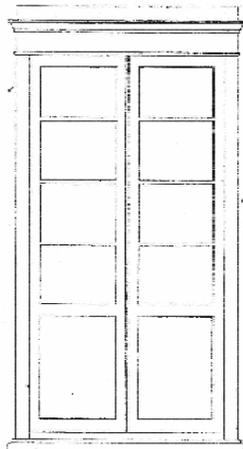


Figura 1: Modelo da biblioteca-armário

O mobiliário, em questão,

é um belo armário de dois batentes de 1 metro de largura e 1,90 de altura, solidamente fixado em um pedestal que o ultrapassa bastante e incrementado, na parte superior, com um ornamento simples mas bem desenhado. As quatro bordas superpostas que compõem o batente superior podem ser envidraçadas ou fechadas com madeira. Cada um de nós terá reconhecido nessa descrição, os antigos armários das salas de aula de nossa infância. (HÉBRARD, 2004, p. 17)

Similar aos antigos armários das salas de aula, em que era guardado o material escolar de todos quantos foram alunos de escolas entre a década de 1960 e 1970.

Inicialmente, a intenção da biblioteca-armário foi de conservar e preservar os livros, os cadernos e os quadros impressos para uso da escola, garantindo a acessibilidade ao conhecimento estocado.

De acordo com Hébrard (2004), o que impulsionou a organização da biblioteca escolar na França foi a realização, em 1860, do concurso para professor primário, tendo como questão proposta explicar o seu pensamento político e pedagógico sobre a leitura popular e sobre o papel que as bibliotecas poderiam exercer em desenvolvimento da leitura.

O desejo dos professores permitiu ao ministro da instrução, Gustave Rouland, em 1º de junho de 1862, promulgar um decreto, artigo 1º, que transformou a biblioteca-armário em uma instituição: a biblioteca escolar. Essa instituição teve, inicialmente, duas principais funções: a de salvaguardar os manuais didáticos e emprestar às famílias os livros para leitura.

As opiniões dos professores enunciavam todos os benefícios que se esperava das bibliotecas municipais, sendo que 44 exposições acreditavam que a criação de bibliotecas desviaria os adultos a ida a cabarés e lugares "mal frequentados", afastando o gosto pelo jogo; 46 acreditavam em recuar os "livros ruins". Apenas cinco exposições pensavam que através da biblioteca escolar podia-se tornar o ensino mais eficaz; quatro professores explanaram sobre a biblioteca como recurso para completar o trabalho de instrução do professor primário.

Assim, o pensamento desses professores demonstra a importância do

acesso aos livros e a relevância da biblioteca no desenvolvimento escolar, evidenciando, desde o passado, a biblioteca escolar como mais um considerável recurso para o processo ensino e aprendizagem, formação do aluno, elegendo a promoção da leitura como fator de prazer.

A biblioteca escolar no seu percurso histórico encontra em primeira instância o paradigma da preservação do bem material, o livro, trazendo em paralelo a essa concepção o acesso restrito à informação, mesmo que buscasse ampliar o conhecimento intelectual, devido à preocupação em salvaguardar, conservar e controlar o conhecimento através desse bem material.

Ainda sobre as exposições dos professores primários, cinco concorrentes propuseram que o professor exercesse as funções de bibliotecário de forma gratuita. Nesse sentido, o ministro da instrução pública “[...] confia o controle dessa instituição ao professor primário (2º artigo) []”. (HÉBRARD, 2004, p. 25)

Nessa perspectiva, o autor também afirma que o ministro da instrução pública reduziria os custos delegando aos professores primários o cuidado com a educação de adultos, através do livro, evitando a criação de um grupo especializado de bibliotecários. Mas os professores não tinham as competências necessárias para assumir o papel do bibliotecário, e assim foi dificultada a organização da profissão de bibliotecário na França.

Essas distorções, em relação ao papel que o professor desempenhava no âmbito da biblioteca escolar francesa, propiciaram uma visão contrária sobre o olhar do bibliotecário para a escola e suas pretensões de hegemonia cultural.

De acordo com Hébrard (2004), os livros distribuídos nas escolas eram especialmente didáticos e não despertavam para o prazer de ler, pois tinham o caráter instrutivo, além do acervo ser muito limitado, e não promoviam o incentivo à leitura.

Analisando ainda a história das bibliotecas escolares francesas, segundo Jean Hébrard (2004), no período de 1870 a 1871, a biblioteca escolar passava por uma fase de deficiência dos acervos e pela raridade do empréstimo, estando atrelada à inversão dos estados e administrações

locais. Percebe-se que o movimento de ascensão e decadência das bibliotecas escolares na instrução pública francesa também estava atrelado à lógica da política social. Mas as políticas públicas da França sempre favoreceram em maior ou menor escala o desenvolvimento da educação de maneira responsável, e com prioridade para a população, conseqüentemente, dispondo à educação escolar a criação de bibliotecas nas escolas.

Tal observação é afirmada por Hébrard (2004, p. 42), quando relata que mesmo com a crise de 1870, com dois regimes políticos sucedidos,

o objetivo inicial de Gustave Rouland – o estabelecimento de uma rede de bibliotecas mais perto das populações menos aculturadas – não parece ter sido, em momento algum, esquecido por seus sucessores, mesmo que cada um deles apresente a obra a sua maneira, de forma a alcançar com mais eficácia os resultados esperados.

Essas determinações e transgressões políticas assumem um caráter de pertencimento em diferentes escalas de valores e poder ao longo da história da educação francesa, sobre a importância da leitura, definida como paradigmas a serem seguidos.

Hébrard (2004) descreve que os relatórios entregues aos inspetores da instrução pública da França demonstravam, em 1873, que havia 15 mil bibliotecas escolares gerenciadas por professores primários, considerados bibliotecários naturais. Menciona também que o relatório de Watteville é o último testemunho da instituição das bibliotecas escolares antes das leis escolares francesas.

Desse modo, o pensamento do barão Oscar-Amédee de Watteville, segundo Hébrard (2004), que cuidava das bibliotecas desde a sua criação, considerava o serviço da biblioteca escolar o auxiliar mais precioso para o desenvolvimento do ensino primário no intuito de completar a educação.

As tentativas de manutenção das bibliotecas escolares estavam sempre presentes nas ações dos ministros franceses que buscavam o desenvolvimento pelo gosto de ler. A dinâmica na biblioteca da escola, por parte dos professores primários, para o desenvolvimento do prazer de ler era assegurada através da leitura em voz alta e interrompida no momento mais interessante como estratégia para despertar o desejo pela leitura. “[...] A

biblioteca, assim imaginada, é realmente concebida como instrumento pedagógico maior [...]”. (HÉBRARD, 2004, p. 100) As atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço da biblioteca delegavam a esse ambiente, desde aquele período, um aliado ao processo de construção do conhecimento.

No contexto francês, as ações políticas baseadas em princípios de seriedade e compromisso com o objetivo de alicerçar o conhecimento e a leitura para a sociedade criaram, desde 1862, por força da lei, a existência da biblioteca escolar que contribuiu para a erradicação do analfabetismo.

De acordo com Hébrard (2004), em 1915 cada escola francesa foi obrigada a ter a sua biblioteca, institucionalizadas como bibliotecas de escolas públicas, podiam ser utilizadas por adultos, que eram os antigos alunos, pais ou membros de associações. Contudo, os livros eram reservados, primeiramente, para os alunos e à disposição dos professores.

Assim, a biblioteca escolar francesa consagrou-se pelo debate pedagógico em torno das leituras para a juventude, complemento natural da educação básica, confirmando a sua relevância para a formação do aluno.

No Brasil, em pleno século XXI, testemunha-se uma realidade dissociada entre o contexto da educação básica e a biblioteca escolar. Sobre esse aspecto o Projeto Mobilizador (2008), elaborado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), teve o objetivo de propor o estabelecimento de um amplo esforço nacional, visando promover melhoria na qualidade do ensino público, através da criação e implantação de uma rede de informação dinâmica e eficaz para a biblioteca escolar enfatizando que:

Na esfera governamental, de modo ampliado, eventuais programas, elaborados no âmbito do MEC, da Fundação Biblioteca Nacional, das secretarias estaduais, ora da cultura, ora da educação, e mesmo nas principais capitais, têm se repetido e reinventado inúmeros projetos que pretendem levar a leitura e a biblioteca a cada município, sem lograr êxito significativo: verbas e esforços são despendidos e poucos resultados são percebidos. (PROJETO MOBILIZADOR, 2008, p. 11)

É importante notar que no percurso histórico brasileiro, em 1807, D. João VI, Rei de Portugal, teve que decidir por governar em terras brasileiras

diante da conturbada situação de proveitos políticos e econômicos entre Portugal, Inglaterra e França, restando à França invadir Portugal para tê-lo como colônia.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, trouxe o seu valioso e volumoso carregamento, a Real Biblioteca Portuguesa que foi organizada por religiosos que vieram na viagem da corte lusitana para o Brasil. Esses religiosos tinham vasto conhecimento intelectual e cultural pelo acesso aos livros que não eram disponibilizados à população, e tinham influência e destaque na sociedade. “Ainda no meio da arrumação dos livros a Biblioteca já estava disponível aos estudiosos, desde que com autorização.” (SCHWARCZ, 2002, p. 276)

No período colonial e imperial, existia um número muito reduzido de escolas régias, consideradas escolas em que os professores eram reconhecidos ou nomeados como tais pelos órgãos de instrução. Segundo Schwarcz (2002), nas escolas régias os cursos como Filosofia, Latim, Retórica, Matemática não possuíam um planejamento para que pudessem ser caracterizadas como instrução pública. O ensino era administrado pelas ordens religiosas, em conventos e seminários.

De acordo com Luiz Silva (2010), as poucas bibliotecas escolares existentes eram as da Companhia de Jesus para atender à prática dos professores jesuítas, pois não havia o ensino formal de acesso para todos. Assim, “[] com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em 1759, o sistema de ensino, por ela administrado, foi desarticulado e as bibliotecas dispersas. []” (SILVA, L., 2010, p. 81) Percebe-se, então, que a biblioteca escolar está sempre vinculada às ações do ensino, mesmo que essa não seja de acesso para o aluno.

Mas, com o progresso chegando às terras brasileiras, também foram criadas, em Salvador, a Escola Médico-Cirúrgica no ano de 1808, e a 1ª Biblioteca Pública do Brasil em 4 de maio de 1811, a Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)¹, localizada anteriormente no Colégio dos Jesuítas, e atualmente no bairro dos Barris.

No período do reinado de D. Pedro I, nos primeiros anos do Brasil

¹ Em 4 de maio de 2011, foram comemorados os 200 anos da criação da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

independente, lutava-se pela permanência da Real Biblioteca, e a biblioteca foi aberta ao público considerando que era fundamental para surgir uma nação estudiosa e instruída, a Biblioteca Real é hoje a Biblioteca Nacional.

Diante de regimes liberais e ideais democráticos lançados pela França, D. Pedro I também criou medidas relativas à educação pública. Nessa época, “[...] É promulgada pelo governo imperial a Lei de 15 de outubro de 1827, que ‘manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.’ [...]” (SILVA, L., 2010, p. 81-82)

Na literatura não existe registro de nenhum decreto que determinasse a criação da biblioteca escolar no Brasil, em âmbito nacional, para garantir o desenvolvimento do processo pedagógico voltado à leitura como aconteceu na França.

Segundo Schwarcz (2002, p. 273), na Bahia, a influência da cultura francesa era visível na presença do livro francês, original ou traduzido, que compunha as poucas bibliotecas particulares dos homens cultos, não sendo o livro de acesso fácil à população.

No pensamento dos governos brasileiros as iniciativas em doar livros eram realizadas, mas sem um estímulo para o fortalecimento das bibliotecas. “[...] A inexistência de livros e bibliotecas escolares levava à improvisação [...]” (SILVA, L., 2010, p. 83)

No percurso da história da educação brasileira, a ausência de políticas educacionais para a educação primária e acesso à leitura não favoreceram a difusão de bibliotecas escolares no século XIX. Nesse sentido, Luiz Silva (2010, p. 85-86) declara que:

As bibliotecas escolares e acadêmicas tiveram raros registros. As poucas mencionadas não merecem elogios [...] exceto a da Faculdade de Direito de São Paulo, que recebeu destaques [...]. O sistema educacional na época, em processo de definição, não favorecia o aparecimento de bibliotecas.

Nesse período, no Brasil, o pensamento inicial sobre o profissional que deveria administrar e selecionar os livros para as bibliotecas, diante da inexistência da profissão do bibliotecário, era respaldado pelo simples fato de esses profissionais terem uma conduta ética atrelada ao conhecimento

básico do Português e da Matemática. Essa passagem na história da biblioteca é comentada por Milanesi (1983), sinalizando o desconhecimento de quem selecionava os livros considerados proibidos pela corte portuguesa. Sobre essa questão, vale considerar o que segue transcrito:

Tal fato não é de se estranhar, pois as instruções da Biblioteca Pública da Bahia, a primeira do Brasil (1811), em relação ao bibliotecário, prescreviam: 'Deverá ser um sujeito de muito boa conduta que saiba bem ler, escrever e contar'. A ignorância generalizada e a desorganização levaram à vulnerabilidade e à penetração de obras explicitamente proibidas. **Rubens Moraes, bibliófilo e bibliotecário, localizando na Bahia a *Encyclopédie de Diderot a d'Alambert*, obra proibidíssima**, observa que a mesma para chegar ao seu destino passou pelas polícias da França, Portugal e Brasil. (MILANESI, 1983, p. 25, grifo nosso)

Vidal (2004) também comenta sobre o pensamento de Rubens Borba de Moraes², referente à inexistência da profissão do bibliotecário. O resultado na prática deixava a desejar, e promovia a necessidade de preparar tecnicamente bibliotecários para esse fim.

Segundo Faria Filho (2004, p. 524), é no final do século XIX que o processo de escolarização se organiza com a ideia de uma forma escolar única:

Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiro templos do saber encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos políticos-educativos e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XX: o das escolas seriadas. (FARIA FILHO, 2004, p. 542-543)

De acordo com Vidal (2004), no cenário educacional brasileiro, já se associava bibliotecas a escolas primárias. Tal observação vem complementar que:

Desde o fim do século XIX, salas de bibliotecas eram previstas nas plantas das escolas **para uso e instrução do professor**.

² Na sua trajetória profissional Rubens Borba de Moraes foi o primeiro diretor da Divisão de Bibliotecas Públicas da Prefeitura Paulista, também atuou como Diretor da Biblioteca Nacional, da Biblioteca das Nações Unidas, além da sua participação ativa com o ensino da Biblioteconomia no Brasil. Recomenda-se a leitura do ensaio de José Mindlin, intitulado *Rubens Borba de Moraes: um intelectual incomum*, publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 79, n. 192, p. 108-111, 1998.

Despontava interesse, entretanto a proposta de bibliotecas para alunos, administradas com o seu concurso, e o cuidado com o registro do movimento de livros: aquisição e consulta. (VIDAL, 2004, p. 191-192, grifo nosso)

Assim, segundo Vidal (2004, p. 188) é no contexto da Escola Nova que ficou mais evidenciada a criação de bibliotecas escolares. De 1920 a 1930, foi o “[...] momento particularmente interessante para o estudo acerca de bibliotecas no Brasil.” Nesse período, encontram-se experiências não apenas da criação do espaço físico, também a dinamização com atividades pedagógicas marcadas pela presença do professor sendo regulamentadas, através de decretos para a vivência do aluno com o universo da leitura.

É reconhecido que educadores brasileiros, através do pensamento escolanovista, como Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, enquanto gestores da educação pública valorizavam e ressaltavam a importância da biblioteca escolar decretando através do acesso aos cargos públicos principalmente no sudeste do país, leis que permitissem a difusão da biblioteca escolar.

Conforme relata Vidal (2004, p. 191), em 1927, Fernando Azevedo sistematizou uma reforma no ensino do Rio de Janeiro, consubstanciada no Decreto nº 3.281, de 23 de janeiro de 1927, intervindo na prática pedagógica que determinava a instalação de bibliotecas e museus para professores e alunos em cada escola primária.

Na concepção de Vidal (2004), as ações pedagógicas desenvolvidas na biblioteca escolar permitiam o reconhecimento dessa unidade de informação como mais um recurso para a prática do processo ensino e aprendizagem, despertando o prazer da criança para a leitura. Nesse contexto, há a percepção do diálogo entre a biblioteca da escola e a educação, pois estava sendo firmada a função educativa da biblioteca escolar, mesmo sem a presença do profissional bibliotecário.

Nessa propagação, no âmbito federal, não havia a obrigatoriedade para criação da biblioteca escolar com infraestrutura para manutenção e consagração da biblioteca, como espaço de aprendizagem e que perdurasse ao longo da história da educação brasileira numa evolução crescente e fundamentada para embasar a educação primária e secundária, atualmente,

educação básica.

Os fundamentos da Escola Nova foram disseminados em vários países. Eles valorizavam a atividade espontânea da criança, propondo que a educação incitasse as transformações sociais. No parecer de Gadotti (2008),

A teoria e a prática escolanovistas se disseminaram em muitas partes do mundo, fruto certamente de uma renovação geral que valorizava a autoformação e a atividade espontânea da criança. A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança. (GADOTTI, 2008, p. 142)

Esse período foi também marcante pela criação de cursos de biblioteconomia, sendo um momento interessante para o estudo das bibliotecas no Brasil, descritos por Francisco Souza (1990) da seguinte maneira:

A implantação em 1929, do curso de biblioteconomia no Instituto Mackenzie, em São Paulo; a reabertura, em 1931, do Curso da Biblioteca Nacional, extinto em 1922, decreto 15670 de 6 de setembro de 1922, após 7anos de funcionamento, e a criação em 1936, da Divisão de bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Escola de Biblioteconomia a ela vinculada, que, em 1940, foi transformada, após um ano de inatividade, em Escola de Biblioteconomia anexa à Escola Livre de Sociologia e Política são apenas alguns indícios de um importante debate social em curso sobre a organização de bibliotecas nos estados do Rio de Janeiro, ou melhor, na capital federal, no período, e São Paulo. (SOUZA, 1990, p.53-54 apud VIDAL, 2004, p. 188-189)

No pensamento da Escola Nova, o “aprender fazendo” é ponto central para o desenvolvimento da criança. O uso da biblioteca escolar foi considerado aspecto importante não apenas pela finalidade da busca instrutiva, mas pelo desenvolvimento do conhecimento pelo prazer.

Nesse sentido, Vidal (2004), menciona que no campo mais amplo da biblioteconomia, acrescentavam-se iniciativas de natureza mais educacional,

Como a criação, em 1932, da Biblioteca Central de Educação (chefiada por Armando de campos), e, em 1934 da biblioteca Infantil (dirigida por Cecília Meireles), ambas no Rio de Janeiro, durante a administração Anísio Teixeira, do departamento de Educação do Distrito Federal; e, em 1931 da

biblioteca pedagógica Central (sob responsabilidade de Achilles Raspantini), na gestão M.B. Lourenço Filho da instrução pública paulista; em 1933, do Serviço de Bibliotecas e Museus escolares do departamento Estadual de Educação (chefiado por Luiz Galhanone), durante a reforma educacional de Fernando Azevedo e, em 1936 da Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura (fundada e dirigida por Lenyra Fraccaroli), sob a gestão de Mário de Andrade, todas em São Paulo. (VIDAL, 2004, p. 190)

Assim, Vidal (2004) expõe que a mudança na prática pedagógica era estimulada para o incentivo à leitura pelo prazer, sendo o professor responsável por esta prática, chamado de professor-bibliotecário, envolvia o aluno na atividade do registro do acervo apresentando o sentido de envolvimento e pertencimento no espaço da biblioteca.

Nessa perspectiva, foi firmada a dinamização da biblioteca escolar, com a presença do aluno em horários pré-fixados, garantindo a visita à biblioteca da escola e sua permanência neste ambiente de informação.

Segundo Vidal (2004), utilizava-se a leitura gradativa e respeitava-se a evolução das séries com o objetivo de permitir a relação de prazer. O espaço físico da biblioteca era planejado com estantes abertas à altura dos alunos para o contato direto com o livro, demonstrando o interesse pelo incentivo à leitura. Como retorno, melhorava o aperfeiçoamento da escrita, aumentava a frequência à biblioteca escolar e crescia o acervo bibliográfico.

Vale lembrar, que Vidal (2004) aponta a participação da biblioteca escolar na memória da educação brasileira:

Nas escolas primárias, os alunos acostumavam-se com as bibliotecas escolares ou em sala de aula, onde também lhes era facultado escolher o livro de leitura diretamente a partir de uma relação de prazer estabelecida com o título, a capa e a plasticidade da edição. No horário específico de biblioteca escolar, introduzido no quadro curricular, ou em sala de aula, findo o exercício proposto pela professora e enquanto aguardavam a finalização dos trabalhos pelos colegas de forma a respeitar o ritmo individual de aprendizagem, os alunos eram incentivados a buscar livros para leitura silenciosa. (VIDAL, 2004, p. 193)

A criação de bibliotecas escolares desencadeou outros tipos de bibliotecas para crianças: as bibliotecas infantis que utilizavam o

atendimento em horários não escolares, cumprindo as exigências da política pública voltada para o acesso ao livro. Os livros didáticos, recurso adotado pela escola, estavam inclusos no ambiente da biblioteca como fonte de informação para a pesquisa.

Nos ideais escolanovistas, como relata Vidal (2004), a organização e implantação das bibliotecas escolares seguiam-se os conselhos de educadores norte-americanos. Desse modo, a biblioteca escolar era considerada o coração da escola, conforme relatou Anísio Teixeira, em 1935:

É uma atividade da 'Escola Nova' ensinar o uso da leitura, bem diversa da 'escola velha' que ensinava apenas a ler. É todo um mundo novo, de infinitas perspectivas, que se abre às escolas, às escolas primárias, às antigas escolas alfabetizadoras, como provê-las do que chamam os norte-americanos 'o coração da escola'. (TEIXEIRA, 1935, p. 235, apud VIDAL, 2004, p. 196)

Anísio Teixeira, inspirado pelos ideais de John Dewey, educador norte-americano, propagador da Escola Nova por quase todo mundo, que "[...] praticou uma crítica contundente à obediência e submissão até então cultivadas nas escolas. [...]]" (GADOTTI, 2008, p. 148) Trazia nas suas concepções sobre educação, a democratização do ensino com qualidade e igualdade para todos, diante da tardia escolarização.

Nessa perspectiva, crianças e jovens para ele deveriam frequentar a escola primária e secundária com finalidades científicas e culturais; valorizou a pesquisa como atividade do ensino e considerou o professor um ser estudioso. Para Sousa (2001), a capacitação docente era a marca registrada da sua administração, e foram implantados órgãos com essa finalidade, a exemplo do centro de Treinamento para o Magistério e a Biblioteca Central de Educação.

Vale ressaltar que "[...] tal biblioteca iria constituir-se num núcleo central da rede de bibliotecas escolares da Bahia. [...]]" (SOUSA, 2001, p. 33). Nesse sentido, Sousa (2001) relata que Anísio Teixeira valorizava a importância da biblioteca escolar, pois todos os projetos para edificação de escolas possuíam o espaço da biblioteca; capacitando os professores que iriam atuar nas bibliotecas das escolas, em parceria com a Escola de Biblioteconomia, que era responsável por gerenciar os cursos de auxiliares

de bibliotecas destinados aos professores primários do Estado.

Assim, as bibliotecas escolares teriam o seu status quo, porque pensar em pesquisa é pensar em um ambiente de informação cultural e social, sendo dinamizado também pelo fazer pedagógico.

Este educador baiano, no seu interesse pelo desenvolvimento da universidade como instituição criativa de incentivo à pesquisa, vislumbrou a possibilidade de a criança e do jovem chegarem até este último grau de instrução. De acordo com Gadotti (2008), uma das suas contribuições para o sistema educacional baiano foi a implantação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador (BA), primeira experiência no Brasil de promover a educação cultural e profissional de jovens.

Sobre essa questão, Sousa (2003), em estudo realizado acerca do papel desempenhado pela biblioteca do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, Escola-Parque, em Salvador, apresentou o desempenho relevante da biblioteca na construção do hábito da leitura propiciado por professores e bibliotecários. Os alunos que estudaram nesse Centro, em 1960, desenvolveram essa formação pela frequência à biblioteca, não apenas como espaço de estudos, mas como ambiente de aprendizagem, informação e prazer.

O registro do pensamento de educadores e pesquisadores sobre a relevância da biblioteca para o ensino confirma o diálogo positivo entre a educação e a biblioteca na construção do conhecimento. Lourenço Filho (1945, p. 5) faz a seguinte conjunção: “Na obra da cultura, ensino e biblioteca se completam. [...] Ensino e biblioteca são por tudo isso instrumentos complementares [...]”.

Assim, após o período da Escola Nova, as políticas públicas do Brasil não favorecem a realização concreta e planejada de bibliotecas escolares no contexto da educação. Waldeck Carneiro, no ano de 1999, traduziu o silêncio das bibliotecas escolares brasileiras no âmbito governamental, relatando que:

Em primeiro lugar, quase não se tem notícia de medidas governamentais que visem à elevação das condições de funcionamento das bibliotecas das nossas escolas. Talvez nem

devêssemos falar de 'elevação' para não dar a falsa impressão de que até existem certas condições de funcionamento, que apenas precisam ser aprimoradas. (SILVA, W., 1999, p. 14)

O pensamento do autor reflete as condições das bibliotecas escolares no Brasil, principalmente das escolas públicas. Apesar de a educação francesa ter referendado a história da educação brasileira, percebe-se que não houve na história da educação brasileira ações governamentais concretas para a consolidação das bibliotecas escolares e sua função educativa como aconteceu na França.

Nessa perspectiva, Waldeck Carneiro da Silva (1999) expõe as condições das bibliotecas escolares brasileiras, mencionando que:

De fato, quando existem nas escolas espaços denominados bibliotecas, estes não passam, na maioria dos casos, de verdadeiros depósitos de livros, ou, o que é pior, de objetos de natureza variada, que não estão sendo empregados no momento, seja por estarem danificados, seja por terem perdido sua utilidade. **Às vezes a 'biblioteca' é um armário trancado, situado numa sala de aula,** ao qual os alunos só têm acesso se algum professor se dispõe a abri-lo... quando a chave é localizada. (SILVA, W., 1999, p. 15, grifo nosso)

Desse modo, a presença da biblioteca-armário, relatada por Hébrard (2004, p. 25), em 1860, para a conservação do acervo na escola francesa, é uma realidade vivenciada nas escolas brasileiras em pleno século XX.

Vale ressaltar que é notada também a ausência do bibliotecário no ambiente da biblioteca escolar, e sua mediação no processo de dinamização da leitura. Assim, foi evidenciada por Vidal (2004), desde o período da Escola Nova, 1920-1930, a presença do professor para assumir essa função. Em todo caso, nesse período, em São Paulo, não existia o curso de biblioteconomia sendo implantado em 1929.

Contudo, essa lacuna ainda persiste; conforme Elizabeth Marttucci (2005):

Pode-se constatar que esse referencial nacional indica a escola, de maneira genérica, e o professor, de maneira específica, responsáveis pela biblioteca escolar. Dá-lhes um enfoque unidirecional, privilegiando a ação docente e ignorando a ação bibliotecária, lembrando-se de que a

literatura técnica e o próprio Manifesto Unesco/Ifla reforçam a atuação conjunta dos dois profissionais. (apud MACEDO, 2005, p. 257)

Assim, observa-se que a visibilidade do bibliotecário escolar, como o profissional mediador do conhecimento, capaz de proporcionar o deleite entre o encontro do sujeito com a informação, podendo aproximar o usuário do conhecimento, utilizando também de estratégias pedagógicas para o mesmo fim, é pouco valorizada no Brasil, apesar das crescentes pesquisas, afirmando a relevância do papel educativo do bibliotecário na instituição escolar.

Sobre essa questão, Rösing (2002) comenta que os dirigentes ao apresentarem a biblioteca dentre os espaços da escola,

[...] os mesmos dirigentes preocupam-se em mostrar o espaço físico, não se detendo em observações sobre o acervo, nem sobre as atividades desenvolvidas, **muito menos sobre a liderança dos profissionais** que respondem por esse setor da escola. (RÖSING, 2002, p. 391 grifo nosso)

Nesse sentido, a biblioteca escolar deve ser pensada pelos dirigentes, professores e bibliotecários como mais um espaço de informação e transformação do conhecimento que creditará ao aluno habilidades e competências adquiridas durante a sua fase escolar.

Assim pensada, a biblioteca da escola possibilitará ao aluno perceber que a informação gera o conhecimento e, quando apropriada, permitirá diferentes condições de escolhas, contribuirá para a sua autonomia no percurso da sua vida acadêmica e facilitará o seu diálogo entre as estantes da biblioteca universitária com os autores, fundamentando e refutando ideias de pesquisadores para gerar novos aprendizados.

Desse modo, foi necessário elucidar na história das constituições brasileiras no campo educacional a obrigatoriedade da educação de qualidade, gratuita em todos os níveis, assegurando os meios necessários para o desenvolvimento intelectual do aluno.

De acordo com Jamil Cury, José Horta e Osmar Fávero (2001) após um regime político recém-extinto baseado na desigualdade conformada, diante

do processo escravagista, os autores evidenciam que se erigiram os desejos de uma 'sociedade de iguais'. Contudo, a constituinte de 1823 seguida da Constituição de 1824, de acordo com Chizzotti (2001), deu privilégio à criação de universidades, conseqüentemente considerada para uma elite brasileira tendo o projeto de um plano ou tratado de educação sido relegado a um segundo nível, sem diretriz oficial da Constituinte. Na Constituição de 1824, o autor relata que a instrução primária foi gratuita a todos os cidadãos, porém a sua redação foi elaborada de forma simplificada, e não derivada de interesses sociais organizados, inserido no texto constitucional como um reconhecimento subjetivo dos cidadãos, mais que uma obrigação efetiva do Estado.

Na 1ª Constituição Republicana, em 1891, conforme análise de Francisco Filho (2004), o ensino elementar e secundário ficava sob a responsabilidade dos estados, o que permitia as possíveis desigualdades sociais, e foi assegurado ensino laico para os três graus nas escolas públicas. Porém, o ensino superior “[...] contrariava a Constituição Federal, que não dava direito aos estados para legislar sobre o ensino superior, apenas promovê-lo [...]” (FRANCISCO FILHO 2004, p. 185), o que permitia o distanciamento entre o ensino básico e o ensino superior.

Na Constituição de 1934 foi estabelecido o Conselho Nacional de Educação que de acordo com Horta (2001), segundo esta Constituição, tinha o objetivo de elaborar um plano nacional de educação com desenvolvimento do ensino primário integral, gratuito de frequência obrigatória e o reconhecimento das escolas particulares. “[...] Além disto, o plano teria por função ‘dar o sentido nacional à educação, como a diretriz política por excelência ou sentido filosófico ou social a educação’ [...]” (HORTA, 2001, p. 143).

Para Francisco Filho (2004), na Constituição de 1946 houve a volta dos ideais democráticos, em que a educação recebeu as seguintes diretrizes: a União legislava a educação, exclusivamente sobre a LDB; a educação voltou a ser um direito de todos; definiu princípios gerais para as futuras leis educacionais.

Na concepção de Horta (2001), a Constituição de 1967 foi

contraditória, pois, sob o ponto de vista político, era autoritária e centralizadora, e sob o ponto de vista econômico era liberal e privatizante. Nesse sentido, Fávero (2001) enfatiza que:

Somente tendo presente o esvaziamento do Congresso Nacional e o modo como o Congresso Constituinte foi coagido a legitimar a Constituição emersa do Golpe Militar, pode-se entender o 'vazio' das discussões sobre a educação, num período 'cheio' de intervenções no setor educacional. (FÁVERO, 2001, p. 253)

Ainda segundo Francisco Filho (2004), na Constituição de 1988, em vigor, os princípios constitucionais para a educação são considerados um dos direitos sociais, ao lado da saúde, trabalho e lazer; a responsabilidade sobre a educação é para a União, estados e municípios; cabe à União legislar sobre as diretrizes educacionais; o Estado e a família são responsáveis pela educação; a coexistência de escolas públicas e particulares, assegurando a abertura às múltiplas concepções pedagógicas, assegurou a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Nessa perspectiva, é visível que a educação brasileira necessita ser levada a uma qualidade real, através de políticas educacionais concretas para minimizar as lacunas existentes no processo educacional do Brasil.

Em 23 de julho de 1983, a reunião da Declaração de Lima sobre Biblioteca Escolar invoca aos Ministros de Educação dos Países da América Latina e Caribe a “[] incorporarem a biblioteca escolar como centro de recursos para a aprendizagem ao sistema educacional, atribuindo recursos que possibilitem o desenvolvimento de Programas Nacionais de Bibliotecas Escolares.” (DECLARAÇÃO..., 1983)

Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Cidade de Jomtien, Tailândia, é um marco importante para a educação brasileira e mundial, uma vez que a Declaração de Jomtien, assim constituída, estabeleceu diretrizes importantes sobre as necessidades básicas da aprendizagem como leitura e escrita, expressão oral, cálculo, capacidade de solucionar problemas, e nos conteúdos básicos da aprendizagem como habilidades, valores, atitudes e conhecimentos para que o ser humano possa desenvolver suas potencialidades e continuar

aprendendo, visando uma sociedade mais justa e mais humana.

De acordo com os resultados da Declaração de Jomtien, a Unesco criou, em 1993, sob a presidência de Jaques Delors, a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI com o objetivo de traçar novos parâmetros para a educação. Nesse sentido, em 1996, foi publicado o relatório intitulado *Educação: dentro dela se esconde um tesouro*; conforme Delors (2005, p. VIII), “[...] a educação repousa sobre quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver em conjunto”.

Nessa perspectiva, os estudos sobre os quatro pilares da educação proporcionaram reflexões no âmbito da educação brasileira, sobre o “aprender a aprender”. A citação em questão apresenta a seguinte reflexão:

Na escola não se vai apenas aprender, ou seja, receber o acervo dos conhecimentos acumulados, apropriar-se do saber organizado. Nela há que igualmente descobrir-se os caminhos do saber chegar onde ele se encontra permanentemente atualizado, reabastecido. Mais importante do que uma informação depositada na memória é a habilidade para ir atrás do conhecimento de que se precisa e encontrá-lo. (POR..., 2011)

Assim, esse pensamento, menciona a responsabilidade da escola na perspectiva do “aprender a aprender”, diante das tecnologias da comunicação e informação em um mundo globalizado, pois “[...] uma tarefa importante da escola, hoje, é ensinar aos alunos como chegar à informação e ao conhecimento. (POR..., 2011) Nesse contexto, segundo Campello (2005), a biblioteca escolar contribui na formação do aluno no momento em que bibliotecários e professores planejam situações de aprendizagem para o desenvolvimento de competências informacionais cada vez mais sofisticadas.

Desse modo, Gadotti (2000, p. 7) considera que “A escola está desafiada a mudar a lógica da construção do conhecimento, pois a aprendizagem agora ocupa toda a nossa vida. [...]” Assim, o autor também ressalta que aprender a conhecer é mais do que “aprender a aprender”, não sendo suficiente aprender a conhecer, é necessário aprender a pensar para reinventar o futuro.

Diante dos atuais paradigmas da educação, em 2000 foi publicado o *Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca escolar* com o objetivo de estabelecer novas diretrizes para informar aos governos e tomadores de decisão de todo o mundo, sobre os princípios expressos no manifesto dando suporte ao bibliotecário e às escolas.

Outro documento de importância para a educação foi a Declaração de Lima, em 2001, reafirmando entre os países que compõem a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) que a educação é um direito fundamental para o século XXI, tendo a comunidade ibero-americana interesse em melhorar o nível da educação e a capacidade de gerar conhecimento com qualidade e eficácia.

Em 2005, foi criado o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), através da Portaria nº 1.442, com o objetivo de assegurar a democratização do acesso ao livro, fomento e valorização da leitura; assunto que motiva uma seção no Capítulo 4 desta dissertação. Assim, de acordo com Rosa (2010, p. 172) “[] A criação do Plano Nacional do Livro e Leitura significou uma política de caráter permanente para o livro, a leitura e a biblioteca [...]”.

Em 2008, já mencionado nesta dissertação, o Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia constituíram, a partir de um estudo de inteligência organizacional, realizado em 2007, ações que desenvolvessem identidades positivas para a categoria formada e em formação no fazer da profissão do bibliotecário. Elaborando o *Projeto Mobilizador*, que, no âmbito da biblioteca escolar, tem o foco na formação do cidadão no processo escolar e também aos bibliotecários para garantir a qualidade do serviço oferecido através das suas competências e habilidades profissionais no contexto escolar brasileiro.

Essas ações colaboraram para consolidar a biblioteca escolar no ambiente educacional, através da institucionalização da Lei nº 12.244, em 24 de maio de 2010, que universalizou as bibliotecas escolares nas Instituições de Ensino, declara que deverá ser respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, com prazo de dez anos para sua efetivação.

De acordo com a institucionalização da biblioteca escolar foram lançados também, em 2010, os *Parâmetros para criação e avaliação de bibliotecas escolares*, elaborado pelo o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), sob a Coordenação de Bernadete Campello, pesquisadora da Escola de Ciência da Informação da UFMG, em parceria com o Conselho Federal de Biblioteconomia, fundamentando as condições essenciais para a criação de bibliotecas escolares públicas e privadas. “[] Partindo desta realidade – e tendo como base teórica a noção de *biblioteca escolar como espaço de aprendizagem* [...]”. (CAMPELLO, 2010, p. 7 grifo do autor)

Os possíveis diálogos entre biblioteca escolar e educação deverão ser, cada vez mais, sincronizados diante do paradigma educacional para o século XXI. A prática profissional do bibliotecário, voltada para a função educativa em parceria com o professor utilizando-se da interação com a biblioteca escolar nas suas práticas pedagógicas, deverá contribuir para a formação do aluno e fomentar a sua autonomia tanto na biblioteca escolar quanto na biblioteca universitária.

2.1 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Os paradigmas atuais da educação propõem uma educação visando à formação cidadã e participativa do aluno, ajudando-o “[...] a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres [...]”. (BRASIL, 1997, p. 5) Nesse contexto, a escola como instituição educativa, em tese, deveria ter na sua intencionalidade a qualidade do ensino para a formação do educando.

A qualidade do ensino, proposta pela escola, é essencial estar vinculada à sua filosofia e autonomia, de acordo com o fazer coletivo e participativo dos profissionais da educação, abrangendo a sua função social. Então, todos esses requisitos deverão estar contidos no projeto político-pedagógico da escola que norteará os atores da escola para esse mesmo fim.

Este documento deve definir as diretrizes coletivas de uma gestão

democrática do ensino. Segundo Carneiro (2010, p. 167), o conceito de gestão está imbricado ao de administração com abordagem no campo da administração da educação. Desse modo, na gestão democrática escolar

[...] o projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 1998, p. 13-14)

De acordo com a versão de 1996, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Art. 12 – os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar a sua proposta pedagógica, além de informar aos pais e responsáveis sobre a execução dessa proposta. Também o Art. 14 da LDB diz que os sistemas de ensino deverão ter a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Esse dispositivo legal permite uma reflexão sobre o papel educativo do bibliotecário, que deverá ser considerado, pelos princípios filosóficos da escola, como mais um profissional da educação. A biblioteca escolar também terá que ser percebida como espaço de aprendizagem para a qualidade do ensino.

De acordo com o pensamento de Carneiro (2010, p. 168), o nível de compreensão do projeto político-pedagógico da escola, hoje, envolve os elementos constitutivos da gestão educacional. Destaca-se a gestão escolar descentralizada e colegiada, e a autonomia pedagógica para a relevância da educação e da função social da escola entendendo que o conselho colegiado é constituído por vários segmentos da escola e terá uma aproximação com as realidades vivenciadas no cotidiano escolar, a fim de possibilitar melhorias e transformações para a qualidade da educação. Nessa perspectiva,

[...] o projeto político pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula,

incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade [...]. (VEIGA, 1998, p. 14)

A biblioteca escolar está contextualizada nessa totalidade, pois a sua função educativa contribuirá para o processo ensino e aprendizagem, diante da competência acadêmica do profissional bibliotecário em lidar com a informação e pelo seu compromisso em desenvolver ações que contribuam para a efetivação do projeto político-pedagógico, através das práticas pedagógicas que poderão ser produzidas no ambiente da biblioteca.

O planejamento das ações de incentivo à leitura, orientação para a pesquisa embasada em fundamentos científicos, a valorização da identidade cultural, a prática para o exercício de atitudes cidadãs, consolidará a BE como espaço participativo da gestão escolar em parceria com o professor e com a equipe pedagógica.

Os autores Veiga (1998), Cabral Neto e Silva (2004) também comungam com o pensamento de que o coletivo da escola deve participar da construção do projeto político-pedagógico, manifestando sua intencionalidade pedagógica, cultural e profissional. Pois, “[...] pensar o Projeto Político-Pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e a sua função social [...]”. (CABRAL NETO; SILVA, 2004, p. 11)

A biblioteca escolar pela sua função pedagógica e social deve estar inserida na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, estimulando a formação do aluno no que tange à construção e à apropriação do conhecimento e, por conseguinte, à sua formação integral, de acordo com o planejamento pedagógico das séries, elaborado pelos professores, e da proposta pedagógica organizada pela biblioteca. Nesse sentido,

Trata-se, portanto, da busca de uma ‘qualidade’ para a educação, voltada para a construção do conhecimento e que reconhece a importância deste para a emancipação dos sujeitos e o exercício da cidadania [...]. (SANTIAGO, 1998, p. 160)

Assim, em Macedo (2005, p. 248-271) é afirmado que a construção do projeto político-pedagógico da escola, tendo a participação da biblioteca

escolar com sua proposta pedagógica definida, contribuirá para a qualidade do ensino e a autonomia da biblioteca no ambiente escolar. Isso são, pois, expectativas, portanto não se pode julgar a priori.

2.2 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA BIBLIOTECA ESCOLAR

O *Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar*, elaborado pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em sua Conferência Geral de novembro de 1999, traz como missão que

[...] a biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2000, p. 1)

Baseado na missão do Manifesto da Unesco, é da responsabilidade do bibliotecário, planejar ações para habilitar os alunos a aprender e apropriar-se das habilidades que serão desenvolvidas ao longo da sua vida. Assim, o planejamento deve ser pensado, visando à continuidade do aluno também na vida acadêmica, aproximando a biblioteca escolar da biblioteca universitária.

Nesse sentido, a Biblioteca da escola deverá elaborar a sua proposta pedagógica para nortear a prática desenvolvida nessa unidade de informação. Considera-se como proposta as ações concretas a serem executadas durante determinado período de tempo com a devida intencionalidade, assim, será descrita doravante. A IFLA (2000) define que a biblioteca escolar deve apoiar os objetivos educacionais na missão e no currículo da escola, tornando-a imprescindível ao uso dos recursos exigidos no processo de ensino e aprendizagem.

No livro *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional*

a um fórum virtual³, organizado por Neusa Dias de Macedo (2005), a autora apresenta como tema para debatedores *Projeto bibliotecário e pedagógico*. Nesse debate, de que participaram Maria Christina Almeida, Margarita Gómez e Elizabeth Martucci e a própria organizadora, consideram e fundamentam que o “projeto bibliotecário”⁴ deve estar alinhado ao projeto político-pedagógico da escola.

Ao definir com clareza a função da biblioteca na escola, o bibliotecário e a gestão escolar, aqui entendida como o conjunto de educadores docentes - os professores das séries, e não docentes - os coordenadores pedagógicos, orientadores e supervisores, que comungarão com os objetivos e meios que permitam perceber as relações de causa e efeito da biblioteca escolar para a formação do aluno e o reconhecimento desse ambiente como unidade de informação, afirmando a sua identidade.

Lubisco (2011) apresenta uma orientação para o planejamento, gestão e organização de serviços bibliotecários, considerando “[...] a tipologia de biblioteca, onde as unidades de informação são classificadas a partir da combinação de **3 variáveis interdependentes, determinantes** [...]”. (LUBISCO, 2011, p. 40, grifo nosso), ou seja: função ou finalidade, público e acervo.

A clareza na função/finalidade da biblioteca é o ponto de partida que possibilitará ação e reflexão e um planejamento, visando à qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca escolar. Essa função definida deve contribuir, também, para a internalização por parte do bibliotecário, dos auxiliares e da comunidade escolar sobre a função educativa da biblioteca na escola.

Assim, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em conjunto com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), diante da realidade das escolas públicas brasileiras, “[...] indica que o país há muito tempo, se

³ Neste livro, Neusa Dias de Macedo teve como proposta resgatar, atualizar e debater o tema “biblioteca escolar brasileira” baseada nas memórias profissionais e contextualização do ensino/biblioteca escolar. As informações foram viabilizadas através de um fórum virtual, tendo como parâmetro o *Manifesto Unesco/Ifla para biblioteca escolar*.

⁴ O “projeto bibliotecário” é o planejamento das ações desenvolvidas na biblioteca visando a formação do usuário.

recente da falta de bibliotecas nas escolas [...]”. (PROJETO..., 2008, p. 4) Como citado anteriormente, diante dessa situação, desenvolveu e publicou no ano de 2008 o *Projeto mobilizador: biblioteca escolar rede de informação para o ensino público*, com o objetivo de promover maior qualificação do ensino público, através da criação de uma rede de informação eficaz.

Esse projeto apresentou a relevância da biblioteca para o ambiente escolar, principalmente, evidenciando a sua importância para a formação do indivíduo, ressaltando a sua contribuição para o ensino e aprendizagem, quando orientado por um processo de emancipação para a produção autônoma do conhecimento, vislumbrando a formação do senso crítico e uma maior autonomia na democratização dos saberes construídos no ambiente escolar para a formação do aluno, ao longo da sua vida. Nesse sentido, descreve que

[...] a universalização da biblioteca na escola pública inserida em um sistema de informação que atenda de forma coerente, consistente, não só o alunado, mas também os atores que operam na área educacional farão a diferença no resgate e/ou na obtenção da qualidade do ensino e nos efeitos sobre os beneficiários, pois certamente se constituirá em um fator importante para avançar na busca do conhecimento e formação de mentes jovens mais preparadas e críticas. (PROJETO..., 2008, p. 24)

Fundamentado na qualificação do ensino para o aluno, o *Projeto Mobilizador* também compreende e afirma que

[...] o trabalho da biblioteca escolar há de ter como ponto de partida o contexto da escola, seu projeto pedagógico e a cultura geral que compõe o conjunto de saberes que fundamentam e dão sentido ao modo de vida e à existência de cada membro da comunidade escolar. (PROJETO..., 2008, p. 24)

Nesse sentido, vem confirmar também a necessidade da biblioteca escolar construir a sua proposta pedagógica para nortear o trabalho da biblioteca e os profissionais que fazem parte dessa unidade de informação. A proposta pedagógica da biblioteca é importante para embasar, credibilizar e fundamentar as ações desenvolvidas nesse ambiente. Baseada no *Manifesto*

da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar foi descrita a seguinte proposta para contemplar a autonomia do aluno com perspectiva para uma educação ao longo da vida. Assim, essa proposta visa:

- a) despertar o desejo da leitura prazerosa nos alunos, a fim de desenvolver a criatividade através do imaginário e propiciar-lhes o contato com os autores da literatura infantil e juvenil;
- b) contribuir para a formação de cidadãos através de valores, normas e atitudes que irão recorrer ao longo de suas vidas;
- c) sensibilizar e conscientizar o aluno para utilizar o ambiente e os serviços da biblioteca, visando contribuir para formar cidadãos leitores com autonomia para lidar na sociedade da informação;
- d) apresentar aos alunos os diversos tipos de mídia como fonte de informação para a pesquisa;
- e) despertar o espírito investigativo para atuar na sociedade do conhecimento;
- f) sensibilizar os alunos para a valorização da cultura, artes e eventos culturais, a fim de afirmar a sua identidade e valorizar as diversidades culturais.

A proposta pedagógica da biblioteca refletida no cotidiano, precisa de tempo e avaliação para consolidar as estratégias e atender aos objetivos. O perfil do bibliotecário escolar deve ser o de mediador, visando desenvolver a função educativa da biblioteca. Esse assunto será discorrido, sob forma de tópico, no próximo capítulo da dissertação.

3 A FUNÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Campello (2009a) menciona Jesse Shera (1903-1982) como pioneiro da base teórica da biblioteconomia, em relação ao papel educativo do bibliotecário. Fundamentada nessa concepção teórica, a pesquisadora aponta o Serviço de Referência e a Educação de Usuário como instrumento facilitador para a formação do usuário.

De fato, a institucionalização do Serviço de Referência aconteceu no primeiro Congresso da American Library Association (ALA), em 1876, quando Samuel Sweet Green, bibliotecário norte-americano, formalizou que os bibliotecários ensinassem aos seus usuários como utilizar a biblioteca, orientassem às respostas dos leitores e os auxiliassem a selecionar os livros.

O trabalho de Referência que abrangia um serviço individualizado para estudantes da educação formal, que buscavam a orientação do bibliotecário, favoreceu para o surgimento da "educação de usuários". Este serviço proporcionava e ainda proporciona treinamento individual e em grupo, que permite maior visibilidade da ação educativa desse profissional, oferecendo de forma planejada o uso dos recursos da biblioteca.

Nessa perspectiva, a ação educativa da biblioteca escolar deve ser pensada e gerenciada visando à sua interação com o ensino e aprendizagem. De acordo com Campello (2010), a biblioteca é um espaço de aprendizagem nesse processo. Como educador, o profissional bibliotecário deve propiciar as condições necessárias para a clareza dessa função, pois é nesse espaço, mesmo que informal, que o bibliotecário interage com o aluno de maneira que a sua orientação e mediação contribuam para transformação qualitativa na formação do educando.

A literatura da área de Educação e de Ciência da Informação aponta a relação entre o ensino e a biblioteca para a formação educativa do aluno. Vidal (2004) demonstrou que no período da Escola Nova, entre 1920 e 1930, a biblioteca escolar desenvolvia atividades de incentivo à leitura e dinamizava esse espaço firmando seu papel educativo.

Sobre esse assunto, vale mencionar que Campello (2003a, p. 1) também faz referência à função educativa da biblioteca escolar presente na

fala de Lourenço Filho, quando ele dialoga sobre a complementação do ensino e da biblioteca. A autora ainda apresenta a sua revisão de literatura, 1960-2002, sobre a leitura como ação pedagógica da biblioteca escolar.

Pfromm Neto, Nelson Rosamilha e Cláudio Dib (1974), na publicação *O livro na educação* relatam a importância da biblioteca escolar para o ensino e sua relação com o aluno, dizendo:

Quando se deseja educar, a biblioteca escolar é **absolutamente** indispensável. Há, entretanto, bibliotecas e bibliotecas. Um ou dois armários com livros velhos, inúteis e em desordem, ou várias estantes com belas coleções que permanecem trancadas com cadeados, certamente não merecem o nome de bibliotecas. Talvez a principal característica de verdadeira biblioescolar, [sic] rica ou pobre, seja mais o uso intenso, contínuo, que as crianças fazem dela do que seu acervo de livros e publicações em geral. (PFROMM NETO; ROSAMILHA; DIB, 1974, p. 55, grifo nosso)

Esse pensamento dos autores reflete a necessidade e importância da biblioteca escolar para educação e também demonstra, subjetivamente, que o convívio do aluno com a biblioteca legitima a sua função educativa e o papel educativo do bibliotecário.

Nesse sentido, para viabilizar a frequência do aluno nesse ambiente é necessária a presença do profissional bibliotecário, que atue em parceria com os professores, a fim de mediar, incentivar e despertar, através de ações pedagógicas, o acesso à informação e à apropriação do conhecimento pelo convívio do aluno com esse espaço.

Essa afirmativa é fundamentada pela reflexão de Ezequiel Theodoro da Silva (2001, p. 73) ao expressar-se:

Podemos até dizer que, de meros executores de decisões tecnoburocráticas centralizadas, os bibliotecários começaram a se mobilizar no sentido de re-descobrir e dar mais ênfase à dimensão educativa de suas práticas e, o que talvez seja mais importante, acionar a sua imaginação criadora no sentido de elaborar programas para o desenvolvimento do gosto pela leitura e para a formação integral do leitor. A descoberta de novas funções – inserindo-se aí uma preocupação mais incisiva com os problemas da leitura – ainda serve para aproximar os bibliotecários dos professores através de diálogos mais frequentes, geradores de propostas conjuntas.

É importante que a escola, como dito, através da sua gestão administrativa e pedagógica, esteja consciente do papel educativo da biblioteca escolar, apoiando o bibliotecário com o objetivo de planejar e desenvolver ações pedagógicas em conjunção com o currículo escolar e os programas das disciplinas contribuindo para a formação dos seus alunos. Dessa maneira, o conhecimento adquirido terá a participação da biblioteca.

Além do bibliotecário, o auxiliar que trabalha na biblioteca escolar deve estar consciente e ser partícipe das ações estabelecidas para desempenhar seu papel diante da função educativa desse espaço, como unidade de informação e de conhecimento, capaz de contribuir para a formação integral do educando.

A pesquisadora Stumpf (1987, p. 67-68) afirma que:

Para atingir este objetivo, parte-se da premissa de que função é o papel que desempenha determinado elemento como um todo, dentro de um sistema. Por esta razão, para serem definidas as funções da biblioteca escolar levando-se em consideração que esta é um dos elementos do sistema educacional, é necessário, primeiramente, saber o que se pretende com a educação intencional ou sistemática realizada pelas instituições escolares. Assim, identificando-se os fins da educação, pode-se chegar mais facilmente à identificação do papel que cabe à biblioteca escolar, como um dos componentes do sistema de ensino.

A biblioteca escolar, conforme Amaral (2008), é essencialmente, um ambiente de formação e as ações pedagógicas que mais embasam o processo educativo da biblioteca está centrada na leitura, pesquisa e cultura. Campello (2009b) afirma, em seus estudos de doutorado, que a leitura se destaca como estratégia da ação educativa da biblioteca escolar e que

O foco da ação educativa da biblioteca escolar na leitura ficou confirmado por dois estudos feitos com base em documentos da área. O primeiro, de Vianna e Caldeira (2004), analisou as citações dos 23 trabalhos aceitos para apresentação no III Seminário Biblioteca Escolar Espaço de Ação Pedagógica, que ocorreu em Belo Horizonte, em 2004. O segundo consistiu na análise das citações de 28 teses e dissertações sobre a biblioteca escolar defendidas em cursos de pós-graduação no Brasil, de 1975 a 2002 [...] (CAMPELLO, 2009b, p. 25)

A leitura incentivada sob a ótica da formação do leitor permite o estímulo livre e prazeroso do contato do aluno com o livro desde as séries iniciais. Pode-se citar atividades como: a hora do conto, estratégia para despertar o interesse pela história contada; a “leitura livre” na biblioteca, em que o leitor escolhe as histórias de sua preferência; a autoprodução do aluno para criar a sua história; a reconstrução e releitura das histórias pelo leitor são recursos que integrados e valorizados pelas práticas pedagógicas da sala de aula e da biblioteca despertam para o prazer da leitura como produção e alimenta a imaginação criativa do leitor.

Esse trabalho contínuo, no decorrer das séries do ensino básico, permitirá ainda o desenvolvimento do senso crítico e embasamento para a compreensão da leitura do mundo e a leitura da palavra. No pensamento do educador Paulo Freire (2009, p. 11), “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]”, compreendendo que é no fazer diário do sujeito, no contato com a sua realidade, na vivência com o que lhe permeia, que ele aprende, experimenta, assimila, apropria-se e transmite o conhecimento adquirido.

Assim, na familiaridade com a prática educativa desenvolvida na biblioteca da escola, o aluno também aprende, experimenta, assimila e apropria-se do conhecimento podendo tornar-se um sujeito emancipado e autônomo.

No que diz respeito à formação e constituição do acervo, a existência de uma política de seleção deve estar de acordo com o programa das disciplinas, com as atividades desenvolvidas no interior da biblioteca, a prática da pesquisa investigativa e as atividades culturais.

Esse contexto da biblioteca escolar terá sustentação e credibilidade, quando inserido ao Projeto Político-Pedagógico da escola, de acordo com o Capítulo 2, desta dissertação, na seção 2.2 *A proposta pedagógica da biblioteca escolar*.

No entanto, para isso é importante que todos os atores engajados no processo de formação do aluno comunguem do seguinte pensamento freireano “[...] ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as

possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...]”. (FREIRE, 2006, p. 22)

É nesse sentido que a função educativa da biblioteca escolar contribui para a formação autônoma do aluno. Logo, a biblioteca escolar deve ser democrática e estar em constante reflexão sobre as suas propostas.

Integrados por diferentes saberes, os educadores também poderão possibilitar a troca de conhecimento entre si, ao permitir que essa ação educativa propicie novos conhecimentos às suas práticas profissionais, pois na visão da pedagogia autônoma “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...]” (FREIRE, 2006, p. 23)

Nessa perspectiva, inspirada nos “saberes necessários à prática educativa transformadora” de Paulo Freire (2006, p. 26-41) sobre a educação para autonomia, a autora desta dissertação adotou e interpretou esses saberes aplicados à prática educativa da biblioteca:

- a) **Ensinar exige rigorosidade metódica** – É necessário reforçar a capacidade crítica do aluno, sua curiosidade e insubmissão. Planejar as ações da biblioteca fundamentadas pelo aprender criticamente, despertar o senso criativo e crítico do aluno. Ensinar através de atitudes coerentes que permitirão estabelecer o sentido das “coisas”, educar pelo e para o exemplo.
- b) **Ensinar exige pesquisa** – Não há ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino. A biblioteca da escola deverá ser o ambiente de referência para a pesquisa; ensinar que pesquisar é conhecer o que ainda não se conhece, evidenciando a novidade; apresentar os diversos suportes da informação para a investigação fundamentada como princípio da pesquisa; propiciar atividades que desenvolvam gradativamente sua capacidade de investigar; comparar, pesquisar, refletir, avaliar, e posicionar-se frente ao objeto de estudo, buscando trabalhar com aprendizagens significativas e contextualizadas.
- c) **Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos** – Aproveitar a experiência dos alunos para discutir e exemplificar situações que

possam contribuir para o saber coletivo. Relacionando as suas experiências sociais com os saberes curriculares para que percebam o sentido do conhecimento com perspectivas de transformações qualitativas para a sociedade.

- d) **Ensinar exige criticidade** – Aguçar a curiosidade indagadora do aluno, permitindo seu questionamento crítico sobre os critérios e normas da biblioteca que visam o coletivo. Responder, com coerência e verdade, aos seus “porquês”. O bibliotecário deve planejar ações que permitam reflexões críticas para os alunos.
- e) **Ensinar exige estética e ética** – A biblioteca da escola deverá ter um ambiente que propicie o exercício ético diante da sua filosofia de disponibilizar a informação para a coletividade. Partir do pressuposto de que a biblioteca é ambiente em que se pratica a imparcialidade pelo respeito ao usuário, despertando o senso de responsabilidade e cuidado com o acervo; exercitar o que é correto – prazo para a devolução do material bibliográfico, preservar e não subtrair o acervo, socializar o que é para todos, não permitir os desvios fáceis a que somos tentados. Incentivar o princípio de igualdade. Apresentar a beleza de ser digno e correto com o bem público. E literalmente, propiciar um ambiente de beleza para a convivência com a informação, contribuindo para a formação ética e cidadã do aluno.
- f) **Ensinar exige a corporeificação das palavras pelo exemplo** – Os profissionais da biblioteca devem ter atitudes imparciais com os alunos, descartando os privilégios pela adoção de medidas paternalistas. Ter no seu perfil o senso de justiça, equilíbrio e compromisso com o processo ensino e aprendizagem. Estar em permanente formação para a qualificação dos serviços oferecidos.
- g) **Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação** – O bibliotecário deve buscar desconstruir qualquer forma de preconceito e discriminação. Deve ter bom senso para equilibrar o acervo diante das diversas disciplinas que permeiam o currículo escolar. Estar comprometido

com os acontecimentos da sociedade, interferindo com reflexões e divulgando o que possa contrapor as atitudes de descompromisso dessa sociedade. Ser flexível para o novo e comprometido com as mudanças sociais.

- h) **Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática** – A biblioteca deve ser espaço de constante reflexão para aproximar, cada vez mais, a informação do usuário. Deve estar atenta para a inovação e melhoria dos seus serviços, compreendo que o usuário é a razão maior desse ambiente de informação e conhecimento. Compreender que o processo para o conhecimento é um direito do usuário e propiciar condições favoráveis para esse objetivo.
- i) **Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural** – A biblioteca deve estimular a valorização da cultura nas suas diversas vertentes. Reconhecer a identidade cultural deixada como herança pelas diversas raças. A biblioteca da escola deve propiciar ações que despertem o senso artístico e cultural dos alunos visando à aproximação dos saberes intelectuais com os saberes, culturais permitindo o reconhecimento da cultura para a formação integral do aluno.

3.1 A MEDIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO ALUNO

A mediação dos educadores na escola proporciona ao aluno condições para desenvolver a sua formação integral, que de acordo com Artigo 2º da LDB/96, “a educação, [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996). Nesse contexto, a biblioteca escolar deve refletir com a equipe pedagógica sobre os meios compatíveis para promover a construção da formação autônoma do aluno desde o ensino fundamental.

O ambiente da biblioteca escolar, principalmente nas séries iniciais, de acordo com Kuhlthau (2002), deve ser pensado como um laboratório de experimentação e formação onde o aluno desenvolverá o seu convívio com a

informação. É nesse ambiente democrático que o aluno aprenderá a apropriar-se do conhecimento.

Na biblioteca, o contato do aluno com os diversos autores, ilustradores e textos, através da leitura dos diversificados suportes da informação, deve possibilitar ao seu imaginário afirmar que pessoas são capazes de construir, decidir, modificar, desejar, copiar, desenvolver e transformar aproximando o conhecimento à sua realidade. A arte e a cultura, sendo aguçadas, valorizam e humanizam a criatividade do ser. É pela pesquisa orientada que o aluno refletirá sobre o benefício do conhecimento comum e do conhecimento científico para a sociedade, tornando-se futuramente um agente do desenvolvimento científico. Nesse sentido, Abreu (2005, p. 27) afirma: “[] Só assim a pesquisa escolar terá sentido e a escola estará formando um aluno com perfil de pesquisador: criativo e autônomo na busca do conhecimento. [...]” Também os sentimentos e valores como prazer, amor, preservação, responsabilidade, honestidade são formados e despertados no aluno pelo convívio e mediação com a biblioteca.

A organização do conhecimento na biblioteca escolar tem por objetivo facilitar a compreensão do aluno para localizar e recuperar a informação nas estantes. É no treinamento ao usuário que serão apresentados os serviços da biblioteca permitindo ao aluno conhecer e utilizar a informação com consciência e segurança. Igualmente, é na biblioteca escolar que o aluno exercita a sua cidadania, ao inteirar-se das normas preestabelecidas para usufruir os seus direitos e cumprir os seus deveres. Desta forma, compartilhará com justiça e análise crítica sobre o bem coletivo, respeitando-o e preservando-o e saberá reivindicar as suas necessidades, enquanto usuário dos serviços oferecidos pela biblioteca, pensando também na coletividade da escola.

Nessa perspectiva, Morigi, Vanz e Galdino (2002, p. 141) corroboram com esse pensamento, afirmando que:

A informação é considerada um bem simbólico e o seu acesso é essencial para que a cidadania se efetive de forma plena, sendo assim o profissional deve colocar-se de forma ativa diante de sua responsabilidade social como educador. Não basta apenas realizar procedimentos técnicos (classificar,

catalogar, indexar), estes sem dúvida, são muito importantes para a formação profissional. Entretanto, os bibliotecários devem ir além destes saberes e atividades técnicas, precisam buscar elementos teóricos ligados às ciências humanas, que fortaleçam a sua condição de cidadãos e profissionais.

Os autores ainda mencionam que “[...] a educação das crianças está diretamente vinculada à concepção de cidadania, pois o objetivo da educação durante a infância é formar o adulto pleno. [...]” (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 141) Esses referenciais fundamentam a mediação do bibliotecário escolar e sua contribuição na formação integral do aluno, tornando-o um adulto emancipado e autônomo.

Nessa relação entre biblioteca escolar e aluno, Campello (2009a) afirma e fundamenta sobre o papel educativo do bibliotecário no contexto escolar, quando diz que:

Na sociedade contemporânea, caracterizada pela abundância de informações sem precedentes, cresce a necessidade de se saber usar as informações e, portanto, o papel educativo do bibliotecário torna-se mais evidente, tendo em vista sua competência específica para lidar com informações. (CAMPELLO, 2009a, p. 11)

Corrêa e colaboradores (2002) também contribuem com essa afirmativa, quando salienta que:

De todos os tipos de bibliotecas e centros de informação e documentação nos quais o bibliotecário pode exercer suas funções, parece evidente que o caráter educativo deste profissional flui com maior naturalidade no ambiente da biblioteca escolar. (CORRÊA et al., 2002, p. 107)

Assim, os diálogos entre biblioteca, informação e educação estão cada vez mais imbricados na era da informação e do conhecimento, pois com esse propósito a informação deve estar acessível a todos para apropriar-se do conhecimento.

Vale ressaltar a declaração de Perroti e Pieruccini (2008, p. 7) sobre a questão da apropriação do conhecimento, referente ao contexto da educação, quando mencionam que o

[...] complexo educacional e cultural do país, pautavam-se também quase sempre pelas mesmas referências de reforço do mesmo e do idêntico, comprometendo-se não com a apropriação, mas com a assimilação cultural, atitude que acabou contribuindo para o esvaziamento dos significados e sentidos atribuídos historicamente a instituições como Escola e Biblioteca [...].

Assim, os autores firmam sobre o paradigma da apropriação cultural, em que consideram a relação entre informação e educação inseparáveis, definindo para a sociedade do conhecimento uma nova área entre ciência da informação e educação que é a infoeducação e dizem que:

Nesses termos, existem diferenças de fundo e forma entre a infoeducação e muitas das formulações que sustentam a Educação de Usuários, a Educação para a Informação e, especialmente, a Information Literacy. Em primeiro lugar, a Infoeducação não secciona Informação e Educação. Para ela, os fenômenos informacionais e educacionais não se separam, apesar de apresentarem autonomia e identidades próprias. Os dispositivos e as aprendizagens informacionais são, portanto, partes de um todo articulado que está na base do processo de significação. (PERROTI; PIERUCCINI, 2008, p. 25)

Nesse sentido, a função educativa do bibliotecário escolar é indispensável para o processo da aprendizagem, sendo o bibliotecário fundamental na biblioteca escolar. Campello (2009b, p. 38) também tem a mesma opinião de que o usuário deve aprender com a informação e aponta a “[...] ideia defendida pelo bibliotecário estadunidense Jesse Shera que reconhecia como crucial nesse processo o papel de mediador que o bibliotecário exerce entre as pessoas. [...]”

Desse modo, o conceito de mediação definido por Almeida Júnior (2007) vem confirmar que o bibliotecário escolar, através das suas ações educativas, contribui para a construção da autonomia do aluno diante da sua interferência na apropriação do conhecimento.

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação da informação que atenda, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 30)

O conceito de mediação para Almeida Júnior (2007) é próprio do objeto da Ciência da Informação, pois os serviços proporcionados aos usuários têm por objetivo a apropriação da informação.

Nessa perspectiva, a autora Fadel e colaboradores (2010, p. 14) relatam que, no âmbito da apropriação da informação, a relação sócio e a interpretação do usuário podem ser construídas a partir de experiências vivenciadas, previamente, pelo usuário.

Diante dessa afirmativa, é perceptível que o aluno, ao exercitar o desenvolvimento para a competência informacional na BE, através de ações educativas e pela mediação do bibliotecário, durante a educação básica, que considera o movimento do letramento informacional, de acordo com os estudos e pesquisas de Bernadete Campello (2005) terá autonomia para lidar com a informação no âmbito da biblioteca universitária.

A competência informacional (*information literacy*) é argumento de estudo na literatura mundial da Ciência da Informação e será tratada na próxima seção.

3.2 A *INFORMATION LITERACY* E SUA ORIGEM

Na literatura da Ciência da Informação o termo *Information Literacy* foi utilizado pela classe bibliotecária nos Estados Unidos como uma ação reivindicatória do documento intitulado *Nation at Risk – Nação em Risco*. Esse documento é um “[...] relatório publicado em 1983 sobre a situação da educação norte-americana, que ignorava inteiramente a contribuição da biblioteca no ensino e o papel educativo do bibliotecário. [...]” (CAMPELLO, 2009a, p. 12)

Dudziack (2003), Belluzo e Kerbauy (2004), nos seus artigos sobre *information literacy*, informam que essa expressão surgiu pela primeira vez, na literatura, em 1974, por Paul Zurkowski, presidente da Information Industry Association, quando tratou sobre o tema em um relatório com informações sobre produtos e serviços providos por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas, como soluções de problemas, a utilização e aprendizado de técnicas e habilidades para o uso das ferramentas

tecnológicas com o propósito de facilitar o acesso à informação, sugerindo um movimento nacional em direção à *information literacy*.

No âmbito mundial da Ciência da Informação, o termo adquiriu várias traduções, de acordo com as diferenças etimológicas; *literácia* em Portugal, que corresponde a letramento; *alfabetización*, na Espanha, e letramento no Brasil. Além de letramento, usa-se o termo competência informacional ou competência em informação.

Apesar das várias terminologias, os autores se baseiam em um mesmo foco, a explosão informacional e tecnológica e um novo paradigma para a educação do século XXI, que, devido às transformações da sociedade da informação e do conhecimento, elucidaram sobre um novo aprender.

É notória a necessidade de desenvolver habilidades para permear na sociedade da informação, preparando o usuário para a busca e o uso da informação com seriedade e criticidade.

No Brasil, o termo Letramento informacional é atribuído aos processos e fazeres pedagógicos da educação básica. Assim, Caneglian, Santos, Casarim (2010, p. 256) expõem:

Sabemos que as palavras alfabetização e letramento estão intrinsecamente relacionadas aos processos e fazeres pedagógicos, aos primeiros anos de escolarização, sendo a primeira entendida como ato de ensinar a ler e escrever (o alfabeto) e a segunda, condição daquele indivíduo ou grupo que faz uso social competente da leitura e da escrita.

Esses autores ainda questionam sobre o termo "*competência em informação ou competência informacional?*" Eles defendem a expressão Competência em informação, porém consideram que o termo Letramento e Alfabetização informacional são restritos para definir habilidades dos "saberes", "atitudes" e "práticas do mercado", considerando que competência em informação abrange ao processo de habilidades, capacidades a ser ensinado de modo crítico e reflexivo.

Morbeck Coelho (2008), na sua dissertação *Competência informacional no ambiente de trabalho*, analisa com detalhes sobre os estudos da competência informacional e utiliza a expressão "competência

informacional". Ainda enfatiza os estudos da bibliotecária americana Patrícia Senn Breiviki e Gordon Gee sobre o conceito da educação baseada em recursos e o papel desempenhado pela biblioteca universitária, como instrumento valioso para a aprendizagem ao longo da vida, afirmando, assim, a importância da competência informacional para um novo modelo de aprendizagem.

Há divergências dos autores citados sobre a expressão *information literacy*, mas há convergência nas suas pesquisas de que a competência informacional ou em informação é a capacidade de usar habilidades, conhecimentos, atitudes e experiência adquirida para desempenhar bem os papéis sociais, definindo que a diversidade de informação proporciona a necessidade de um novo aprender.

Dudziak (2001), em estudo realizado sobre *information literacy*, fez uma análise sobre a terminologia e definiu:

Literacy, portanto, corresponderia não somente à capacitação para a leitura e a escrita, mas especialmente **uma ligação com a educação continuada e ao aprender a aprender, num continuum extensível desde a infância até o fim da vida do cidadão**, revelando ainda sua faceta política, afastando a visão dicotômica entre alfabetizado e analfabeto, reiterando o uso do termo como um processo integrado à vida dos cidadãos. (DUDZIAK, 2001 p. 56, grifo nosso)

Assim, o papel educativo do bibliotecário para o "aprender a aprender" é prioritário no contexto da sociedade deste século. O destaque dado na citação de Dudziak (2001) ressalta e afirma como é fundamental a interação da biblioteca escolar para a formação do aluno e o quanto contribuirá para a sua autonomia e emancipação na biblioteca universitária.

O movimento da *information literacy*, mundialmente, apresenta uma complexidade de conhecimentos que extrapola o âmbito educacional para atender às necessidades informacionais do aprendizado contínuo.

Essa repercussão vem demonstrando a atenção organizada para o movimento da *information literacy*. Dudziack (2008) apresenta no seu artigo *Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a situação da*

competência em informação no Brasil, que

[...] as pesquisas em torno do tema encontram-se em estágio de maturação que extrapolou a idéia inicial de habilidades preconizado nos anos 80 e 90 pela *American Library Association* – ALA (1989;1990) e avançou em direção a um entendimento mais dinâmico e complexo, voltado ao pleno desenvolvimento do indivíduo alfabetizado. (DUDZIACK, 2008, p. 41)

O Colóquio em Nível Superior realizado na Biblioteca de Alexandria, em 2005, sobre Competência Informacional e aprendizado ao longo da vida define que

A competência informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. Ele capacita as pessoas em todos os caminhos para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações. (FARÓIS..., 2005)

Mas muito pouco se avança no Brasil, de acordo com Dudziack (2008), o analfabetismo é uma realidade para a prática organizada da *information literacy*. Nesse sentido, os estudos acerca da *information literacy* deve avançar para a criação de políticas públicas educacionais que viabilizem as práticas fundamentadas no desenvolvimento das habilidades e competências necessárias aos sujeitos que convivem na sociedade da informação pelas vias também da ação educativa do bibliotecário.

Partindo da tradução do termo *information literacy*, adotada pela autora Elisabeth Dudziack – entendimento do pleno desenvolvimento do indivíduo alfabetizado que abrange diferentes níveis – compreende-se que *information literacy* no âmbito da educação básica deve ser entendido também como letramento informacional diante da construção do fazer pedagógico, ou seja, no momento da aprendizagem, da construção e preparação para o domínio do uso e busca da informação, o aluno deverá estar habilitado para esse “fazer”, apropriando-se das competências para desenvolver o senso crítico e reflexivo ao longo da vida nas diversas atividades sociais e profissionais no convívio com a informação.

3.2.1 O letramento informacional para a biblioteca escolar

O termo letramento informacional, como visto anteriormente, é uma das traduções para a expressão *information literacy*. Dudziak (2001) afirma sobre uma nova forma de educar, diante dos avanços da tecnologia que aproxima o volume de informação do indivíduo, construindo novas possibilidades do aprender. Nesse sentido,

A visão educacional predominantemente tradicional, baseada no conceito-chave de que o professor transmite um conjunto fixo de informações aos estudantes, está sendo substituída por um enfoque educacional voltado aos processos de construção, gestão e disseminação do conhecimento, com ênfase no 'aprender a aprender' e na educação continuada, sendo a informação um elemento-chave. (DUDZIAK, 2001 p. 4)

Nessa perspectiva, um novo pensar e um novo aprender, para além dos conteúdos programáticos, refletem sobre o perfil do bibliotecário na atualidade, confirmando a sua função educativa para contribuir nos processos de construção, gestão e disseminação da informação e do conhecimento.

Em razão das divergências sobre a expressão *information literacy*, o termo letramento informacional é utilizado por Campello, em 2003, ainda com ressalvas diante dos estudos iniciais sobre a terminologia na literatura brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mencionando que

[...] no âmbito da educação básica, que constitui o foco de nossos estudos, parece que o conceito de letramento seria o mais adequado para embasar ações que busquem ampliar a ação educativa da biblioteca. (CAMPELLO, 2003, p. 29)

Em 2005, a autora define o seguinte pensamento sobre o termo competência informacional e letramento:

[...] pode-se dizer que a competência informacional constitui uma forma de letramento, na perspectiva hoje aceita no Brasil, que pressupõe que 'quem aprende a ler e escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, torna-se uma pessoa diferente, adquire um outro

estado, uma outra condição' (Soares, 2001, p.36). Assim, a competência informacional se insere na questão do letramento, na medida em que pressupõe uma condição que caracteriza a pessoa que faz uso frequente e competente da informação. (CAMPELLO, 2005, p. 10)

O termo letramento informacional traduz a ação educativa do bibliotecário no ambiente escolar e universitário, permite a visibilidade da prática profissional do bibliotecário no papel de educador.

Nesse sentido, Caregnato (2000) traduziu o termo *information literacy* como "alfabetização informacional" e demonstrou a necessidade de preparar bibliotecas universitárias para oferecer aos alunos o desenvolvimento de habilidades informacionais em ambiente digital:

[...] pode-se observar o surgimento de novas formas para designar o serviço educacional oferecido pelas bibliotecas aos seus leitores: desenvolvimento de habilidades informacionais (em inglês, 'information skills development') e alfabetização informacional (em inglês, 'information literacy'). (CAREGNATO, 2000, p. 50)

A reflexão feita por Caregnato (2000) impulsiona e confirma o pensamento sobre a prática do letramento informacional na educação básica, fomenta a necessidade do conhecimento prévio adquirido pelo aluno na biblioteca escolar, através da apropriação de habilidades informacionais para a sua autonomia na biblioteca universitária permitindo a continuidade do processo de habilidades ao longo da sua caminhada acadêmica, profissional e pessoal.

Deste modo, Campello (2009a, p. 9) parte como "[...] pressuposto que o bibliotecário – dadas suas competências específicas – tem responsabilidade na formação de pessoas capazes de aprender com a informação. [...]" Neste pensamento, também consolida o papel educativo do bibliotecário escolar pelo movimento do letramento informacional, prioriza e institucionaliza a função educativa do bibliotecário para a sociedade, principalmente na escola.

Assim, esse movimento relaciona a prática do profissional bibliotecário à apropriação das habilidades pelo aluno. A mediação do bibliotecário no movimento do letramento informacional possibilita um trabalho cooperativo

no ambiente escolar, além de gerenciar as técnicas que embasam e facilitam a busca e a localização para o uso frequente e consciente da informação.

Abordando as bases teóricas do letramento informacional, Campello (2009a, p. 34-35) menciona os estudos da pesquisadora Carol Kuhlthau que, na década de 1980, fundamentou sobre o processo de aprendizagem na busca e uso da informação e dos processos de mediação, fomentando a autonomia do aluno para analisar e sintetizar o conhecimento de forma consciente e crítica, contribuindo para a sua aprendizagem qualitativa.

Christina Doyle e Christine Bruce, que realizaram seus estudos na década de 1990, buscaram identificar e compreender as características do indivíduo competente no uso da informação. Tal observação apresentou o “[...] seguinte resultado: letramento informacional é a habilidade de acessar, avaliar e usar a informação a partir de uma variedade de fontes. []” (CAMPELLO, 2009a, p. 36) Nesse sentido, o letramento informacional é um movimento de transformação de paradigmas na sociedade da informação.

Interessante notar que para definir os modelos das bibliotecas na sociedade, Perrotti e Pieruccini (2008, p. 9-10) descrevem sobre três paradigmas culturais – *O paradigma da conservação cultural* associado ao período de priorização dos processos técnicos em que se centrava o acervo, sem evidenciar o objetivo social da biblioteca. *O paradigma da difusão cultural*, em que desloca o seu objetivo para a circulação do acervo e apresenta a informação, demonstrando, assim, a realidade atual das bibliotecas que caminha para o *paradigma da apropriação cultural*, em que o usuário apropria-se do conhecimento, ressaltando os trabalhos cooperativos, entre os educadores e seus usuários. Assim, esse paradigma deve ser associado ao movimento do letramento informacional.

Dessa forma, o usuário está no centro dos objetivos da instituição com o propósito de “aprender a aprender” para apropriar-se do conhecimento criticamente e com eficácia.

Na atualidade, o letramento informacional demonstra o valor social e educativo da biblioteca escolar e o seu conceito, definido por Campello (2009a), apresenta as capacidades necessárias para que o aluno na fase escolar possa apropriar-se dessas habilidades com consciência e desenvolver

o seu senso crítico de forma autônoma. Explicando melhor,

O letramento informacional constituiria uma capacidade essencial, necessária aos cidadãos para se adotar à cultura digital, à globalização e a emergente sociedade baseada no conhecimento. Implicaria fundamentalmente que as pessoas tivessem capacidade de entender suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretar informações, utilizando-as de forma crítica e responsável. (CAMPELLO, 2009a, p. 12-13)

Em vista disso, é possível que o movimento do letramento informacional no Brasil tenha contribuído, também, para a institucionalização da biblioteca escolar, que foi decretada na Lei nº. 12.244, de 24 de maio de 2010, essa lei será descrita no próximo capítulo da dissertação.

Vale lembrar que Corrêa (2002, p. 108) menciona o autor Waldeck Carneiro que, em 1999, faz referência à situação de desprezo da biblioteca escolar, apontando a ausência de base legal sobre a biblioteca escolar no Brasil.

Em todo caso, percebe-se que houve avanço, apesar de tardio, para a consolidação da biblioteca escolar nas instituições escolares brasileiras. Nesse sentido, o bibliotecário deverá desenvolver ações pedagógicas nas bibliotecas escolares para consolidar o movimento do letramento informacional e desenvolver na sua prática profissional o conceito desse letramento. Os currículos dos cursos de pedagogia e biblioteconomia deverão estar atualizados para embasar esses educadores na perspectiva do letramento informacional.

De acordo com Dudziak (2008), “[...] a legitimação da competência em informação como movimento de abrangência mundial é ainda um desafio para os países em desenvolvimento, principalmente para o Brasil, que ainda luta contra o analfabetismo. []”

Assim, as condições da educação brasileira apontam para a ação educativa do bibliotecário de maneira prática, sem fundamentação e planejamento de acordo com a realidade das bibliotecas escolares no Brasil, o que vem demonstrando a dificuldade em acelerar o desenvolvimento do letramento informacional, com metodologia apropriada para essa prática

educativa na biblioteca escolar.

Do ponto de vista da institucionalização da biblioteca escolar e do movimento do letramento informacional, é viável que as instituições educativas e seus educadores permitirão a ressignificação dos paradigmas da biblioteca escolar brasileira na perspectiva da formação do aluno e sua autonomia que serão tratados nas próximas seções deste capítulo.

3.3 A FORMAÇÃO DO ALUNO NA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar na sua função educativa, descrita e fundamentada neste capítulo, está relacionada, de acordo com Amaral (2008), Campello (2005) Fragoso (2002), à formação do aluno no sentido de promover habilidades para a busca do conhecimento de forma autônoma, o incentivo à leitura e propiciar atitudes e valores para o convívio na biblioteca.

Nessa perspectiva, é imprescindível que a biblioteca da escola planeje ações com o objetivo de desenvolver a formação do aluno no período escolar. Assim, Campello (2009b) define o letramento informacional, fundamentado na seção anterior, como prática para este fim.

A literatura da Ciência da Informação, quando trata da formação do aluno, explicita a leitura como principal estratégia para embasar essa formação, sendo a pesquisa escolar consequente da leitura também apresentada como estratégia para o desenvolvimento da formação do aluno.

Vale lembrar que o acesso aos diversos suportes da informação, entre os formatos impressos e digitais, são instrumentos necessários para consolidar a formação do aluno.

Assim, afirma Campello (2009b, p. 77):

Paralelamente à realização de estudos acadêmicos, começaram a ser criados diversos tipos de instrumentos que ensejaram a aplicação mais eficiente de programas de letramento informacional nas escolas. Três desses instrumentos (parâmetros que definem habilidades informacionais, estruturas para aprendizagem do processo de pesquisa e diretrizes para avaliação da aprendizagem de habilidades informacionais) [...]

Nesse sentido, ainda segundo Campello (2009b), esses parâmetros foram

sistematizados por instituições de classe e ou por entidades educacionais, sendo o *Information Power*⁵ o mais conhecido. De acordo com a autora, as nove normas de letramento informacional desse documento estão divididas em três segmentos: competência informacional com ênfase nas habilidades de acessar, avaliar e usar informação; o segundo é a capacidade de buscar e usar informação de maneira independente, sendo o terceiro segmento explorar o uso social da informação.

Campello (2009b, p.77) menciona que “[...] o *Information Power* sustenta-se na ideia de que a habilidade de usar informação, em suportes variados, exige do estudante o domínio de habilidades informacionais que irão capacitá-lo para aprender. [...]” Assim, será construído seu conhecimento, tornando-se capaz de aprender continuamente de maneira autônoma, ética e durante toda a sua vida.

Na perspectiva do pensamento freireano em que “[...] *ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção*. [...]” (FREIRE, 2006, p. 22, grifo do autor) estão englobados esses segmentos, pois possibilitam a produção ou construção das habilidades e competências necessárias para buscar, acessar, avaliar, usar e explorar a informação de forma ética propiciando o conhecimento de forma autônoma.

O contexto da formação do aluno, embasado pelo pensamento freireano, também é coadunado por Campello (2005, p. 10), quando afirma que “[...] competência informacional combina com o ensino no qual o professor não é o transmissor de conhecimento e, sim, o orientador que capta os interesses dos alunos, estimula seus questionamentos e os guia na busca de soluções. [...]”

Nesse sentido, a biblioteca escolar, para a formação do aluno, tem que planejar e desenvolver a sua proposta pedagógica, já fundamentada no Capítulo 1 desta dissertação, com o objetivo de preparar o aluno para conviver com a informação e as diversas possibilidades que a biblioteca, como unidade de informação, oferece.

⁵ Documento elaborado, em 1998, pela *American Association of School Librarians*, em conjunto com a *Association for Educational Communications and Technology* que define as nove normas para o letramento informacional.

Nesse pensamento, a pesquisadora Carol Kuhlthau⁶ considera que o processo de aprendizagem em bibliotecas está baseado na aprendizagem em questionamentos. Assim, desenvolveu um programa de atividades sequenciais, baseado nos estágios do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, começando a partir do momento em que a criança inicia sua formação escolar, aos cinco anos, até a fase do ensino fundamental. Este modelo tem sido usado como um guia para treinamento de estudantes.

Na biblioteca escolar, a frequência do aluno com horário pré-fixado, aliada ao desenvolvimento da proposta pedagógica integrada ao planejamento dos professores, em sala de aula, são fatores que embasam a formação do aluno na escola. Kuhlthau (1999, p. 13) afirma que “[...] para uma aprendizagem baseada no questionamento, usar a biblioteca e seus recursos, não é uma atividade adicional, esporádica, e sim o próprio cerne do projeto pedagógico. [...]”

Nessa perspectiva, ainda Kuhlthau (1999) considera que na sociedade da informação os alunos precisam aprender no ambiente tecnológico e ter habilidade de encontrar significado através da produção de sentido em mensagens diversas e numerosas que muitas vezes não estão organizadas previamente em textos, além de possuir habilidade de construir um entendimento próprio a partir da informação incompatível e inconstante. Assim, “[...] os bibliotecários podem desempenhar importante papel no processo de aprendizagem.” (KUHLLTHAU, 1999, p. 13)

Vale enfatizar, mais uma vez, que a formação do aluno na biblioteca escolar está, primeiramente, relacionada ao incentivo à leitura, pois todo processo de aproximação do aluno à biblioteca da escola, nas séries iniciais, é motivada pela ação do contato com o livro impresso e os diversos suportes tecnológicos, possibilitando o encantamento da história pelo recurso da contação, seguindo pela leitura “livre”, em que o aluno desperta a sua curiosidade para ler o livro de sua preferência.

Toda essa magia pelo encantamento permitirá ao aluno perceber que

⁶ Pesquisadora norte-americana, que tem se dedicado a atividades de pesquisa ligadas ao processo de busca e uso da informação em instituições escolares. Trabalha como professora titular da *School of Communication, Information and Library Studies*, Rutgers University, U.S.A. Autora do livro *como usar a biblioteca da escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*, que foi traduzido e adaptado por Bernadete Campello e outros, publicado pela editora Autêntica, em 2002.

através da leitura ele irá adquirir conhecimento. Nesse propósito, Kuhlthau (2002, p. 21), afirma que:

Embora os bibliotecários tenham tradicionalmente se preocupado em ensinar apenas habilidades de localização, devem envolver-se mais com a interpretação dos materiais. As atividades dessa categoria ajudam os alunos a entender e usar materiais da biblioteca, começando com as primeiras experiências de hora do conto e continuando com atividades de pesquisa nas etapas mais avançadas.

Ainda Kuhlthau (2002) descreve que o entrosamento das crianças com o livro e a narração de histórias são destinados à criança de 5 a 7 anos, ocorre na fase da alfabetização e, nesse momento, o aluno vai se envolver mais profundamente com os livros, principalmente na escuta de histórias. Desse modo, no ensino fundamental, na idade de 7 a 10 anos, a habilidade de leitura deve, basicamente, estar formada para utilizar os recursos informacionais disponíveis na escola.

Assim, a autora menciona que na fase de 11 a 14 anos, relacionada do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, referente ao período que era da 5ª à 8ª série ginasial, o aluno irá conviver com a abundância de recursos de informação, proporcionado por atividades que permitam compreender o ambiente informacional da sociedade do conhecimento; na fase de 11 a 12 anos, os alunos devem usar os recursos informacionais de maneira independente; dos 13 aos 14 anos, o aluno deve entender o ambiente informacional para interpretar e fazer as suas escolhas.

Nesse sentido, o aluno, tendo a compreensão de como a informação é organizada na biblioteca escolar, perceberá a importância dessa unidade de informação para aquisição de novos conhecimentos, tendo a biblioteca da escola como espaço de aprendizagem.

Sobre este aspecto, Kuhlthau (2002), considera que a biblioteca escolar deve estar contextualizada ao programa curricular da escola, envolvendo um planejamento conjunto e criativo, para subsidiar as pesquisas e trabalhos elaborados pelos professores.

Desse modo, a pesquisadora Kuhlthau (2002, p. 185) ainda considera que a biblioteca da escola “[...] prepara as crianças e jovens para serem

pesquisadores da informação durante sua vida adulta. [...]” Nessa perspectiva, o aluno estará embasado para utilizar os serviços da biblioteca universitária com autonomia.

3.4 A AUTONOMIA DO ALUNO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A definição de autonomia de acordo com Ferreira (1986) é a faculdade de se governar por si mesmo, é liberdade moral ou intelectual.

Desse modo, conforme Miccoli (1999, p. 68), “[...] as palavras ‘autonomia universitária’ fazem parte do vocabulário da academia há séculos.” Desde que os professores, em Paris, revoltaram-se contra o poder da igreja sobre o conhecimento. Assim, segundo Macambira (1999, p. 60),

Desde o surgimento da universidade, na Idade Média, antes, portanto, do advento do Estado Moderno, a autonomia se constituiu em pressuposto básico da necessária liberdade para a produção plena do conhecimento, da produção científica e tecnológica.

Nessa vertente, a palavra autonomia está inserida à vida acadêmica da universidade brasileira, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, artigo 207, em que foi consagrado o princípio de autonomia universitária: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão”.

De acordo com o pensamento de Salomon (1999, p. 33),

Então a universidade pôde ser pensada como a instituição autônoma (sem coerção nem censura) para produzir conhecimento, por isso independente do poder político. Se dependesse, jamais conseguiria produzir conhecimento algum. Faltar-lhe-ia a condição básica: a liberdade de criar e pesquisar.

Sendo a universidade uma instituição autônoma por excelência, que produz o conhecimento científico, a biblioteca universitária tem por missão “[...] proporcionar acesso ao conhecimento. Esse acesso ao conhecimento é que irá permitir que o estudante, o professor e o pesquisador possam

realizar suas aprendizagens ao longo da vida. [...]” (CUNHA, 2001, p. 6)

Nessa perspectiva, relacionando a autonomia do aluno à biblioteca universitária, compreende-se que o aluno deve estar em condições de utilizar os serviços dessa unidade de informação de maneira emancipada. Tendo na biblioteca universitária o propósito fundamental de acessar o conhecimento técnico-científico de forma investigativa.

Mas, de acordo com as considerações de Díaz-Bordenave e Pereira (2002, p. 255), os alunos leem pouco e as principais razões são que

[...] eles egressam do ensino secundário sem o hábito de ler, e, sobretudo, de frequentar a biblioteca. As apostilas condicionam o aluno a não procurar outras fontes. A carga horária excessiva não deixa tempo para que os alunos frequentem a biblioteca. A biblioteca tem poucos livros, facilidades precárias, mal atendimento. Os alunos não sabem como utilizar a biblioteca. Muitas obras de consulta indispensável estão em idiomas que os alunos não compreendem. Os professores não estimulam o uso da biblioteca: em geral os alunos não precisam frequentar a biblioteca para serem aprovados.

Desse modo, o autor ainda considera que “[...] no sistema de ensino atual, sabemos que o aluno não tem comportamento totalmente autônomo, mas dirigido pelo professor [...]” (DÍAZ-BORDENAVE; PEREIRA, 2002, p. 255)

É provável que, nas práticas pedagógicas ministradas pelo professor, aqui salientando e considerando a importância do professor para a formação discente, a dependência do aluno às orientações do mestre, no sistema de ensino vigente, esteja vinculada ao percurso escolar, pois, no senso comum, o enaltecimento da avaliação para o “passar de ano” sobrepõe a busca da informação crítica para formar o conhecimento fundamentado e autônomo.

Nesse sentido, a escassez de criatividade dos educadores na escola para utilizar os variados recursos pedagógicos, explicitando a biblioteca, mesmo com a precariedade desse recurso, deve possibilitar também tal dependência.

A educação básica na legislação educacional brasileira é o elemento-chave para o acesso do aluno ao ensino superior. Assim, na fase da escola básica devem ser construídas as competências fundamentais para o seu

amplo desenvolvimento. Nessa perspectiva, deve existir a interlocução da educação escolar com o ensino acadêmico para que gradativamente, esse aluno aproprie-se do conhecimento fundamentado, pautado na descoberta e na investigação, reconhecendo que a autoria e o conteúdo de uma informação são conhecidos pelo ato da leitura, e que novos conhecimentos podem ser gerados pela comunhão desses pensamentos, e registrados pelo ato da escrita, “germinando” mais uma informação, conseqüentemente, mais uma autoria.

Como já foi dito anteriormente, e diante da imprescindível importância estratégica para alcançar essas possibilidades, a leitura é o viés que permite a busca ao conhecimento. Dessa maneira, enfatizando mais uma vez, os educadores devem despertar, nas séries iniciais do ensino fundamental, o desejo da leitura prazerosa para que no processo de construção do conhecimento contínuo o aluno reconheça, na academia, a necessidade de outros saberes para o desenvolvimento dos fazeres ao meio que estará inserido profissionalmente.

De acordo com Freire (1991, p. 53), “[...] é necessária a informação prévia, isto é, de conhecimentos anteriores e indispensáveis à compreensão da mensagem [...]”. Nessa percepção, é essencial que o aluno tenha adquirido conhecimento prévio, anteriores à universidade, para saber buscar a informação na biblioteca universitária, em um contexto de diversidade e complexidade científica, a fim de produzir novos conhecimentos na graduação e pós-graduação.

É interessante observar que Cavalcante (2006) também fundamenta sobre o contexto da Biblioteconomia para o uso eficaz da informação, em que faz a seguinte conjunção:

[...] a utilização dos estudos e práticas de competência informacional é bem acentuada no que diz respeito à função educativa da biblioteca escolar e no papel que deve exercer na escola para a educação de usuários. Na educação superior está relacionado principalmente com o uso das tecnologias em diferentes suportes de informação, para favorecer o desenvolvimento das competências nos estudantes, o que beneficiará o crescimento profissional, a capacidade de realização de pesquisa, planejamento, gestão e avaliação no uso de fontes de informação. (CAVALCANTE, 2006, p. 48)

Assim, no ambiente universitário, o processo do conhecimento é fundamentalmente embasado pelo acesso à informação em diferentes suportes e fontes de informação com a finalidade de garantir a diversidade e apropriação da informação pelo aluno universitário visando a sua aprendizagem para a formação profissional. A biblioteca universitária tem importante função em “[...] apoiar o desenvolvimento da pesquisa científica, do ensino de graduação e pós-graduação e da extensão universitária. Participar da construção do saber. [...]” (LUBISCO, 2011, p. 41) A capacitação do bibliotecário e dos auxiliares deve facilitar o acesso à informação, através dos serviços oferecidos, que resultará em saber lidar com os suportes e fontes de informação, promovendo o treinamento ao usuário; além da Instituição de Ensino Superior investir na infraestrutura necessária para a aquisição dos diversificados recursos informacionais e o compromisso do corpo docente em alicerçar a biblioteca universitária no que tange às sugestões das bibliografias e o entrosamento com o universo da biblioteca, pois, conforme Calvacante (2006, p. 60),

O campo informacional exige processos dinâmicos de interação entre as áreas do conhecimento humano, em sua complexidade, em relação aos fenômenos socio-históricos, à aprendizagem do real e à vida cotidiana. O processo educativo não deve ocorrer de modo isolado, e entre as chamadas fronteiras do conhecimento pontes precisam ser construídas, alicerçadas pela mediação sociocultural, de diversidade e respeito às diferenças.

De acordo com a pesquisadora, há um grave comprometimento dos alunos universitários em usar a informação para desenvolver as capacidades de pesquisa no ensino superior e no exercício profissional, relatando que:

Um dos maiores desafios da educação superior se refere às habilidades individuais e coletivas no uso da informação por parte dos estudantes. Isto é, muitos entram e saem de um curso superior com pouco ou nenhum conhecimento sobre competência no uso eficaz da informação para o desenvolvimento profissional. (CAVALCANTE, 2006, p. 52)

Vale ressaltar a preocupação sobre o uso eficaz da informação, pois o aluno é considerado autônomo para usar a informação quando tem

conhecimento sobre a organização do conhecimento para localizar a informação, usufruir dos seus direitos e ter consciência sobre as normas comuns a qualquer unidade de informação, reconhecer uma referência bibliográfica, fazer referência a uma fonte de informação, saber que deve citar a autoria de um trabalho, ter compreensão das estratégias para usar os suportes e fontes de informação pertinentes à pesquisa técnico-científica e ter o senso crítico para avaliar os suportes para buscar uma informação.

Assim, Cavalcante (2006) evidencia essa preocupação quando também menciona os resultados apresentados pela Conferência de Reitores das Principais Universidades do Quebec (CREPUQ)⁷, entre 15 universidades, no ano de 2002, evidenciando que

Os dados apresentados revelaram as dificuldades dos estudantes em: reconhecer um artigo científico, uma referência bibliográfica, identificar uma questão de pesquisa para adotar estratégias de investigação pertinentes, fazer referência a uma fonte de informação utilizada em um trabalho de pesquisa ou reconhecer os critérios para avaliar a qualidade de um site na internet para responder às suas necessidades de informação de modo confiável. (CAVALCANTE, 2006, p. 58)

Essa realidade vivenciada no âmbito do ensino superior é acentuada pela lacuna existente no ensino básico quanto à utilização da biblioteca escolar. Assim, Cavalcante (2006, p. 52) também afirma que

[...] não se trata de uma deficiência produzida unicamente na esfera da educação superior. Esta observação possui raízes na educação que antecede à Universidade. [...] Assim, a qualidade da escola de educação infantil, ensino fundamental e médio se refletirá na educação superior e no resultado de seus estudantes.

De acordo com Perrenoud (1999) as competências no indivíduo devem ser construídas desde a escola, fundamentando que para construir competências precisa-se de “paciência e longo tempo”. A afirmativa do autor leva à reflexão sobre a importância da função educativa da biblioteca escolar para que o aluno possa desenvolver habilidades e competências para lidar

⁷ Segundo Cavalcante (2006, p. 49), com o resultado dessa pesquisa foi publicado, em 2004, pela direção de bibliotecas da *Université de Montréal*, o estudo realizado na *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information* o documento *Apprivoiser l'Information pour Réussir* voltadas para políticas de formação e utilização da informação. Disponível em: <<http://www.bib.umontreal.ca/CI/politique.htm>>

com a informação e adquirir senso crítico para gerir o conhecimento. Neste contexto, a biblioteca escolar é o ambiente que deve contribuir para a formação de um usuário efetivo na busca da informação.

Nessa perspectiva, torna-se importante uma política de formação para utilizar a informação tanto na escola quanto na universidade, a fim de ampliar as competências gerais dos alunos, que deve permitir a sua autonomia na investigação e avaliação das fontes de informação, desenvolver o seu espírito crítico, diante da gama de informações existentes e evitar, cada vez mais, os casos de plágio por melhor compreender as regras de ética para usar a informação tornando-os assim mais eficazes nas habilidades de investigação.

Garcez (2009, p. 22) relaciona e responsabiliza a qualidade da educação ao investimento de ações governamentais mencionando que “[...] o Governo, em estados democráticos, tem compromisso com as futuras gerações e se fortalece quando articula, convenientemente, políticas públicas para orientar as suas ações.” Sobre estes aspectos, o capítulo seguinte intitulado *Biblioteca escolar e leitura: o que se tece nas leis da educação e nas políticas públicas* tratará sobre as leis da educação e políticas governamentais para leitura e biblioteca.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR E LEITURA: O QUE SE TECE NAS LEIS DA EDUCAÇÃO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) legitima e garante, no seu Art. 5º, Título II, Capítulo I a liberdade dos cidadãos, partindo do pressuposto de que todos são iguais perante a lei. Assim, deve-se assegurar a todo cidadão brasileiro o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação, à livre expressão e a uma vida digna. Nesse contexto, a educação é o viés facilitador que impulsionará os cidadãos brasileiros à garantia desses princípios básicos da Constituição.

A educação sempre esteve presente nas constituições brasileiras, porém sem garantias imprescindíveis à formação plena do indivíduo para estes fins. A esse respeito, Carneiro (2010, p. 21) afirma:

No que concerne especificamente à educação, as constituições brasileiras foram incorporando, ao longo do tempo, conquistas tênues dentro de um ritmo historicamente lasso, como de resto, foi todo o processo brasileiro de aproximação entre direitos políticos e direitos sociais. No fundo, estivemos, sempre, distanciados da cidadania como categoria estratégica de construção do cotidiano.

Considerando que a ideia de educação formal perpassa por todos os espaços institucionais, se observa que a biblioteca escolar ainda não se constituiu, decisivamente, como espaço de possibilidades para a busca do conhecimento no processo ensino e aprendizagem diante do quadro histórico, político e social do Brasil, descrito no Capítulo 2 desta dissertação, e pela ausência de ações governamentais, ao longo da história da educação, conforme cita Carneiro (2010), ao sustentar um plano educacional estruturado para os direitos sociais.

No que se refere a essa questão, Casali (2011) considera que alguns avanços sociais foram conquistados, mas esclarece que por interesse de uma classe e não por direitos. Explicita que, o movimento da chamada 'Qualidade Total', advinda da economia japonesa, principalmente a partir da década de 1970, século XX, tinha na sua retórica o interesse em atender a uma classe, a dos clientes e consumidores, diante das rentabilidades para o mercado.

Mas, estavam desviados da universalização da qualidade total os desempregados e os que não tinham infraestrutura para entrar nessa competitividade. Assim, foi disseminado pelo mundo corporativo de forma rápida e abrangente, chegando à educação posteriormente. Nessa concepção, o autor afirma que “educadores” considerados empresários da educação, diante da realidade globalizada, passaram a defender uma reengenharia na escola, refletindo a educação a partir da mesma ótica do mercado.

Casali (2011, p. 21) ainda considera que a competitividade, inerente aos princípios de mercado, “[...] ajudou a pautar a educação básica como prioridade das políticas públicas [...]” porque os interesses dos líderes empresariais por mão de obra qualificada vieram cobrar dos governos políticas públicas educacionais mais permanentes e universais com mais efetividade no que diz respeito ao conhecimento como direito. Mas, o autor enfatiza que, hoje, para defender uma educação de qualidade deve-se desconstruir o mau uso desse conceito, advindo desse movimento da qualidade total.

Segundo esse mesmo autor, a qualidade é intangível e indivisível. Nesse sentido, ele afirma que a qualidade da educação é em parte intangível, posto que: “[...] Não se mede, nem se controla; entretanto é factível. [...]” (CASALI, 2011, p. 16) Vale destacar que qualidade no conceito contemporâneo teve um marco importante na Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, convocada pela ONU, em 2000, “[...] identificou os pontos mais vulneráveis do processo de desenvolvimento mundial presente e futuro: a pobreza e as desigualdades. [...]” (CASALI, 2011, p. 24)

Centrada nos direitos humanos, a Cúpula definiu os oito Objetivos do Milênio, em que alcançar o ensino fundamental universal é uma das oito metas do milênio. De acordo com o autor, ficaram definidos os valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, estabelecidos em dez princípios do *Pacto Global* realizado em 2002 pela ONU. Esses princípios foram apreciados como uma inflexão da ONU frente aos novos desafios do desenvolvimento sobre as políticas públicas e sobre o mercado,

que retrava uma conotação mais concreta para uma educação de qualidade.

Ainda do ponto de vista de Casali (2011), são pré-condições para uma educação de qualidade: o Estado de direito, as políticas públicas, contando com o financiamento adequado, comprometidas com a democracia; a efetividade dessas políticas para a formação continuada dos profissionais no sistema de ensino, entre outras. Como condições da educação de qualidade: as disponibilidades de infraestrutura física nas escolas, com acessibilidade a todos, equipada com salas de aula, biblioteca, laboratórios, salas de uso multifuncional, refeitório, pátio, quadras e equipamentos de esporte. Vale observar que na descrição de Casali (2011) sobre a qualidade na educação, a biblioteca ocupa a segunda condição para efetivar uma educação de qualidade.

No que tange à história da política educacional brasileira, a ausência de leis que regulamentassem a existência da biblioteca escolar, priorizando-a como ambiente propício para o desenvolvimento de ações que incentivem a leitura, a pesquisa e a apropriação do saber causou um déficit na “qualidade” da educação brasileira em todos os segmentos. Em razão do descompasso entre a nossa realidade fática, a leitura, enquanto um instrumento poderoso para o desenvolvimento. Dessas ações, jaz, conforme parecer de Faria (1986, p.11), no fundo indiferente do sistema educacional brasileiro.

A dissociação entre os espaços relativos à infraestrutura física da instituição educacional pode inviabilizar a realização de ações relacionadas à formação do leitor. Para Nastri (1986, p. 18-19), a relação entre escola e biblioteca para formação do leitor não é muito simples: “[...] por um lado para que a escola forme o leitor, ela precisa contar com uma infraestrutura adequada [...]”. De outra maneira, a formação do leitor ideal depende, em grande parte, da infraestrutura disponível.

Segundo Ezequiel Theodoro da Silva (1997), no que concerne à trilogia integrada numa biblioteca, existem três elementos essenciais: bibliotecário, livro e leitor. Mas o autor relata que por falta de visão dos responsáveis nas instituições,

É comum detectarmos casos em que existem livros e leitores, com ausência do bibliotecário para organizar a biblioteca e orientar a leitura. Outras vezes existe bibliotecário e leitores, mas o acervo é ultrapassado e insuficiente. Frequentemente existe bibliotecário e existem livros, mas não há leitores e assim por diante. (SILVA, E., 1997, p. 106)

A falta de interesse dos gestores nas instituições públicas e privadas para promover condições favoráveis ao desenvolvimento integrado da biblioteca em prol da leitura, aliada à afirmativa de Faria (1986) e Ezequiel da Silva (1997), quanto ao ato da leitura ser incipiente na classe bibliotecária brasileira são consequências que interferem para a ausência de ações que incentivem à promoção da leitura por parte das bibliotecas.

Sobre essa questão, Ezequiel da Silva (1997, p. 108) também menciona que:

A letargia de certas bibliotecas em promover a leitura causa-nos muito espanto. Isto porque num país de não-leitores todas as agências (incluindo principalmente a biblioteca) devem agir no sentido de fazer com que o hábito da leitura realmente seja instalado.

Os referidos autores ainda chamam a classe bibliotecária à responsabilidade de formação leitora, lembrando que esses profissionais devem “parar para pensar” na sua prática social e contestar, buscando a sua reeducação profissional, agindo para transformar, saindo da estagnação, adquirindo embasamento pelos parâmetros da crítica-reflexiva, tornando-se leitor das ações ligadas à profissão para modificar a realidade, à qual fazem menção.

Nessa perspectiva, as superficiais políticas governamentais para a qualidade da educação resultam na seguinte situação da biblioteca escolar:

Reduzida a uma sala, na maioria das escolas públicas brasileiras, e tendo como acervo 50% de livros didáticos editados há mais de dez anos, [...] necessitou de um manifesto internacional para chamar a atenção da sua importância no contexto escolar. (TEIXEIRA, 2002, p. 367)

Tal precariedade, aliada à falta de compromisso dos governos

brasileiros, para as políticas educacionais, vem demonstrando resultados insuficientes na educação comprovados, através do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)⁸. Nos quatro anos de avaliação (2000-2009), o Brasil permanece abaixo da média de rendimento do desempenho escolar, destacando aqui a questão da leitura.

Diante desse quadro, é essencial o entendimento de que o investimento na educação formal, através de políticas governamentais para leitura, é a maneira de dar aos indivíduos uma consciência social e crítica, diminuindo a exclusão na sociedade. Nesse sentido, é importante notar que os países desenvolvidos investem em bibliotecas, livrarias e tecnologias da comunicação.

Algumas ações do governo brasileiro evidenciam tentativas no sentido de minimizar a situação da educação no país, a fim de acompanhar a tendência mundial, cujo princípio baseia-se no melhoramento das necessidades básicas de aprendizagem e educar para a cidadania, através de uma educação de qualidade.

Uma das providências nesse sentido foi a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996. Conforme Carneiro (2010), a revolução científica e tecnológica mudou os paradigmas de produção e transformou a vida das pessoas, substituindo a construção do saber de ideia estanque de conteúdo aprendido, para a noção de capacidade para a inovação. Assim, o Ministério da Educação tomou providências para conferir à educação brasileira as condições necessárias às mudanças, criando uma legislação baseada em quatro eixos: descentralização da gestão educacional; democratização e flexibilização do sistema nacional de educação; garantia de insumos básicos para uma educação de qualidade; desenvolvimento de um sistema de avaliação dos processos educacionais.

Dessa forma, foram elaborados os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) para o ensino fundamental e ensino médio, que, segundo a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação, têm por objetivo

⁸ O Pisa é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, coordenado pela Organização para Coordenação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sediada na França, com o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos em leitura, Matemática e Ciências, a cada três anos, com vistas a melhorar as políticas e resultados educacionais.

construir uma proposta referencial de reorientação curricular nacional com intenção de provocar debates a respeito da função da escola e de como e para quê aprender, podendo ser traduzido em projetos educativos para a escola, abrangendo as diferentes áreas curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. Apresenta também a importância de dialogar na escola, através dos temas transversais, questões como ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, saúde, trabalho e consumo para a contextualização do aluno na formação de sua cidadania.

Ainda na perspectiva de qualificar a educação brasileira, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, que disponibiliza diretrizes e metas para embasar as políticas educacionais brasileiras e conduzir as ações prioritárias da educação. Na sequência, foram também implementadas políticas públicas para leitura e biblioteca escolar, a exemplo do PNLL e institucionalização da biblioteca escolar⁹, com o objetivo de fixar condições de acesso ao livro e à cultura como embasamento para acelerar a qualidade da educação do país.

Nesse sentido, as próximas seções deste capítulo abordarão sobre a LDB, os PCN, o PNE, o PNBE, o PNLL e Lei nº 12.244 – Universalização da Biblioteca Escolar analisando a presença da biblioteca escolar no contexto dessa legislação, e sobre as políticas de acesso à leitura e à biblioteca escolar.

4.1 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB

No cenário educacional brasileiro, a partir da constituição de 1934, foi delegada à União Federal a responsabilidade de fixar as diretrizes e bases da educação nacional. Nessa perspectiva, a educação brasileira passou a ser estruturada sob a legislação de diretrizes e bases. Cabe ressaltar que:

Os termos diretrizes e bases como conceitos integrados não surgiram na educação brasileira, de forma refletida, ou seja, em decorrência de uma filosofia da educação, que nutrida por

⁹ Cf. Lei nº 12 244, de 24 de maio de 2010, da Presidência da República.

uma crítica pedagógica coerente, desaguasse numa postura de confrontação à visão fragmentária de compreensão de educação, de sistema educacional e de seus desdobramentos. (CARNEIRO, 2010, p. 27)

Ante o exposto, o autor nos conduz também a refletir sobre a ausência de integração do ensino básico com o ensino superior para o uso da informação e apropriação do conhecimento, com a intencionalidade de preparar e formar o aluno para o convívio com o conhecimento científico na perspectiva da sua autonomia na universidade.

A organização do ensino no Brasil é orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em três versões. A primeira delas, a Lei nº 4.024/61, promulgada em 20 de dezembro de 1961. Que, entre outros aspectos, segundo Carneiro (2010, p. 29), flexibilizou a estrutura do ensino, possibilitando o acesso ao ensino superior, independentemente do tipo do curso que o aluno tivesse cursado antes.

A segunda, a Lei nº 5.692/71, promulgada em 11 de agosto de 1971, foi oficialmente denominada de Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Vale ressaltar que nessa segunda versão da LDB aprovada, em 1971, o Brasil vivia um dos momentos mais críticos de sua história: a ditadura militar, em pleno governo. É dessa lei artigos como a instituição da educação moral e cívica no currículo. Ela também valorizava a educação profissional e instituiu o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos. Outro ganho, segundo educadores, foi à criação dos supletivos. "Esta foi a grande inovação promovida pelos militares, que possibilitou a milhares de brasileiros a retomada de seus estudos, tanto na modalidade suplência, para suprir sua escolaridade não concluída na idade própria, quanto nas modalidades de qualificação profissional e aprendizagem", explica Cordão (2012), que defende que essa LDB não deve ser encarada como nova lei, mas como uma reforma da anterior.

A terceira Lei ainda hoje em vigor, Lei nº 9.394/96, sancionada em 20 de dezembro de 1996, no Título I: Da Educação estabelece que:

Art. 1º A educação abrange os **processos formativos que se desenvolvem** na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, **nas instituições de ensino e pesquisa**, nos

movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996, grifo nosso)

O Art. 1º amplia o conceito da educação no âmbito do desenvolvimento da formação do indivíduo em diversos ambientes de aprendizagem concebidos pela sociedade. Desta forma, a biblioteca escolar deve estar inserida nesse contexto como espaço de desenvolvimento formativo do indivíduo, em razão da sua função educativa, vez que busca desenvolver habilidades quanto à busca da informação para possibilitar, embasar e aprimorar o seu conhecimento. O espaço em discussão deve estar também igualmente comprometido com a qualidade cidadã do aluno e encontrar formas para a sua qualificação crítica e social.

O conceito de educação e conhecimento está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento de competências. Nesse sentido, é relevante o entendimento de que

[...] estes dois conceitos caminham necessariamente juntos, até porque a escola é o espaço de educação de sujeitos que vivem na *sociedade do conhecimento*. Nesta perspectiva, não se pode restringir a função da educação a ensino, sem ampliá-la para um campo de compreensão potencializador e emancipador que envolve ações e processos complexos como: desenvolver formar, qualificar, aprender a aprender, aprender a pensar, aprender a intervir e aprender a mudar. (CARNEIRO, 2010, p. 36, grifo do autor)

O autor, ao analisar a aspecto semântico do verbo “desenvolver” presente no Art. 1º da LDB, aliado à palavra “pesquisa”, na expressão “instituições de ensino e pesquisa”, concebe que

Na verdade, pesquisa e desenvolvimento são conceitos interdependentes. Este reforço semântico não pode ser confundido com mera repetição, senão como uma preocupação do legislador em focar um horizonte pedagógico a ser efetivamente buscado pela escola. [...] A atividade da educação

escolar é de desenvolvimento humano, ou seja, de potencialização de capacidades em quatro perspectivas claras e convergentes: realização pessoal, qualidade de vida, participação política e inclusão planetária. (CARNEIRO, 2010, p. 36-37)

Desse modo, compreende-se que a biblioteca escolar deve estar envolvida no contexto da formação integral do aluno e não apenas ser compreendida como espaço de estoque de informação, disponível para uso. O seu papel é mais abrangente, pois a clareza da sua função social deve ser pertinente para a emancipação do aluno no aspecto intelectual e cultural.

Nesse mesmo sentido, o texto normativo que trata dos princípios e fins da educação evidencia que a responsabilidade do processo educacional deve ser compartilhada entre a família e o Estado, conforme expressa o artigo 2º da LDB:

[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Nesse contexto, para o “pleno desenvolvimento do educando”, deve-se considerar o papel efetivo da biblioteca escolar, inserida para a formação e autonomia do aluno. O legislador enfoca a educação como inspiração dos princípios e dos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional. Assim, é também no espaço da biblioteca escolar que deve ser praticado o exercício da cidadania, quando são apresentadas ao aluno as normas que regulamentam os seus direitos e deveres para o acesso e uso da informação – quando são determinados prazos para a devolução do material emprestado; quando ele é orientado para respeitar as diversidades da convivência no espaço da biblioteca, dentre outras ações.

Ainda nesse aspecto, é importante que seja percebida a função educativa e social da biblioteca escolar, pois o convívio do aluno em um ambiente criado para a coletividade, em igualdade de condições para todos, permite o despertar da sua consciência para valores que norteiam a

socialização das relações humanas e desenvolve o pertencimento de atitudes cidadãs.

O referido texto legal em seu Art. 27, inciso I, do Capítulo II, trata da difusão de valores fundamentais, voltados ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, respeito ao bem comum e a ordem democrática. Estes princípios são inerentes aos princípios da biblioteconomia e do fazer da biblioteca, enquanto instituição social.

Assim, a biblioteca tem como um dos seus princípios preservar o seu patrimônio intelectual, não consistindo em proibir o acesso à informação, mas introduzindo o ideal de prevenção e cuidado com o bem comum com o objetivo de permitir que outros usuários possam também apropriar-se da informação.

Santos (1999) apresenta dois níveis da educação constituídos na LDB. A educação básica que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e a educação superior na sequência da graduação, pós-graduação e extensão.

Dessa forma, a atual LDB explicita, nos objetivos da educação básica, o fornecimento de meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. Na educação superior explicita, dentre outros, o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.

Nessa ordem de pensamento, a biblioteca escolar deve se anteceder na formação do aluno, na fase escolar, através de propostas pedagógicas estruturadas para que possa desenvolver com consciência esse “espírito científico”.

Na proposta pedagógica da biblioteca escolar, discutida na seção 2.2, o bibliotecário deve planejar, desde as séries iniciais, o contato do aluno com as fontes de pesquisa (a exemplo dos dicionários, enciclopédias, revistas etc. em vários suportes), planejar, conjuntamente com os professores dos três níveis do ensino básico, as apresentações dos trabalhos escolares, para respaldar e diversificar as formas de apresentação desses trabalhos, com o objetivo de exercitar a oralidade do aluno em conjunção com as bases teóricas, respeitando e incentivando as suas limitações.

O aluno, no ensino médio, deverá ter conhecimento e apropriação das fontes de pesquisa, tanto no suporte impresso quanto no digital, além da sua autonomia em localizar nas estantes o acervo desejado. Esse conhecimento prévio possa desenvolver o espírito crítico e científico para exercer qualitativamente a sua autonomia na biblioteca universitária.

4.2 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*, como definido anteriormente, têm por finalidade ser um referencial de qualidade para a educação no ensino fundamental do país. conhecidos e conscientes de seu papel na sociedade brasileira.

Desse modo, Campello e Silva (2000, p. 60), em artigo intitulado *A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais*, afirmam que:

Na sociedade contemporânea, dominada pela tecnologia, o imperativo de acesso e uso eficaz da informação transforma a biblioteca da escola num espaço privilegiado, onde o conhecimento, em seus portadores tradicionais (impressos), é oferecido ao lado das novas opções tecnológicas. Na concepção atual, a biblioteca é um espaço educativo que deve propiciar às pessoas oportunidade de se prepararem para conviver na sociedade da informação, oferecendo possibilidades de educação continuada e autônoma.

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar, reforçando o que já foi dito, torna-se um recurso pedagógico para o professor na sua prática pedagógica, que contribui para o processo de ensino e aprendizagem na construção das habilidades sociais. Os PCN do 3º e 4º ciclos do ensino fundamental expõem que:

Para tanto, é necessário redefinir claramente o papel da escola na sociedade brasileira e que objetivos devem ser perseguidos nos oito anos de ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm, desse modo, a intenção de provocar debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, que envolvam não apenas as escolas, mas também, pais, governo e sociedade. (BRASIL, 1998, p. 9)

Desse modo, é necessário também provocar reflexões sobre o que,

quando, como e para que o aluno frequentar a biblioteca da escola. Assim, o reconhecimento dos educadores vai ocorrer na medida em que cada escola perceba a diversidade de possibilidades concentradas em uma biblioteca escolar.

Como já foi lembrado no capítulo anterior, o desejo da descoberta pela frequência do aluno a esse espaço, a liberdade do aluno em folhear e dialogar com os autores de sua preferência, o despertar para o mundo mágico da literatura infantil e juvenil, o uso das tecnologias da comunicação e informação, o exercício de ir e vir ao encontro do conhecimento, visando à sua apropriação, à convivência com o bem comum que permeia a coletividade, são condições que contribuem para um ensinar e aprender autônomo e cidadão.

Por se ter consagrado a vinculação da leitura/biblioteca à disciplina Língua Portuguesa, os PCN de Língua Portuguesa apresentam diversas propostas em que a biblioteca da escola é pertinente para esse fim. Dentre elas, destaca-se:

Uma prática constante de leitura na escola pressupõe o trabalho com diversidade de objetivos, modalidades e textos que caracterizam as práticas de leitura de fato. Diferentes objetivos exigem diferentes textos, e, cada qual, por sua vez, exige uma modalidade de leitura. (BRASIL, 1997, v. 2, p. 57)

Para atender a esses objetivos, a biblioteca escolar deve conter um acervo diversificado. O professor de classe, através da sua criatividade, é o mediador imprescindível, que deve aproximar o aluno desse ambiente em parceria com o bibliotecário pela sua função educativa.

Essa afirmativa é confirmada explicitamente nos *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa* em que apresenta como “[...] condições favoráveis para a prática de leitura [...]”, em 1ª condição, “[...] dispor de uma boa biblioteca na escola [...]”. (BRASIL, 1997, v. 2, p. 58)

Campello e Silva (2000, p. 62) também confirmam o ambiente da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem quando dizem que

A biblioteca é vista, portanto, como espaço de aprendizagem,

uma continuidade da sala de aula, que propicia não só o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso eficaz da informação, mas também de atitudes referentes a aspectos de socialização e compartilhamento, e de padrões de gosto pessoal.

A biblioteca escolar também está implicitamente contextualizada nos PCN da Língua Portuguesa quando é citado “[...] organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia. [...]” e “[...] possibilitar aos alunos o empréstimo de livros na escola [...]” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 58) Nesse foco a biblioteca escolar é o ambiente natural para que essas condições se realizem.

Nesse sentido, o PCN da Língua Portuguesa considera que

Um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente. (BRASIL, 1997, v. 2, p. 54)

Assim, explicitado nos PCN que “[...] na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias dicionários [...]”. (BRASIL, 1997, v.2, p. 92)

Tal observação vem completar o sentido de importância da biblioteca escolar associada à prática da leitura, pois também é citado nos PCN da língua portuguesa “[...] alguns exemplos de projetos de leitura: produção de fita cassete de contos ou poemas lidos para a biblioteca escolar ou para enviar a outras instituições [...]” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 62), como também é citado a “[...] ‘Hora da História’, por exemplo, e recontar para gravar uma fita cassete que comporá o acervo da biblioteca [...]” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 120) Essas ações desenvolvidas no ambiente da biblioteca escolar devem proporcionar ao aluno e aos educadores o sentido de pertencimento desse espaço, como ambiente prazeroso na busca da informação.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa* também mencionam a biblioteca da escola como recurso didático para o trabalho pedagógico com textos autênticos. Nesse sentido, referindo-se aos livros de

literatura, que diferem dos livros didáticos de português, consideram que “[...] as bibliotecas – escolar e de classe¹⁰ – são, nessa perspectiva, fundamentais para um trabalho como o proposto por este documento.” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 92) Explicando melhor, os PCN sugerem para a proposta didática da área, que os textos sejam utilizados nos seus diversos suportes de origem com manutenção das características gráficas: formatação, paginação, ilustrações, fotografias, desenhos etc.

Os PCN (BRASIL, 1997, p. 92, 110, 127) enfatizam primordialmente o papel da escola, e principalmente do professor. Contudo deve-se acrescentar a parceria do profissional bibliotecário que, conforme Campello (2009a), tem competência específica em lidar com informações. Deste modo, deverá interagir com a prática pedagógica do professor para contribuir na formação do aluno, estabelecendo através da seleção do acervo e da orientação dos procedimentos de utilização das bibliotecas como: os serviços de empréstimo, seleção de repositório, utilização de índices, consulta a diferentes fontes de informação, seleção de textos adequados às suas necessidades, propiciando atitudes de cuidado e preservação do material disponível nas bibliotecas despertando o prazer de frequentar esse ambiente para o uso da informação.

Nessa perspectiva, o aluno deverá apropriar-se do sentido desse espaço para compreender o seu funcionamento, organização e preservação para o coletivo, formando o senso ético, porque todo esse conhecimento prévio será utilizado ao longo da sua vida para lidar em diversos ambientes informacionais e culturais.

A concepção apresentada encontra apoio nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Arte (BRASIL, 1997, v. 5, p. 61; v. 6, p. 54, 81, 96-97), quando orienta para que o aluno visite locais públicos que tenham acervos informacionais como bibliotecas e museus. Nessa mesma direção, os PCN – *Temas Transversais* (BRASIL, 1997, v. 8, p. 52) também confirmam entre outras instituições e organizações, as bibliotecas como espaço de desenvolvimento do trabalho educativo. Assim, evidencia-se o potencial das

¹⁰ O termo “biblioteca de classe” é o acervo de literatura existente na sala de aula com o propósito da leitura.

bibliotecas para a construção do conhecimento, apresentando condições favoráveis para que o aluno possa tornar-se autônomo na busca da informação, do conhecimento e sustentar-se ao longo da sua vida com atitudes éticas e cidadãs.

Ainda as autoras Campello e Silva (2000, p. 67) defendem que a escola tem a responsabilidade de instigar o interesse pelos acervos bibliográficos externos e preparar os alunos para sua futura utilização, considerando também que

A organização do acervo da biblioteca escolar não deve, portanto, ser planejada apenas para facilitar a utilização imediata, mas numa perspectiva de servir como laboratório para aprendizagem de uso de outros acervos que, provavelmente, os alunos irão encontrar, tais como bibliotecas públicas e universitárias.

O pensamento das autoras e a concepção expressa nos PCN demonstram que o espaço da biblioteca escolar deve contribuir para o conhecimento prévio do aluno em ambientes culturais externos como o da biblioteca universitária. Há indícios de uma tendência nesse sentido, vez que o governo brasileiro com o intuito de acelerar a qualidade da educação brasileira, instituiu o Plano Nacional da Educação (PNE) com metas e estratégias a serem desenvolvidas e alcançadas no o prazo de dez anos. Este tópico será abordado na próxima seção.

4.3 O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – PNE

A melhoria da educação brasileira, considerada pelos pesquisadores da área de educação condição para diminuir as desigualdades sociais, teve precedente, em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse documento, de acordo com Almeida Filho (2006, p. 2179), propunha “[...] reformar as estruturas educacionais brasileiras. [...]” Assim, um grupo de 26 intelectuais, considerados os signatários do documento, “[...] entendiam que a educação era uma ferramenta essencial para que a sociedade brasileira pudesse romper com o atraso econômico, político e social em que se

encontrava”. [...] (ALMEIDA FILHO, 2006, p. 2179)

A contribuição desse Manifesto pode ser sentida desde a Constituição Federal de 1934, quando foi incluso no texto constitucional um plano nacional de educação que garantisse melhores condições para a educação do país. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001/2010 ressalta a importância do referido documento, à época, ao mencionar que:

[...] na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934. O art. 150 declarava ser competência da União ‘fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País’. [...] (BRASIL, 2001)

Mas “[...] o primeiro Plano Nacional da Educação surgiu em 1962, elaborado na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961 [...]” (BRASIL, 2001), tendo como objetivo solucionar os problemas da educação brasileira.

Assim, após 44 anos, foi estabelecido o PNE na LDB nº 9.394 de 1996; no artigo 9º define que “[...] a União incumbir-se-á de elaborar o Plano de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios [...]” (BRASIL, 1996).

Nessa sequência, foi instituído um “novo” PNE, através da Lei nº 10.172, aprovada em 9 de janeiro de 2001. Sendo “renovados” a cada 10 anos, com base no Plano Decenal de Educação que define um conjunto de diretrizes e metas que embase as políticas educacionais brasileiras na condução de ações educativas prioritárias para todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a valorização do magistério, o financiamento e a gestão da educação. De acordo com o pensamento de Carneiro (2010), o PNE foi um desejo inconcluso da sociedade brasileira, sendo a sua discussão morosa e polêmica.

Nesse contexto, é importante notar que o PNE de 2001/2010 considerou nas suas diretrizes a seguinte concepção sobre a educação infantil:

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. (BRASIL, 2001)

Assim, o texto legal, ao afirmar a importância dessas experiências adquiridas, vem confirmar que a criança em contato com a biblioteca escolar, desde a primeira etapa da educação básica terá domínio e familiaridade para utilizar os serviços da biblioteca, com autonomia na sua aprendizagem posterior.

Outro aspecto que o PNE de 2001/2010 apresentou nas suas diretrizes foi a “[...] indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao ensino fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até a conclusão. [...]” (BRASIL, 2001)

É importante destacar que, nas suas diretrizes e metas para a qualificação da educação, o PNE de 2001/2010 apresentou, explicitamente, como uma das prioridades a melhoria na sua infraestrutura, incluindo espaço físico para a biblioteca e também atualização e ampliação do acervo das bibliotecas. “Infelizmente, as metas do PNE de 2001/2010 não foram alcançadas em nenhuma de suas áreas. [...]” (CARNEIRO, 2010, p. 123) Tal realidade demonstra que, no âmbito da educação, a biblioteca escolar é um projeto inconcluso.

Nessa perspectiva, ainda com referência ao PNE, instituído em 2001, de acordo com Valente e Romano (2002, p. 97): “Essa não foi uma lei originada de um projeto que tivesse trâmite corriqueiro no parlamento federal. Ao contrário, ela surgiu da pressão social produzida pelo ‘Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública’. [...]” Sendo o plano conhecido,

popularmente, como “[...] *PNE da Sociedade Brasileira* [...]”. (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 97, grifo dos autores) Conforme esses autores, a proposta inicial elaborada em 1998 por representantes da sociedade brasileira, educadores, estudantes, pais de alunos, entre outros, divergiu do texto final aprovado no parlamento, pois “[...] os interesses imediatos do governo, majoritário no Congresso, acabaram desfigurando o projeto originário da sociedade, reduzindo-o a uma carta de intenções. [...]” (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 96) Nesse sentido fica comprovado que as ações governamentais ainda divergem dos interesses da sociedade para a qualidade da educação.

Assim, foi criado um novo Plano Nacional de Educação com decênio para 2011/2020, ainda em Projeto de Lei, contendo “[...] dez diretrizes objetivas e vinte metas, seguidas das estratégias específicas de concretização.” (BRASIL, 2012a) No artigo 2º do PNE – 2011/2020 estão disponibilizadas as dez diretrizes, em que a “diretriz IV – melhoria da qualidade do ensino” deve estar embasando também a melhoria da biblioteca escolar.

Os governos federal, estadual e municipal poderão ser monitorados e cobrados pela sociedade, tratando-se de diretrizes para alcance no decênio de 2011-2020, porquanto o artigo 6º do PNE – 2011/2020 garante que a União deverá promover duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de quatro anos para avaliar e monitorar a execução do PNE – 2011/2020 e subsidiar a elaboração do PNE para a próxima década.

Nesse sentido, o PNE – 2011/2020 (BRASIL, 2012a) deve ser avaliado e monitorado pela sociedade e entidades de classes aqui salientando, no âmbito das bibliotecas, as Associações de Bibliotecários, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, a fim de reivindicarem as melhorias descritas, implícita ou explicitamente, nas metas e estratégias do PNE - 2011/2020, destacadas a seguir:

- a) **Meta 6:** oferecer educação integral em 50% das escolas públicas de educação básica. A **estratégia 6.2** – trata sobre institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas. A biblioteca escolar deve estar inserida nesse contexto, além de propor a formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. Assim, a **estratégia 6.3** – propõe fomentar a articulação da escola com os espaços educativos contextualizando as bibliotecas nesse cenário.
- b) **Meta 7:** atingir melhores médias nacionais, no período de 2011-2021, para o Instituto de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim, a **estratégia 7.11** apresenta a possibilidade de prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio; a **estratégia 7.19** assegura a todas as escolas públicas de educação básica acesso a bibliotecas. Nesta estratégia a biblioteca escolar deve estar inserida.

Percebe-se que no PNE – 2011/2020 são apresentadas “teoricamente” possibilidades de melhoria para a qualificação das bibliotecas. Na sequência, discute-se o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

4.4 O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE

O desejo de ampliar o acesso aos bens culturais tem sido ideal perseguido por diversos pensadores da educação brasileira, a exemplo de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Paulo Freire e suas propostas têm alicerçado os profissionais da educação na busca pelo acesso à cultura e à educação para todos.

Nesse sentido, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do Ministério da Educação (BRASIL, 2012b) tem por objetivo promover o acesso do aluno e de professores à cultura bem como incentivá-los a ler, através da

distribuição de obras literárias, de pesquisa e referência. O atendimento às escolas é realizado em anos alternados de modo a corresponder à toda educação básica e educação de jovens e adultos, de forma universal e gratuita, considerando as escolas cadastradas no senso escolar. Assim, contemplam, em um ano, as escolas de educação infantil, de ensino fundamental anos iniciais, e de educação de jovens e adultos. No ano seguinte, são contempladas as escolas de ensino fundamental para os anos finais e de ensino médio.

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2012c, 2012d) o programa, desenvolvido desde 1997, é realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB) e tem recursos financeiros originários do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação.

O Ministério da Educação (BRASIL, 2012b) evidencia que o programa divide-se em três ações: 1. avaliação e distribuição de obras literárias compostas por textos em prosa, em verso, livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos; 2. o PNBE Periódicos que avalia e distribui periódicos com conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil ao ensino médio; e o 3. PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico. As ações do PNBE são executadas de forma centralizada, com apoio logístico das escolas públicas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de educação.

Sendo uma política pública educacional, o PNBE, conforme Guimarães (2009) apresenta dificuldades, “[...] dentre elas, destacamos a falta de controle após a distribuição dos livros pelo programa, isto é, não se sabe que tipo de atividade as escolas realizam com os livros.” Assim, diante da desigualdade social e divergências políticas e econômicas do país,

Não é possível ao governo federal, nem mesmo ter controle se eles realmente serão utilizados pelos alunos, pois muitas escolas mantêm os livros em caixas fechadas por medo de que eles sejam ‘estragados’. Há ainda casos que os livros não

chegam às escolas. (GUIMARÃES, 2009)

Nesse sentido, a autora relata que faltam políticas educacionais que promovam a estrutura física da biblioteca escolar, informatizando-a e equipando-a de maneira adequada, com existência do bibliotecário no cenário da biblioteca escolar para cumprir a sua função. Vale destacar que “[...] outra questão importante é a ausência de ações que priorizem a capacitação de professores para realização de um trabalho utilizando o acervo e os recursos que a biblioteca escolar possui ou deveria possuir.” (GUIMARÃES, 2009) Assim, o acervo se não utilizado e referenciado, para o processo da leitura, torna-se sem sentido para o usuário.

Paiva e Berenblum (2009), em parceria com a UNESCO, nos anos de 2005 e 2006, avaliaram o PNBE a partir da política de distribuição de livros para as práticas pedagógicas e educativas e as diversas formas de apropriação e implementação dessa política, por parte dos educadores da escola, no que se refere ao uso e a significados da biblioteca e das obras literárias oferecidas. Os resultados da pesquisa demonstraram que

[...] O cotidiano das escolas visitadas, as condições sociais em que estão inseridas definem o PNBE como uma ação cultural de baixo impacto nas políticas de formação de leitor e produtor de textos [...] mais além da limitação de espaço, demonstraram práticas interessantes e vívidas, transformando o impossível em espaço renovado, ativo dinâmico e propício para a formação de leitores e escritores. (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 184)

As autoras também mencionam a compreensão distorcida da comunidade escolar sobre as finalidades sociais das bibliotecas resultando em enfoques unicamente didáticos, simplistas e alienadores. (PAIVA; BERENBLUM, 2009) Nesse sentido, é imprescindível que o corpo técnico da escola composto pelo diretor, coordenador, supervisor, com formação superior, conceba a biblioteca da escola como espaço de aprendizagem e conhecimento, proporcionando aos professores e alunos condições para utilizarem esse espaço e seu acervo de forma criativa e habitual.

Ainda, de acordo com Paiva e Berenblum (2009, p. 185), na pesquisa diagnóstica, fica evidenciada

[...] a fragilidade da formação técnica dos profissionais que atuam na escola: professores, coordenadores, pedagogos e diretores, independentemente do tempo de formação de cada um e do nível de formação (magistério, formação universitária de graduação ou de pós-graduação).

Diante de tal realidade, é visto que a biblioteca da escola, espaço difusor da leitura é “[...] substituído por salas de leitura, ‘cantinhos’, etc.” (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 185). Assim, na concepção das autoras, estes educadores poderiam perceber que o ambiente da biblioteca é propício para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, de criatividade e fonte de conhecimentos utilizando-a como recurso pedagógico na formação da identidade dos alunos e da comunidade escolar.

Nos resultados da pesquisa diagnóstica sobre o PNBE, pôde-se vivenciar que “[...] a figura mais comum encontrada neste espaço é a do ‘professor readaptado’, ou seja, deslocado da função de regente de turma por problemas de saúde.” (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 186)

Contudo, essas distorções que dificultam o reconhecimento da biblioteca escolar como espaço de difusão da leitura, quando compensadas pela existência de um acervo diversificado para o entretenimento e acesso do aluno, obtém-se o seguinte resultado, conforme relatam Paiva e Berenblum (2009) sobre mudança a partir dos programas, implicando na frequência dos alunos às bibliotecas ou salas de leituras das escolas e a relação dos alunos com a leitura. Diferente da atitude dos professores, os alunos revelaram concepções claras de leitura e escrita e sua importância para vida, evidenciando grande interesse por diferentes práticas de leitura.

Nesse viés, é importante considerar e afirmar que, apesar das dificuldades vivenciadas pela biblioteca escolar no Brasil, o resultado da pesquisa de Paiva e Berenblum (2009, p. 187) evidenciou a seguinte informação:

[...] que as coleções estão produzindo importantes impactos de incentivo à formação de leitores, ainda que seja necessário dedicar tempo e recursos para a realização de acompanhamento desses resultados e novas avaliações.

Nesse sentido, importa também dar destaque à pesquisa Salvador Lê - Observatório de Leitura¹¹ bem como à atividade de extensão Leitura Com..., desenvolvidas na Escola Municipal do Pau Miúdo, Salvador –Ba, pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Linguagem (GELING), sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, e que vem resultando na circulação de livros de diferentes acervos do PNBE, entre os quais se destacam *O Gato Malhado* e *Andorinha Sinhá*, Jorge Amado; *A bolsa amarela*, *A casa da madrinha* - Lygia Bojunga Nunes; *Do outro mundo, Hoje tem espetáculo: No país dos perequetés* - Ana Maria Machado; *Varal de poesia* - Cecília Meireles e outros poetas; *Quatro mitos brasileiros* - Mônica Stahel; *O fantástico mistério do Feiurinha* - Pedro Bandeira; *Uma história de Futebol* - José Roberto Torero; *Histórias que o povo conta, Bazar do folclore* - Ricardo Azevedo; *Canções do Brasil* - Álvares de Azevedo, Olavo Bilac e outros poetas; *O pequeno príncipe* - Antoine de Saint-Exupéry; *O Santinho* - Luis Fernando Veríssimo; *Chapeuzinho Vermelho* - João de Barros (adaptado); *Ludi vai à praia* - Luciana Sandroni; *História de lenços e ventos* - Ilo Krugli; *Poesia das crianças* - Casimiro de Abreu, João Cabral de Melo Neto e outros poetas.

Vale ressaltar que as ações nas políticas públicas educacionais, especificamente do PNBE, em prol da leitura e da biblioteca, quando continuada, avaliada e diagnosticada devem, ao longo do tempo, contribuir significativamente para a educação do país em todas as instâncias.

Sobre as políticas públicas na área da leitura em 2011, o governo concebe o Plano Nacional do Livro e da Leitura como ação de governo, que será tratado a seguir.

4.5 O PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA – PNLL

¹¹ Sobre o assunto cf. o artigo *Observatório de leitura: Salvador lê* foi publicado nos Anais do II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Universidade de Évora, Portugal, 2009. E nos Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem08pdf/sm08ss01_07.pdf>;

A leitura, no contexto da educação brasileira, sempre esteve dissociada do processo de formação do leitor no que concerne à população do Brasil. Esse processo, sendo analisado sob forma de cultura, é mencionado por Bosi (1987 apud COELHO, 1995, p. 21) que “[...] o ‘saber letrado’ ou a erudição no campo das letras... eram signos de valorização dos indivíduos que os possuíam e que na época, evidentemente, se reduziam a uma minoria privilegiada [...]”

Nessa perspectiva, vale refletir que o povo brasileiro teve na sua formação um período escravocrata, tendo como consequência um precário poder econômico com desigualdades sociais. Assim, a leitura, o livro e a biblioteca como instituição social foram tratados em patamares divergentes dos interesses educacionais e políticos por parte dos governantes, retardando a emancipação do conhecimento dessa população. Nelly Coelho (1995, p. 21-22, grifos da autora) menciona que “[...] a valorização do *saber culto*, consagrado pelo Iluminismo francês, e que está na base da sociedade tradicional herdada pelo nosso século [...]” direcionou a leitura para fins da educação moral estando à literatura em sintonia com a escola, para a formação moral do aluno, pois a “[...] literatura sempre fora entendida como *agente mediador* dos valores, normas ou padrões de comportamento, exemplares. [...]” (COELHO 1995, p. 22)

A autora ainda menciona que a literatura infantil tenha sido identificada com a prática pedagógica dentro da sociedade liberal-cristã-burguesa sendo considerado um importante agente de formação ética e ideológica dos futuros cidadãos. (COELHO, 1995, p. 22)

Assim, de acordo com Ferreira (2010), a difusão da leitura como prática de prazer e fruição na vida dos indivíduos é pouco vivenciada no cotidiano. “No Brasil lê-se, em grande medida, por obrigação. [...]” (FERREIRA, 2010, p. 24) Sendo ex-Ministro da Cultura, chama a atenção para a necessidade de a escola ser um espaço de formação de leitores e não de desencantamento. Privilegiando três ambientes fundamentais para o estímulo à leitura: a família como lugar por excelência para a formação de novos leitores, a escola lugar em que os professores devem ser mediadores que proporcionam o encantamento da leitura, e a biblioteca como ambiente

propício para ampliar o acesso ao livro.

Mas, o diagnóstico da leitura no país, representa uma lacuna para a sociedade brasileira, assim, o Brasil já vivenciou e vivencia experiências institucionais em prol do livro e da leitura na tentativa de minimizar tal realidade. Pontuando algumas iniciativas podem ser destacadas, resumidamente e mais recentes, no seu contexto histórico: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), O Programa Nacional Biblioteca na escola (PNBE), o Fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura, por decreto presidencial em 2005, o projeto Fome de Livro criação do MEC e Biblioteca Nacional, o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o Vivaleitura referente ao Ano Ibero-americano da Leitura, em 2005, do Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC), organismos internacionais e entidades da sociedade. Destaca-se também o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), pela iniciativa na realização de projetos de fomento à leitura por todo o Brasil promovendo oficinas, cursos, palestras e eventos artísticos e culturais, através do Ministério da Cultura no período de duas décadas. (MARQUES NETO, 2010, p. 32)

Nesse sentido, todas essas ações conjuntas, através do governo federal, estados e municípios, engajadas no desejo da sociedade e de setores interessados para o incentivo da leitura, do livro e da biblioteca e sob a coordenação dos Ministérios da Cultura e o Ministério da Educação foi criado, em 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e institucionalizado como ação de governo, através do Decreto nº 7.558 de 1º de setembro de 2011. Esse plano consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país.

O PNLL está embasado na Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, que instituiu a Política Nacional do Livro (PNL). Desse modo, o Plano Nacional do Livro e Leitura beneficia e contribui para a efetivação da biblioteca escolar, por estar baseada nas seguintes diretrizes: Capítulo I: a) assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; b) o livro é o principal meio da

difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida; c) promover e incentivar o hábito da leitura; d) capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para o seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda; e) instalar e ampliar no país livrarias e bibliotecas e pontos de vendas de livro; e também assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Nessa ordem de ideias, o PNLL tem por objetivos: a democratização do acesso ao livro; a formação de mediadores para o incentivo à leitura; a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento nacional. Os objetivos estão estrategicamente estruturados em linhas de ações para atingir os fins propostos nesses quatro eixos. (BRASIL, 2011)

Assim, a biblioteca escolar está contemplada no Parágrafo Único do Art. 10, do Decreto 7 559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre as linhas de ação do PNLL, referente à democratização do acesso ao livro (1ª linha de ação) que trata da implantação de novas bibliotecas contemplando ainda os requisitos de acessibilidade; a linha de ação 5 do PNLL – também tece para viabilizar condições de aparelhar a biblioteca escolar, quando trata da melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, conseqüentemente, disponibilizando o uso de tecnologias da informação e comunicação, que consta na linha de ação 6.

No que se refere ao fomento da leitura e à formação de mediadores, a biblioteca escolar está, implicitamente, contextualizada na linha de ação sete, uma vez que a sua proposta pedagógica com atividades de incentivo à leitura, juntamente com o estímulo para o reconhecimento do valor social do livro, que é referendado na linha de ação 14 legisla sobre a valorização institucional da leitura e do seu valor simbólico.

O fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro está inserido ao contexto da biblioteca escolar, pois o ambiente da biblioteca é literalmente favorável à circulação e consumo de bens de leitura, descrito na

linha de ação 16; assim, através da aquisição por compra, doação e permuta a biblioteca escolar deve oferecer o serviço de empréstimo e consulta de livros e outros suportes eletrônicos aos seus leitores e usuários; nesta percepção está contemplada também a linha de ação 17, sobre o incentivo à leitura literária, que deve aproximar, principalmente nas séries iniciais, o aluno ao “mundo mágico da imaginação pelo prazer de ler”, estimulando a leitura como um “passaporte” para novas leituras.

A relação e contextualização entre livro, leitura e biblioteca contida no PNLL, em paralelo com a institucionalização da biblioteca escolar, que será tratada na próxima seção desta dissertação, devem possibilitar condições para o desenvolvimento da biblioteca escolar, com sua função educativa assegurada, visando um desempenho qualitativo para a formação leitora e autônoma do aluno e contribuindo com avanços fundamentais para a educação do país, pois, de acordo com Ferreira (2010, p.23),

[...] Um governo preocupado com o empoderamento de seus cidadãos, com a autonomia dos sujeitos individuais e coletivos da nação, investe em livros, em leitura. Isso porque entende que a leitura não só qualifica a relação com as outras áreas da cultura como também qualifica a relação do indivíduo com a saúde, com o mundo do trabalho, com o trânsito e a cidade, com o ambiente natural e social, possibilitando a superação de limitações físicas e simbólicas.

Nesse sentido, a importância da leitura na vida do sujeito consolida, de forma significativa, a sua emancipação na sociedade. De fato, os governantes relegam a formação leitora dos cidadãos em função da dependência que os mesmos terão para desenvolver o senso crítico e postura decisiva sobre os destinos da nação.

4.6 A UNIVERSALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR - LEI 12.244/2010

A institucionalização da biblioteca escolar foi impulsionada por ações dos empreendimentos desenvolvidos, nas últimas décadas, pelas Organizações Nacionais e Internacionais ligadas à educação que propõem paradigmas de qualidade à educação, através da criação de políticas

públicas, que possibilitem viabilizar essa qualidade a educação.

A Lei 12.244 sancionada em 24 de maio de 2010 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil. (BRASIL, 2010) O Art. 1º estabelece que os sistemas de ensino do país, considerando as instituições públicas e privadas, devem contar com bibliotecas escolares. Desse modo, Jonatas Silva¹² (2011, p. 502), afirma que “[...] é preciso considerar que a aprovação da Lei 12.244 se configura em um resultado de mobilização que deve ser continuada.”.

Assim, torna-se imprescindível que os responsáveis pela práxis pedagógica, professores, bibliotecários, coordenadores, além da sociedade organizada acompanhem os “avanços” no Senado Federal sobre a regulamentação desta Lei. Pois, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 28/2012, do Deputado Sandes Júnior, que altera a Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inserindo na LDB os artigos 27-A e 27-B, com a seguinte ementa:

Acresce os arts. 27-A e 27-B à Lei nº 9.394/96 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para dispor, no art. 27-A, que são responsabilidades dos sistemas de ensino a criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de educação básica de sua jurisdição; e para prever, no art. 27-B, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio dos respectivos sistemas de ensino, manterão, obrigatoriamente, bibliotecários para atender as bibliotecas escolares das instituições públicas; os sistemas de ensino terão o prazo de 5 (cinco) anos para adaptar-se à Lei, a contar da data de publicação. (BRASIL, 2012e, p. 1)

Neste Projeto de Lei, é excluída a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares nas redes particulares de ensino, e possibilitando a contratação de bibliotecários para trabalhar em mais de uma biblioteca, sem definir o número máximo de estabelecimentos que o profissional pode atuar. Vale atentar que a obrigatoriedade fica, apenas, para todas as instituições públicas de ensino. Neste sentido, é comprovada a dicotomia quanto aos discursos dos governantes em garantir a qualidade da educação brasileira.

¹² Professor do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará.

Tal realidade leva a seguinte reflexão: sem a obrigatoriedade da biblioteca escolar nas escolas particulares, em que é proporcionada uma educação na perspectiva do acesso ao ensino superior, à formação dos alunos quanto a busca da informação, a aprendizagem pela pesquisa, e o senso crítico para analisar uma informação, não serão contempladas pelos alunos. O que permitirá a esses alunos chegarem à universidade sem as habilidades e competências necessárias para conviver com a informação acadêmica repercutindo numa formação superior, provavelmente, com baixa qualificação.

Nessa ordem de pensamento, para assegurar a função educativa do bibliotecário e da biblioteca escolar, deveria, obrigatoriamente, ser inserida a participação do bibliotecário na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola, conforme legisla o Art. 14 da LDB sobre a participação dos professores e especialistas. Nessa concepção, busca-se potencializar a função educativa da biblioteca na escola, quando o Art. 14 apresenta, teoricamente, que “[...] as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de construção coletiva entre todos os agentes da escola e, destes com a comunidade [...]” (BRASIL, 1996) Nesse sentido, a efetivação da proposta pedagógica da biblioteca escolar¹³ estaria assegurada.

Silva (2011) ainda destaca que a diferença entre o público e o privado na constituição de bibliotecas escolares reside no fato de que as redes particulares de ensino tendem a contratar bibliotecários, e investir nos sistemas de automação e organização para disponibilizar os seus serviços, “[...] comumente, são colégios particulares, considerados de elite, na cidade. com mentalidade religiosa.” (SILVA, J., 2011, p. 504) Em oposição ao ponto de vista desse autor, o Projeto de Lei da Câmara 28/2012 poderá permitir que essa concepção fosse desfeita. Pois, essas escolas têm conhecimento que são alvo das fiscalizações dos órgãos competentes, e a ausência da obrigatoriedade respaldada pela LDB/96 acrescida dos Arts. 27-A e 27-B desse Projeto deixa a cargo da instituição de ensino a existência da biblioteca e principalmente do bibliotecário na escola, o que poderá ser desfavorável para a formação do aluno das escolas particulares.

¹³ Mencionada na seção 2.2 *A proposta pedagógica da biblioteca escolar.*

Acerca da biblioteca pública escolar, Guimarães (2009) afirma que não é necessário apenas um acervo pertinente e diversificado na biblioteca, é preciso que os educadores e governantes tenham consciência da sua importância para o ensino de qualidade. As afirmações de Guimarães (2009) e Silva (2011) vêm contemplar a necessidade de uma nova atuação das bibliotecas escolares para contribuir na formação plena dos alunos das escolas públicas e privadas.

Assim, deve-se refletir, questionar e fomentar como estão sendo desenvolvidos os currículos dos cursos de Biblioteconomia e Pedagogia no que tange à formação dos futuros profissionais que atuarão nas instituições públicas e privadas do ensino básico, no sentido de se apropriar do espaço pedagógico que a biblioteca escolar deve ser para o processo ensino e aprendizagem e a formação integral do aluno. Na esteira das questões sobre o assunto, pergunta-se: esses cursos estão atualizando os seus currículos para conscientizar e incrementar a dinamização da biblioteca escolar na prática profissional dos futuros profissionais? Os cursos de Biblioteconomia e Pedagogia, diante dos atuais paradigmas da educação, estão buscando aproximar os seus graduandos, através da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, no que concerne a cursar disciplinas afins que contemplem a importância da biblioteca para a construção do conhecimento e para a apropriação do letramento informacional? Como os cursos de Biblioteconomia estão atualizando os seus componentes curriculares que fundamentam sobre a biblioteca escolar, com referência à Lei 12.244, para assegurar a função educativa da biblioteca escolar e a qualificação dos profissionais bibliotecários que atuarão nessas bibliotecas?

Nessa ordem vertente, Rösing (2002) afirma que através da dinamização da biblioteca, pode-se ressignificar a escola. Ainda na concepção da autora:

Tudo seria mais fácil se não houvesse no Brasil um distanciamento tão grande entre a formação do professor em cursos de licenciatura, a formação dos bibliotecários nos bacharelados em biblioteconomia e a realidade da maioria das escolas brasileiras no que diz respeito ao tratamento dado às bibliotecas. (RÖSING, 2002, p. 398)

Nessa percepção, a biblioteca escolar concretiza-se como espaço de aprendizagem permitindo à comunidade escolar a sustentação para a formação de novos conhecimentos, contribuindo com o processo ensino e aprendizagem.

Silva (2011) considera que para a efetivação da Lei 12.244/2010 é necessário uma compreensão político-educacional acerca da biblioteca escolar nos cursos de Pedagogia e nas Secretarias de Educação, sendo contextualizado pelo autor que são instrumentos importantes para essa efetivação. O Art. 3º da Lei 12.244/2010 define que:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962 e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010)

Desse modo, os profissionais que medeiam o espaço da biblioteca escolar devem estar comprometidos com as políticas de leitura e habilitados para desenvolver a prática do letramento informacional, já fundamentado na seção 3.2.1 do Capítulo 3 desta dissertação.

Ainda sobre a questão, Campello (2009b, p. 12) considera que:

[...] se o letramento informacional não for visto pelos educadores como parte das ações pedagógicas em geral e se for tratado pelos bibliotecários de forma isolada, é pouco provável que seja adotado como uma prática na escola. [...]

Continuando na ordem das ideias sobre a universalização da biblioteca escolar, o Art. 2º da Lei 12.244/2010 considera “[...] a biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documento registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” (BRASIL, 2010)

Nota-se que o conceito de biblioteca escolar expresso na lei, não explicita sobre a organização técnica do conhecimento e as ações pedagógicas para a fundamentação do processo ensino e aprendizagem e

formação integral do aluno para o “aprender a aprender”, paradigma instituído à educação do século XXI, proposto pela Comissão da UNESCO, diante dos avanços das tecnologias da comunicação e informação que permeiam o cotidiano do mundo “globalizado”. Também não enfatiza sobre o espaço físico da biblioteca.

Nesse sentido, Silva (2011) enfatiza que a Lei 12.244/2010 sobre a universalização da biblioteca nas instituições de ensino

[...] poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política, social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiros. (SILVA, J. 2011, p. 506)

Sobre o acervo que deverá constituir a biblioteca escolar, a Lei 12.244/2010 traz a seguinte redação:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010)

Silva (2011, p. 507) ainda destaca que “[...] a questão do acervo não está devidamente elucidada. Inicialmente em virtude de supervalorizar o livro como única exigência de suporte documental.” Nesse sentido, o parágrafo único dessa lei deveria ampliar e assegurar a constituição do acervo nos diversos suportes tecnológicos, conforme o Decreto nº 7.559/2011 do PNLL – que assegura na linha de ação 6 a disponibilização e uso de tecnologias de informação e comunicação.

Nessa perspectiva, os programas desenvolvidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para dotação do acervo nas escolas – Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), 1997 e o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (PNBEM), 2008 – podem contemplar o parágrafo único dessa Lei 12.244/2010.

Para tanto, será necessário que os gestores das escolas públicas e os profissionais que medeiam os espaços da biblioteca escolar estejam comprometidos na observância dos requisitos dispostos nesses programas, quanto ao cadastramento das escolas no censo escolar, garantindo o objetivo das políticas públicas relativas ao livro, leitura e biblioteca, promovendo assim o estímulo da leitura como prática social.

A universalização da biblioteca escolar deve ser assegurada por ações concretas, na proposta pedagógica das bibliotecas escolares, e ações desenvolvidas também nas Instituições de Ensino Superior, voltadas à área de Educação e Ciência da Informação para o desenvolvimento de projetos acadêmico-científicos que contextualizem a biblioteca escolar na formação integral do aluno e embasem o processo ensino e aprendizagem, pois, essas ações, devem contribuir para a autonomia do aluno na biblioteca universitária.

Tal observação é confirmada por Pasquarelli (1996, p. 6 apud LUBISCO; VIEIRA; SANTANA, 2008, p. 11), quando relata que “[...] durante o 1º e 2º graus, os estudantes não desenvolvem espírito investigativo e não adquirem a habilidade de usar recursos informacionais em bibliotecas [...]”. Torna-se importante esclarecer que na LDB vigente, Lei nº 9.394/96, o ensino de 1º e 2º graus, conforme citação de Pasquarelli (1996) passou a ter as seguintes nomenclaturas: ensino fundamental e ensino médio. Assim, Lubisco, Vieira e Santana (2008, p. 11) corroboram com essa ordem de pensamento mencionando que

A urgência na mudança desse estado de coisas se faz sentir, já que o uso de metodologias mais dinâmicas de ensino sugere a necessidade de que o estudante – quer da graduação, quer da pós-graduação – seja capacitado a transitar de forma autônoma no universo informacional, buscando e sistematizando as informações de sua área de interesse.

Nessa perspectiva, percebe-se que a biblioteca escolar deve preparar o aluno para a prática da pesquisa do ensino fundamental ao ensino médio, com o objetivo de emancipá-lo para desenvolver essa prática da pesquisa investigativa na universidade.

5 METODOLOGIA

A metodologia desta dissertação tem por objetivo delinear o percurso da pesquisa através de método científico, que de acordo com Valentim (2005, p. 17) se constitui em um “[...] conjunto de técnicas e instrumentos utilizados para o desenvolvimento de um determinado estudo [...]” na perspectiva de sustentar e subsidiar o pesquisador visando à obtenção dos resultados. Foi estruturada em quatro etapas: a primeira etapa o referencial teórico; a segunda etapa abarca a pesquisa de campo; a terceira etapa trata da análise dos dados e discussão dos resultados; e na quarta etapa apresenta às considerações finais.

Este estudo tem no seu método uma abordagem indutiva, pois, “[...] parte-se de constatações particulares ou específicas para as mais genéricas [...]” (VALENTIM 2005, p. 17), por abranger um fenômeno social. A pesquisa é do tipo qualitativa, de natureza descritiva, tendo um teor subjetivo, por implicar na observação e análise dos relatos dos sujeitos pesquisados, diante da preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e os produtos. Nesse sentido, foi definido o verbo *contribuir*¹⁴ para designar a participação da biblioteca escolar na formação do aluno. Ressalta-se que a quantificação de determinados dados colaborou para clarificar a análise e interpretação dos resultados.

Para Bogdan (apud TRIVIÑOS, 2009, p. 129, grifo do autor), dentre as características da pesquisa qualitativa, torna-se visível que “[...] os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente [...] e [...] partem do fenômeno social. [...]” Conforme Triviños (2009, p. 128) essa pesquisa é essencialmente descritiva uma vez que “[...] as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga [...]”. A essência do estudo qualitativo reside no desejo de conhecer, afirmam Valentim (2005) e Triviños (2009).

¹⁴ O conceito de o verbo contribuir, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986, p. 469) significa ter parte em um resultado, concorrer, colaborar, cooperar.

5.1 UNIVERSO, POPULAÇÃO-ALVO E AMOSTRA

O universo da pesquisa abrange a Universidade Federal da Bahia, por ser uma Instituição de ensino e pesquisa acadêmico-científica, que oferece à sociedade os cursos de Biblioteconomia e Pedagogia sob uma mesma estrutura normativa e filosofia institucional.

A escolha da população-alvo foi intencional, visto que os alunos desses dois cursos serão os futuros profissionais que poderão atuar nas bibliotecas escolares e nas salas de aula tendo a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem capaz de contribuir com a formação integral do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Na amostragem foram selecionados os prováveis concluintes do segundo semestre de 2011 dos cursos de Biblioteconomia e Pedagogia que devem estar legalmente habilitados para atuar no campo profissional, ponderando que estes sujeitos são educadores e em razão da qualidade da educação “[...] o educador possa levar o educando a fazer-se sujeito e aprender. [...]” (PARO, 2011, p. 490).

Nessa perspectiva, partiu-se da premissa, de acordo com a concepção de Campello (2010), que a biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem, no qual os conhecimentos adquiridos a partir de ações desenvolvidas são essenciais para que a formação antes dele alcançar o ensino universitário. Sobre essa questão, Paro (2011, p. 490) afirma que é “[...] de particular importância o tipo de educação que ele recebe durante o ensino fundamental [...]” em que as relações sociais marcam profundamente a sua personalidade.

5.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa utilizado para realizar a coleta de dados foi o questionário semiestruturado com questões que versam sobre o uso da biblioteca escolar no ensino básico e contribuições do referido espaço para a construção da autonomia do aluno visando a biblioteca universitária.

A escolha desse instrumento decorreu das vantagens que este

propicia, dentre as quais a de possibilitar que os investigados respondam as questões sem a interferência do pesquisador bem como a economia do tempo para ambos, por serem formandos em fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

5.3 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

O início da coleta de dados foi marcado pela solicitação da lista dos prováveis concluintes do 2º semestre de 2011, dos cursos de Biblioteconomia e Pedagogia da UFBA totalizando 90 formandos, entre os dois cursos. Esse procedimento foi necessário para realizar os contatos com os sujeitos da pesquisa e com isso definir a amostra a ser estudada.

A fim de comprovar a clareza das questões elaboradas no questionário, foi realizado um pré-teste com um grupo de 16 alunos do curso de Biblioteconomia, concluintes do semestre 2010.2. Tal estratégia é importante segundo Barbetta (2004), pois se aplica o instrumento de pesquisa em alguns indivíduos com características similares aos sujeitos da população em estudo. A realização dessa etapa ocorreu após a autorização do Coordenador de Estágio Supervisionado (ICI 200).

A coleta de dados foi realizada através da aplicação do questionário aos concluintes de cada curso. Junto ao questionário foi encaminhada uma carta, solicitando a autorização para divulgação dos resultados com o comprometimento de não revelar a identidade dos respondentes como também à instituição educacional que os concluintes estudaram.

A etapa seguinte consistiu em encaminhar aos alunos o questionário por e-mail. Além disso, o envio dos 25 questionários aos concluintes do curso de biblioteconomia não logrou êxito fazendo com que fossem traçadas novas estratégias de acesso a estes concluintes. Um contato foi realizado com a Coordenadora de Estágio Supervisionado a fim de aplicar o instrumento quando do encontro entre a Coordenadora e os concluintes do referido curso. Assim, do quantitativo de 25 pesquisados, 15 estavam presentes ao encontro dos quais 14 responderam afirmativamente a

pesquisa.

Na tentativa de abarcar o maior número possível de alunos concluintes, foi solicitado à Secretaria do Colegiado do Curso de Biblioteconomia o contato telefônico dos alunos ausentes ao encontro para que dessa forma pudesse explicitar o objetivo da pesquisa e com isso obter as informações desejadas. Essa ação foi realizada, mas, Infelizmente, não surtiu o efeito pretendido, ficando, portanto, a amostra representada por aproximadamente 50% dos concluintes do curso de Biblioteconomia.

Os procedimentos relativos ao grupo de pedagogia foram similares aos adotados para o grupo de biblioteconomia: foi contatado com a Coordenadora do Colegiado para solicitar apoio na aplicação do questionário durante um encontro com os prováveis concluintes. A Coordenação esclareceu a dificuldade em reunir todos os alunos-formandos nos encontros, pois já estavam em fase de elaboração do TCC. Desse modo, foi solicitada a lista dos formandos da qual constavam 65 concluintes com os seus telefones e e-mails.

De posse desses dados foi encaminhada, por e-mail, uma mensagem para todos os prováveis concluintes solicitando a participação destes, enfatizando a relevância em colaborar com a pesquisa, explicitando também o objetivo do estudo. Dos 65 e-mails enviados, apenas oito questionários foram devolvidos.

Observou-se que a taxa de retorno foi muito baixa, em razão disso, nova mensagem foi reencaminhada tendo como resultado apenas três questionários devolvidos. Diante da dificuldade apresentada à pesquisadora adotou outras medidas: permaneceu na biblioteca da Faced/UFBA por uma semana, a fim de manter contato com os concluintes, resultando dessa ação a coleta de oito questionários; com um formando foi agendada a ida ao seu local de trabalho sendo aplicado o questionário. Além disso, o contato com os professores orientadores permitiu que mais três concluintes respondessem o referido instrumento. Também permaneceu no Colegiado de Pedagogia por 10 dias mediante autorização da Coordenadora do curso, com o objetivo de contatar com os concluintes no momento da entrega da monografia ao Colegiado. Dessa estratégia resultaram 25 questionários.

Vale enfatizar que nesse contexto de entrega das monografias, 17 alunos-formandos desistiram de entregar a monografia e não responderam ao questionário. Dessa forma, totalizaram 48 questionários coletados para a análise dos dados, o que significa dizer que 100% responderam à solicitação da pesquisadora, colaborando efetivamente com o estudo.

5.4 PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Optou-se pelo método de análise de conteúdo por permitir analisar as mensagens escritas no questionário semiestruturado, através da categorização desses dados para a sua interpretação. De acordo com Moraes (1999) no método de análise de conteúdo, o estudo se dirige para as características da mensagem propriamente dita, para o seu valor informacional e ideias nelas expressas. Para tanto, foram elaboradas categorias a partir de critérios definidos que conforme Bardin (1977) são as categorias semânticas (categorias temáticas).

Seguindo essa perspectiva foram estruturadas as categorias temáticas para a análise de conteúdo dos respondentes do curso de biblioteconomia e pedagogia, descritas a saber:

1. Biblioteca na escola;
2. Biblioteca escolar e formação do aluno-usuário;
3. frequência à biblioteca escolar para autonomia na biblioteca universitária;
4. ações da biblioteca escolar para autonomia do aluno na biblioteca universitária;
5. trabalho e/ou estágio no ambiente escolar;

Vale ressaltar que nas categorias foram criadas subcategorias para aprimorar a interpretação dos conteúdos. As categorias se sustentam no momento da análise e da discussão dos resultados.

Com o intuito de preservar e identificar os respondentes foram definidos os códigos alfanuméricos, no qual se definiu **"B"** para os respondentes do curso de Biblioteconomia e **"P"** para os respondentes do curso de Pedagogia seguido de numeração sequencial para os respondentes de cada curso.

6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise dos dados buscou-se identificar e analisar a existência da biblioteca escolar no período da educação básica dos sujeitos de pesquisa, com o intuito investigar e analisar as ações desenvolvidas nesse espaço que contribuíram para a formação do aluno, visando a sua autonomia na biblioteca universitária. Cabe ressaltar que a pesquisa considerou a biblioteca das redes públicas e privadas inseridas nas instituições do ensino básico dos sujeitos pesquisados.

6.1 CATEGORIA 1 - BIBLIOTECA NA ESCOLA

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem (CAPELLO, 2010) voltado à realização de ações que contribuam para a formação dos alunos apoiando as atividades curriculares. (INTERNATIONAL..., 2000). A presença desse espaço na escola é determinante no processo de formação de sujeitos para atuarem criticamente na sociedade de Informação. Nesse sentido, os dados revelaram que a biblioteca da escola foi um espaço de atuação restrita durante o período escolar dos concluintes de biblioteconomia, representando, pois, um déficit na formação desses alunos, conforme Tabela 1.

Situação diversa observa-se no grupo representado pelos concluintes do curso de pedagogia vez que, aproximadamente, 50% contou com a biblioteca na fase de formação que antecedeu a universidade, especialmente aqueles oriundos da rede particular. (FRAGOSO, 2005) É possível que a diferença acentuada (73%) no ensino médio esteja atrelada à preparação para o acesso ao ensino superior.

Tabela 1 – Presença da biblioteca na escola

Biblioteca na escola	Rede pública ensino fundamental (%)		Rede particular ensino fundamental (%)		Rede pública ensino médio (%)		Rede particular ensino médio (%)	
	B	P	B	P	B	P	B	P
Presença da biblioteca escolar	30	46	25	54	25	57	18	73
Ausência da biblioteca escolar	60	30	50	33	50	38	82	27
Não responderam	10	24	25	13	18	5	-	-

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda: B = Biblioteconomia; P = Pedagogia.

Nota: - dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Os dados revelaram de um lado o aluno que foi privado da convivência com a biblioteca escolar, e conseqüentemente de outras possibilidades de acesso à informação; por outro, numa perspectiva diferente, alunos que durante o processo de educação formal desfrutaram de ações desenvolvidas nesse ambiente que lhes propiciaram maior autonomia na busca da informação quando do uso da biblioteca universitária. É inquietante a situação dos alunos de biblioteconomia, pois deles foi subtraído à possibilidade de uma formação plena, conforme defendem Morigi, Vanz e Galdino (2002) quando ressaltam que é no ensino fundamental que se inicia o processo da formação integral do aluno enquanto sujeito social. Coadunando com essa concepção, os estudos realizados por Paro (2011) confirmam que a essência da formação do jovem é antecedida ao ingresso no ensino superior, sendo de particular importância a qualidade de educação que ele recebe no ensino fundamental.

Os dados analisados refletem a escassez da biblioteca na escola dos concluintes de biblioteconomia, confirmando a situação de precariedade desse espaço no processo educativo, conforme relatada na literatura da ciência da informação (capítulos 2, 3 e 4 desse estudo) especialmente na rede pública, origem da maioria destes alunos.

6.1.1 Bibliotecário na escola

A existência da biblioteca na escola por si só não garante a efetiva participação desta na formação do aluno. O espaço físico e o acervo são aspectos relevantes na constituição do referido ambiente, mas é a presença do bibliotecário que deve propiciar a plena formação do aluno, através de ações dinamizadas. Nesse sentido, os dados referentes à presença do bibliotecário no espaço da biblioteca (Tabela 2) são próximos a aqueles relativos à existência da biblioteca escolar, isto é, a ausência desta pressupõe a inexistência daquele na instituição educacional.

Os respondentes de pedagogia, de acordo com a Tabela 2, durante essa fase, tiveram à sua disposição uma estrutura condizente com aquela recomendada pela literatura (AMARAL, 2008; CAMPELLO, 2009b, 2010; CORRÊA, 2002; FRAGOSO, 2005; INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2000; KUHLTHAU, 2000; LEAL, 2002; MACEDO, 2005) como necessária para atender ao aluno, contando com o bibliotecário desempenhando a sua função educativa inerente à biblioteca escolar.

A realidade da biblioteca escolar no Brasil apresenta um contexto em que o percentual significativo não dispõe de um profissional bibliotecário coordenando as atividades ali desenvolvidas. (AMARAL, 2008; FRAGOSO, 2002; GARCEZ, 2007; PROJETO..., 2008; SILVA, 1999) A ausência do bibliotecário contribui para a ineficiência da biblioteca como espaço de aprendizagem de acordo com os estudos de Campello (2009b).

É comum encontrar profissionais de outras áreas, sem qualificação necessária, principalmente professores em fim de carreira (CORRÊA, 2002; TEIXEIRA, 2002; RÖSING, 2002) desenvolvendo funções que originalmente são inerentes ao bibliotecário. Sobre essa anomalia Marttucci (2005) afirma que a responsabilidade da biblioteca fica sob a escola de maneira geral e do professor de maneira específica. Percebe-se, desse modo, um descompasso entre o ideal e o real (FRAGOSO, 2005), fazendo com que esse espaço não cumpra uma das funções maiores, qual seja, função educativa e mediadora

para o processo de formação do aluno.

Tabela 2 – Presença do bibliotecário na escola

Bibliotecário na escola	Rede pública ensino fundamental (%)		Rede particular ensino fundamental (%)		Rede pública ensino médio (%)		Rede particular ensino médio (%)	
	B	P	B	P	B	P	B	P
Presença do bibliotecário	11	46	-	44	-	58	-	77
Ausência do bibliotecário	78	27	50	17	60	26	50	8
Outro profissional	11	7	25	22	10	9	25	-
Não lembra	-	20	25	17	30	17	25	15
Não responderam	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo da autora

Legenda: B = Biblioteconomia; P = Pedagogia.

Nota: Dado numérico igual a zero

Essa lacuna vem sustentar os resultados especificamente, dos respondentes do curso de biblioteconomia, quanto à ausência do profissional para desenvolver o seu papel educativo que de acordo com Campello (2009a) tem a competência específica para lidar com informações.

6.1.2 Frequência do aluno à biblioteca escolar

A partir da compreensão de que a biblioteca é um espaço de aprendizagem na mais ampla concepção da palavra, buscou-se analisar as ações que motivaram os respondentes a frequentar o ambiente da biblioteca na perspectiva acima apresentada.

Os discursos dos concluintes de ambos os cursos revelaram que as atividades escolares foram essencialmente àquelas que motivaram à frequência à biblioteca:

Para fazer trabalhos a pedido dos professores (B01);

Para fazer pesquisa e leitura (B04);

Pesquisas, leituras de revistas, isso no ensino médio. (P06)

Precisava fazer pesquisas e também alguns professores levavam os alunos para lá. (P04)

Para fazer pesquisas e empréstimos de livros (P07)

Frequentava para pesquisar. (P09)

Sempre que precisava fazer trabalho escolar, os alunos se reuniam para pesquisar. Além disso, até quando não tinha computador a biblioteca era uma opção. (P13)

Para realizar pesquisas com intuito de confeccionar atividade solicitada pelos docentes. (P14)

Quando estudava no ensino fundamental, frequentava a biblioteca devido a interesses pessoais, e no ensino médio era mais devido aos estudos, provas, seminários etc. (P17)

Para pesquisas e leituras esporádicas (P19)

Para pesquisas de trabalhos de várias disciplinas (P22)

Frequentava para fazer pesquisa, fazer empréstimos de livros de literatura e estudar. (P23)

Para realizar as pesquisas solicitadas pelos professores. (P35)

Frequentava nas horas vagas, também para pesquisar algum trabalho, para lê revistinhas em quadrinhos e fazer trabalhos das aulas utilizando os livros, o computador e as mesas. (P37)

Sempre tive esse hábito, pois gosto muito de pesquisas. (P43)

Para realizar pesquisas para elaboração de trabalhos. (P46)

Os dados revelaram que a *ação de pesquisar* predomina em relação à *ação da leitura*. Percebe-se ainda que, o professor é responsável direto pela frequência do aluno na biblioteca vez que parte dele a solicitação para realizar as atividades escolares (TEIXEIRA, 2002), mencionadas pelos respondentes (B01, P04, P14, P35).

Dos relatos apresentados, apenas um menciona a presença do professor junto aos alunos na biblioteca (P04), significando, pois, que os docentes não planejavam atividades em conjunção com a biblioteca. É possível que a ausência do professor nesse espaço desestimule a frequência do aluno na biblioteca. Não há evidências de que as ações mencionadas foram planejadas pela biblioteca da escola para motivar a frequência dos alunos e incentivar a leitura.

Ademais, percebe-se que a frequência à biblioteca da escola para realizar atividades como a leitura literária, considerada como aquela que

propicia ampliar a criatividade e despertar o prazer pela leitura (KUHLTHAU, 2002; LEAL, 2002; LINTTON, 1974 apud CORRÊA, 2002), procedia com menos regularidade, haja vista que são poucos os participantes que mencionam essa possibilidade:

Sempre frequentei a biblioteca do colégio para ler os livros de romance, e assistir os filmes sobre a história do Brasil. (B02);

Porque gostava de ler livros literários e fazer pesquisa escolar. (P18)

Sempre para pegar livros, amo a leitura. (P 34)

Sempre fui incentivada a ler. A biblioteca sempre foi um ambiente confortável para mim. (P40)

Eu gostava muito de frequentar a biblioteca. Todos os dias eu estava lá, tanto para estudar quanto para ler só por diversão. (P48)

É provável que a ação registrada pelo aluno de biblioteconomia **(B02)** fosse sugerida pelo professor, pois o respondente revelou a inexistência do bibliotecário na biblioteca conforme descrito na *subcategoria 6.1.1*.

Os dados revelaram que a frequência à biblioteca pelos concluintes de pedagogia esteve relacionada ao prazer da leitura, resultando desta forma um ato espontâneo por parte destes. A leitura nessa perspectiva deve ser pensada como uma ação pedagógica visando à formação do aluno e que segundo Campello (2003a) deve ser incentivada sob a ótica da formação do leitor, proporcionando o estímulo livre e prazeroso no contato com o livro.

A restrição quanto à liberdade de acesso a informação, ao não permitir que o aluno transite livremente pelas estantes reflete na baixa frequência do aluno à biblioteca, impedindo a utilização desse ambiente como espaço de aprendizagem, como ficou demonstrado pelo concluinte de biblioteconomia:

Apenas para pegar livro, pois não era de livre acesso (B05)

Igualmente, a limitação do uso pleno dos ambientes que constituem a biblioteca escolar inviabiliza que seus usuários descubram novos conhecimentos, tornando-se uma barreira na formação do aluno.

A irregularidade da frequência à biblioteca é motivada por fatores

distintos. Há aqueles relacionados às necessidades esporádicas dos alunos, às questões estruturais de funcionamento e infraestrutura, e aspectos relativos à prestação de serviços. Há ainda os relacionados à falta de estímulos conforme relatam os respondentes dos dois cursos:

De vez em quando (B03)

Às vezes quando estava aberta, mas geralmente ficava fechada (P03)

Só em tempo de provas, não tinha qualquer estímulo. (P06)

la poucas vezes, geralmente fazer pesquisa escolar ou olhar os livros, pois não podia fazer empréstimos. (P27)

Quando preciso utilizava a biblioteca da escola. Não era sugerido, o horário era incompatível, pesquisas eram poucas. (P31)

Não éramos motivados (B09)

O horário de funcionamento não era compatível com os horários das aulas do turno noturno (B14).

Não considerava importante. (P01)

Não tinha prazer em frequentar porque os alunos desconheciam a sua existência. (P05)

Não gostava de ir, pois era muito escura, abandonada (P25)

Pesquisava na Biblioteca Central dos Barris pela sua variedade de livros. Era a melhor opção. (P41)

Do exposto aduz-se que as lacunas apontadas fazem com que a biblioteca escolar torne-se um espaço pouco apazível à frequência do aluno, seja porque os escolares só vislumbrem a possibilidade de uso para atender apenas suas necessidades emergenciais (provas e atividades escolares) (TEIXEIRA, 2002), seja porque o espaço não oferece maiores possibilidades de incentivo à leitura.

A ausência de atividades que estimulem a presença do aluno na biblioteca contribui para a baixa frequência conforme apontam os participantes. Nesse contexto torna-se relevante que todos os envolvidos no processo de educação formal do aluno estejam alinhados no propósito de despertarem o interesse dos alunos a conviverem nesse espaço, especialmente os bibliotecários. Para tanto, o bibliotecário deve planejar a proposta pedagógica da biblioteca que norteie a prática desenvolvida nessa unidade de informação, conforme afirmam Leal (2002), Macedo (2005),

Manifesto em defesa da Biblioteca Escolar (MANIFESTO..., 2009). A falta de ações dessa natureza, segundo Silva (1997), acarreta a letargia de certas bibliotecas para promover a leitura, o que de certo modo interfere no desejo de ler. Esse pensamento corrobora com os resultados sobre a não frequência dos alunos à biblioteca, mesmo com a existência do bibliotecário.

6.1.3 Prazer em frequentar a biblioteca da escola

Como observado nos dados anteriores, a frequência do aluno à biblioteca, em geral, esteve relacionado ao cumprimento de uma obrigação. Nessa subcategoria buscou-se investigar os motivos que desencadearam o prazer de frequentar a biblioteca da escola.

Os respondentes do curso de biblioteconomia e pedagogia revelaram que o prazer em frequentar a biblioteca estava mais associado às condições propiciadas pelo ambiente da biblioteca do que pelas as ações ali desenvolvidas para esse fim.

Porque predominava o silêncio, era climatizada a sala. Era bom para estudar (B02)

Era um ambiente agradável (B04; P07)

Lembro-me que era um ambiente tranquilo e silencioso, isso me fazia ter prazer em está estudando lá. (P04)

Quando precisava, era o local silencioso que encontrava na escola. (P10)

Porque era um local muito tranquilo para estudar. (P20)

Era um espaço bem aconchegante. (P23)

Sim era um lugar agradável diferente da sala de aula. (P27)

Era um espaço aconchegante tranquilo, eu sempre encontrava os livros que precisava. (P32)

Gosto de livros desde muito pequena e ir a biblioteca sempre foi um prazer. (P38)

Desde pequena leio, as bibliotecas de minhas escolas prezavam pela organização, limpeza e silêncio, o que me deixava à vontade para frequentar. (P40)

Vê-se, portanto, que os respondentes não mencionaram outros

aspectos capazes de ensejar o desejo de estar naquele ambiente, tais como feira de livros, hora do conto, momentos com o autor, concursos literários, o que reforça a ideia de que apenas a estrutura física (limpeza, organização, tranquilidade) foi determinante para despertar o prazer em frequentar a biblioteca pelos participantes dessa pesquisa, em especial para os alunos de pedagogia.

Cabe destacar que a atitude do bibliotecário pode ser um diferencial nesse contexto, como revela o respondente que cursa pedagogia, ao demonstrar o sentimento de amor à biblioteca.

Amava a biblioteca, pois lia livros muito interessantes e a bibliotecária era muito simpática, me emprestava vários livros. (P17)

Interessante notar o tratamento dispensado pelo profissional da biblioteca é essencial para motivar a frequência prazerosa ao ambiente da biblioteca. Nesse sentido, Campello (2009a) sustenta que a função educativa do bibliotecário torna-se fundamental no ambiente escolar, pois a mediação por ele realizada no sentido de orientar quanto ao uso da informação é mais relevante do que a sua competência específica para tratar as informações.

Vale ressaltar que o sentimento mencionado pelo respondente (P17) tem antecedente no ensino fundamental, quando mencionou frequentar a biblioteca por interesses pessoais, descrito na *subcategoria 6.1.2 – frequência do aluno à biblioteca escolar*. Este convívio na biblioteca estava relacionado também ao acervo e às leituras interessantes que despertava o sentimento de amor, prazer e pertencimento ao ambiente.

A leitura e o acervo também foram fatores apontados como motivadores para frequência prazerosa à biblioteca, conforme demonstram os participantes:

A biblioteca era ampla, possuía uma diversidade de livros, além do prazer que sinto em fazer leituras não importando o tipo textual. (P14)

Porque amava ler livros literários. (P18)

Pois gostava e gosto de ler. (P19)

Por ser o lugar mais tranquilo que existia na escola e por gostar muito de fazer leituras e pesquisas. (P22)

Gostava de descobrir os livros de história ou assuntos que eu ainda não tinha ouvido falar. Sempre gostei de novidades e descobrir coisas que ainda não sei. Quando criança a curiosidade era de saber sobre tudo. (P38)

Sentia muito prazer pela opção de livros, o silêncio, e o incentivo de outras pessoas que também frequentavam diariamente. (P47)

Eu costumava a pegar livros para ler no final de semana e nas férias. Foi através das leituras feitas na biblioteca que aprendi a gostar de ler. (P48)

Os dados apresentados comprovam a importância da função educativa da biblioteca escolar (CAMPELLO, 2009b) para contribuir na formação leitora do aluno, e, conseqüentemente, na sua formação integral e autônoma, pois a biblioteca escolar é essencialmente, um ambiente de formação e as ações pedagógicas que mais embasam o processo educativo da biblioteca está centrada na leitura e na pesquisa, incluindo a cultura. (AMARAL, 2008)

Os resultados demonstraram que o prazer em frequentar a biblioteca está associado ao ambiente, ao acervo e a leitura, sendo fatores que contribuem para a frequência prazerosa nesse espaço.

Observa-se que, se para alguns os fatores acima apontados desencadearam o prazer em frequentar à biblioteca, para outros a percepção era completamente distinta, seja porque o espaço não condizia com suas expectativas informacionais, seja porque a estrutura não oferecia conforto no ambiente da biblioteca para que o aluno permanecesse no local, motivando a falta de prazer em frequentar esse espaço.

Porque a biblioteca não tinha estrutura que remetesse ao prazer da leitura e atividades sócio educativas (B14).

Só em tempos de prova. Não tinha qualquer estímulo. (P06)

Íamos por obrigação, era sinônimo de trabalho. (P35)

Era pequena e quente. Geralmente pegava o livro e saía para ler em casa. (P45)

Porque quase nunca encontrava material para minhas pesquisas. (P15)

Livros velhos e escura. (P25)

Porque o acervo não era atualizado, os livros não estavam em boas condições, havia muita poeira. (P43)

Além disso, o uso da biblioteca apenas para execução de atividades escolares, aliada a ausência de ações que possam instigar o prazer da descoberta pela dinamização desse espaço, permite perpetuar a concepção de que este é um espaço de frequência obrigatória e às vezes desprazerosa.

Percebe-se nitidamente, a insatisfação dos alunos quanto ao papel desempenhado pelo espaço da biblioteca que segundo a literatura (AMARAL, 2008; CORRÊA, 2002; FRAGOSO, 2002; GARCEZ, 2007) deveria constituir-se um ambiente de leitura, pesquisa e cultura. A realidade demonstrada pelos respondentes (precariedade na estrutura, ausência de estímulo à leitura, acervo limitado e desatualizado) propicia a desmotivação em frequentar o aludido ambiente além de não contribuir na formação do aluno e no desenvolvimento da sua autonomia.

6.2 CATEGORIA 2 - BIBLIOTECA ESCOLAR E FORMAÇÃO DO ALUNO-USUÁRIO

A biblioteca escolar, segundo Kuhlthau (2002) atua como local capaz de dinamizar práticas educativas que favorecem a formação do aluno-usuário, preparando-o para serem pesquisadores da informação durante a sua vida adulta. Nesse sentido, investigou-se as atividades desenvolvidas nas bibliotecas escolares frequentadas pelos partícipes dessa pesquisa que atendiam a esse requisito.

Os dados revelaram que 69% dos concluintes do curso de pedagogia não tiveram no seu percurso escolar atividades na biblioteca da escola que contribuíssem para a sua formação. O percentual de 29% dos que afirmaram a existência de ações voltadas a esse fim pode denotar que, ainda que estas ocorram, não se constituem práticas instituídas nas bibliotecas escolares para formação do aluno-usuário.

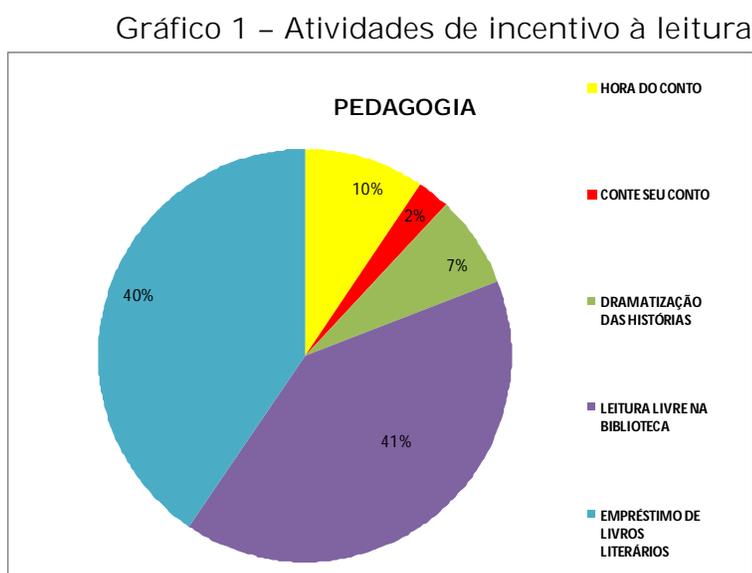
A percepção dos alunos de biblioteconomia reforça ainda mais essa assertiva, vez que estes relatam a ausência dessas atividades durante a trajetória escolar.

Compreende-se que dentre as ações desenvolvidas para a formação do

aluno e usuário da biblioteca aquelas voltadas ao incentivo à leitura, ao desenvolvimento do letramento informacional e ao desenvolvimento ético e cidadão são as mais relevantes, pois, fomentam o desejo de ler agregam competências/habilidades informacionais e valores essenciais para a vida em sociedade. Desse modo, se buscou investigar a contribuição das referidas atividades para a formação dos sujeitos pesquisados.

6.2.1 Atividades de incentivo à leitura

No tocante à leitura, são diversas as atividades que contribuem para o incentivo à leitura (hora do conto, dramatizações, audição musical, conte o seu conto, entre outras). Nesse quesito, apenas os alunos de pedagogia informaram a realização dessas ações, o que significa dizer que os alunos de biblioteconomia foram privados de atividades que incentivasse e/ou despertasse o interesse pela leitura. Ademais, Kuhlthau (2002) salienta que atividades planejadas como hora do conto, realizadas desde as séries iniciais, contribuem para o aluno entender e usar os materiais da biblioteca. Nessa perspectiva, o Gráfico 1 – *Atividades de incentivo à leitura* – demonstra as atividades que os futuros pedagogos participaram.



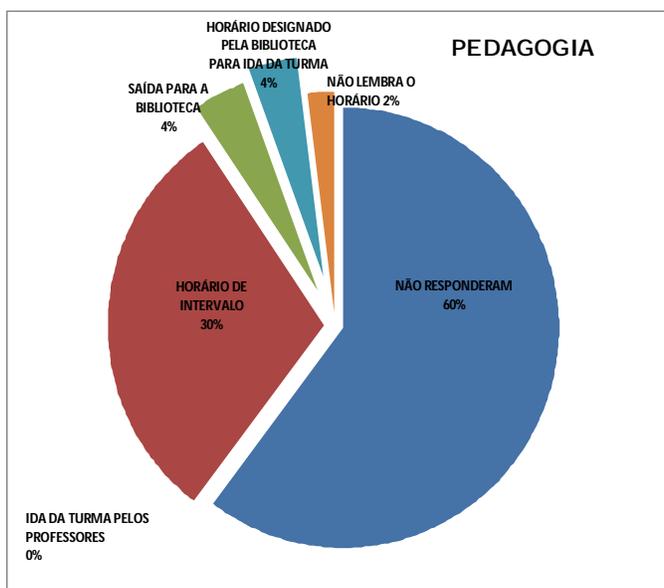
Fonte: Pesquisa de campo da autora

Essas atividades criam a possibilidade de aproximação do aluno com a leitura, o que faz com que a biblioteca seja vista como espaço prazeroso de aprendizagem para a formação do aluno-usuário. O empréstimo de livros literários e a leitura livre na biblioteca foram registrados, num percentual próximo (40%) demonstrando as atividades mais realizadas na biblioteca para o incentivo à leitura. Vê-se que atividades com características lúdicas apresentam um percentual pouco significativo (10%, 7% e 2%), o que de certo modo contraria a literatura que trata dessa questão. Infere-se que essas atividades não ocorriam com a frequência desejada e, portanto, percebe-se que o planejamento de ações para o incentivo à leitura não era desenvolvido na biblioteca.

6.2.2 Horário da leitura livre na biblioteca

Um aspecto relevante a ser considerado para incentivar a leitura é o tempo que o aluno disponibiliza para frequentar a biblioteca, independente das atividades realizadas pelo planejamento dos educadores. Nesse sentido, Kuhlthau (2002) defende a idéia de que é necessário que os alunos tenham horários para realizarem a leitura independente, momento em que estes vão à biblioteca em busca dos livros de sua preferência. Essa atitude pode ser um indicativo de que a ida aquele espaço não está condicionado a imposições curriculares e sim a um ato de liberdade para buscar a leitura desejada. Sobre esse aspecto, os dados evidenciam que os alunos do curso de biblioteconomia não dispuseram de tempo livre para realizar qualquer ação nesse sentido. Já os alunos de pedagogia trazem indícios dessa ocorrência, conforme o Gráfico 2. Diante desses dados, observa-se que o momento em que esta ação se concretizava era no horário do intervalo. É possível que o uso dessa opção limite o aluno da convivência com brincadeiras e conversas informais, necessárias para a sua socialização.

Gráfico 2 - Horário da leitura livre na biblioteca



Fonte: Pesquisa de campo da autora

Cabe ressaltar que não se trata de uma crítica simplesmente, mas, a possibilidade de que se o projeto-político-pedagógico da instituição escolar contemplasse a biblioteca como parte integrante no processo de formação do aluno, provavelmente estes não utilizassem o intervalo recreativo destinado ao lanche e a outras atividades não formalizadas, e os percentuais apresentados no Gráfico 2 fossem mais significativos. Contudo, a leitura livre na biblioteca também pode representar um momento de descontração, deleite e prazer para o aluno. Além disso, a opção em que o professor conduz a turma à biblioteca também não seria inexistente. Quanto à saída da sala de aula pelo aluno para ir à biblioteca, é provável que esta intenção não comungue com as diretrizes estabelecidas nas práticas pedagógicas das escolas. Referente à opção do horário designado pela biblioteca para ida da turma, percebe-se que o planejamento da biblioteca para realização desta atividade existiu de forma inexpressiva, conseqüentemente, esporádica.

Estes resultados comprovaram o baixo índice de incentivo de forma planejada por parte dos educadores para o estímulo da leitura prazerosa no ambiente da biblioteca. Desse modo, os resultados reforçam a concepção de

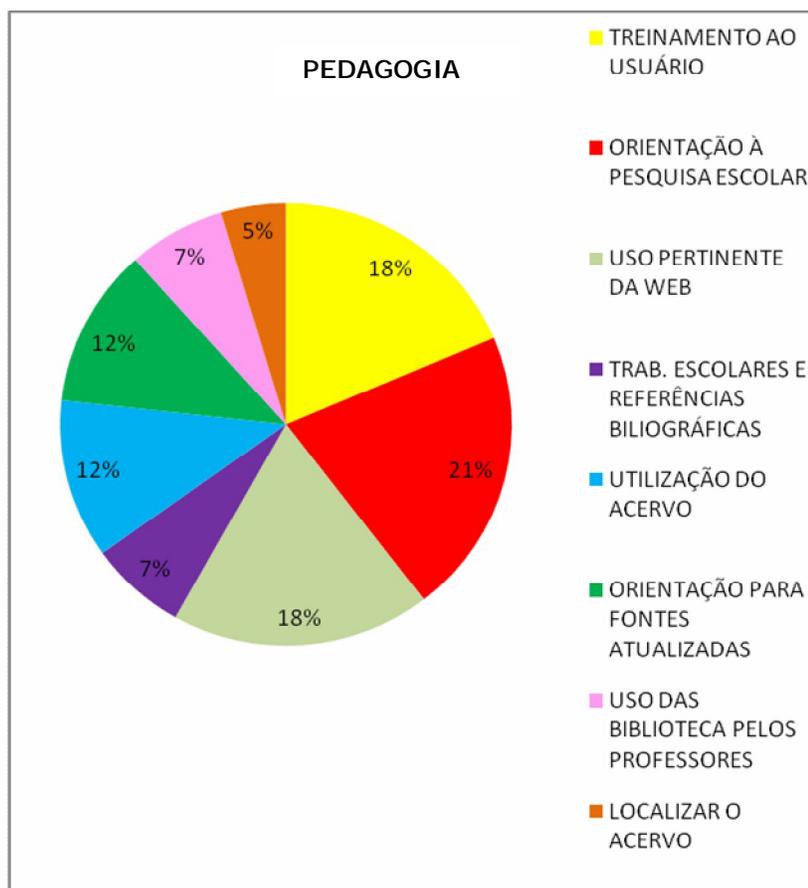
Kuhlthau (2002) quando afirma que a ausência de motivação é um dos maiores problemas em relação à leitura. Estes resultados sustentam os dados apresentados pelos respondentes nas *subcategorias 6.1.2; 6.1.3* sobre a frequência e o prazer em frequentar a biblioteca.

Torna-se importante destacar que a biblioteca escolar, preleciona Campello (2009b), é o ambiente favorável para realizar atividades que possibilitem ao aluno desenvolver capacidades de compreensão de necessidades informacionais, localização, seleção e interpretação crítica e responsável da informação, essenciais ao letramento informacional.

6.2.3 Atividades para desenvolver o letramento informacional

Nessa perspectiva, a pesquisa investigou a ocorrência de atividades que evidenciassem a concepção apontada por Campello (2009b). De acordo com os dados não há registros por parte dos concluintes de biblioteconomia nesse sentido, fato que concorreu para que os futuros bibliotecários não exercitassem na biblioteca da escola as competências necessárias para torná-los autônomo na busca da informação. Entre os alunos de pedagogia, 30% revelaram serem partícipes de atividades que proporcionaram o letramento informacional. Dessas atividades conforme Gráfico 3, apenas um percentual mínimo do referido grupo exercitou na biblioteca as competências necessárias para torna-se autônomo na busca da informação.

Gráfico 3 – Atividades para o letramento informacional



Fonte: Pesquisa de campo da autora

Estes resultados não representam, pois, uma realidade instituída na prática pedagógica da maioria das bibliotecas escolares, vez que, para a essa maioria a ação foi inexpressiva. Cabe ressaltar que atividades que desenvolvem o letramento informacional são essenciais para que o aluno adquira autonomia na biblioteca universitária, sendo que a ausência de tais práticas compromete o percurso posterior, conforme salienta Cavalcante (2006), quando diz que os alunos chegam à universidade com dificuldades para reconhecer um artigo científico, uma referência bibliográfica, identificar uma questão de pesquisa para adotar estratégias de investigação pertinente e reconhecer os critérios para avaliar a qualidade de um site na internet com objetivo de responder às suas necessidades de informação de maneira confiável. Vê-se, portanto, que essa lacuna traz implicações significativas na vida futura dos profissionais responsáveis diretos no processo de formação

dos sujeitos sociais.

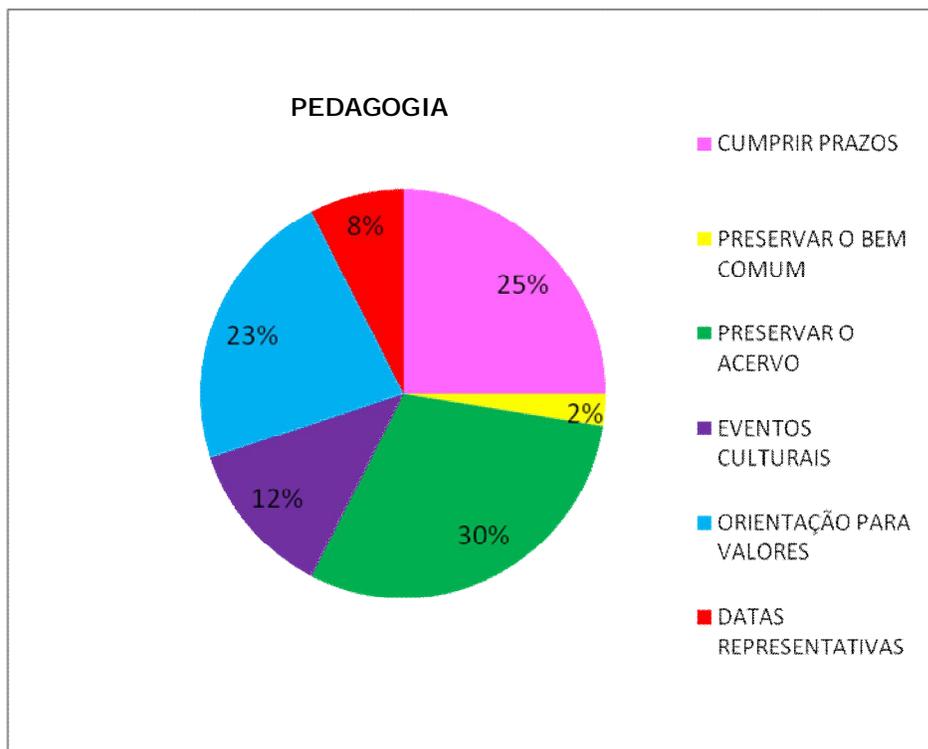
6.2.4 Atividades para desenvolver o senso ético e cidadão

As ações desenvolvidas na biblioteca escolar em geral tem o propósito de contribuir na formação ampla do cidadão, considerando os aspectos educacionais, informacionais e éticos que perpassam as atividades realizadas nesse ambiente. Nesse contexto, o bibliotecário exerce papel relevante ao executar práticas voltadas à construção da cidadania do aluno, conforme asseguram Morigi, Vanz e Galdino (2002), haja vista que é compromisso da educação na infância formar o adulto em sua plenitude no sentido mais amplo da palavra.

No que tange à realização de atividades que fomentassem a aquisição de valores, a pesquisa evidencia mais uma vez realidades distintas: os respondentes concluintes do curso de biblioteconomia não foram contemplados por ações na biblioteca da escola que desenvolvessem o seu senso ético e cidadão, enquanto que os alunos de pedagogia participaram de atividades que contribuíram para o desenvolvimento desses valores, conforme revela o Gráfico 4.

Dentre as atividades elencadas, as questões relacionadas a preservação do acervo, cumprir prazos e orientação para valores foram as mais destacadas (30%, 25% e 23%) pelos respondentes confirmando ser uma prática adotada pela biblioteca escola. Essa postura tem um lado positivo, pois, desenvolve a consciência do aluno para a responsabilidade com o patrimônio de uma coletividade. Por outro lado, pode evidenciar a ideia de que esse é um local de cobrança de cumprimento de prazos e de cuidados extremados com o acervo, imperando desse modo uma conotação negativa da biblioteca escolar.

Gráfico 4 – Atividades para desenvolver o senso ético e cidadão



Fonte: Pesquisa de campo da autora

Curiosamente, as atividades voltadas para despertar valores pátrios e que são tradicionalmente ações executadas com bastante frequência na biblioteca escolar foram pouco reveladas pelos participantes.

Face ao exposto é possível afirmar que os alunos de pedagogia, tiveram, ainda que de forma incipiente a oportunidade de agregar valores essenciais na sua fase escolar, que colaboraram para a sua formação enquanto aluno-usuário da biblioteca.

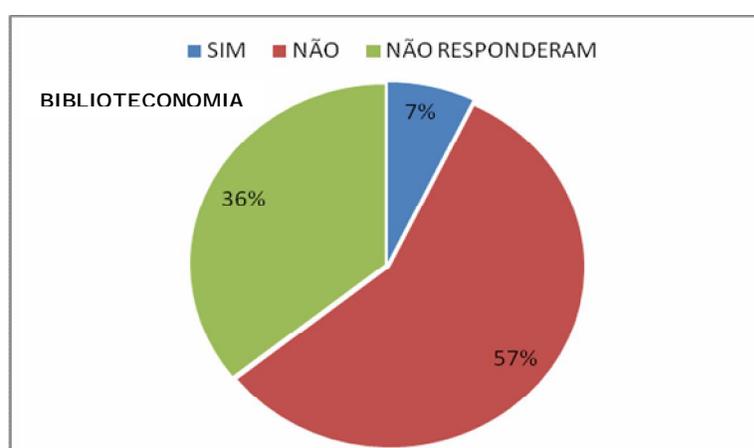
6.3 CATEGORIA 3 - FREQUÊNCIA A BIBLIOTECA ESCOLAR PARA AUTONOMIA DO ALUNO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

É consenso na literatura que a frequência à biblioteca pode tornar-se um diferencial para que o aluno adquira competências importantes para torná-lo autônomo na busca a informação. Desse modo, a pesquisa investigou a percepção dos participantes acerca da contribuição advinda da

frequência ao ambiente da biblioteca escolar para a autonomia na biblioteca universitária.

Os dados revelaram que a contribuição da biblioteca escolar para autonomia do aluno na biblioteca universitária foi inexpressiva para os respondentes do curso de biblioteconomia, vez que no Gráfico 5, apenas 7% vislumbraram tal possibilidade. Dentre estes, estão aqueles que creditaram essa contribuição da biblioteca escolar.

Gráfico 5 - Frequência a biblioteca escolar para autonomia do aluno



Fonte: Pesquisa de campo da autora

O relato do respondente (B2) evidencia uma visão reducionista da dimensão do papel desempenhado pela biblioteca no sentido de contribuir para a autonomia do aluno na busca da informação, vez que, para ele apenas um serviço prestado pela biblioteca e a incorporação de um valor decorrente desse serviço foi à ação que promoveu sua autonomia posterior.

Empréstimo dos livros através de ficha; responsabilidade com os livros (B02)

Entrelaçando este dado aos expressos por esse respondente nas categorias anteriores, observou-se que o mesmo não contou com a presença da biblioteca no ensino fundamental e no ensino médio, a frequência à biblioteca esteve relacionada à leitura de romances e a conteúdos audiovisuais relativos às matérias curriculares, provavelmente, em razão da

necessidade de preparação para concorrer ao acesso à universidade. Conforme aludido anteriormente, o prazer em frequentar a biblioteca para (B02) esteve associado ao silêncio e a climatização oferecidos pelo ambiente. Desse modo, a percepção acima apresentada condiz com a realidade vivenciada por esse aluno, pois, durante o percurso escolar anterior não registrou ações pedagógicas que contribuíssem para sua formação.

Esses dados sustentam a limitação do respondente em associar a sua autonomia na biblioteca universitária às poucas situações por ele experimentadas no ensino médio, quais sejam empréstimo e devolução de livros. Ações que ampliaram as possibilidades de emancipação na biblioteca universitária, como aquelas contextualizadas na prática do letramento informacional (CAMPELLO, 2009a) não foram mencionadas pelo respondente.

Quanto aos respondentes do curso de pedagogia os dados demonstraram um percentual equilibrado entre os que conceberam que a biblioteca da escola contribuiu para a autonomia na biblioteca universitária (41%) daqueles que não compartilharam dessa opinião (42%) conforme Gráfico 6.

É importante ressaltar que estas ações são realizadas na biblioteca escolar, às vezes, sem despertar a consciência do aluno para compreender que está sendo constituída a sua formação para lidar com o uso da informação ao longo da vida, principalmente, na biblioteca universitária em que o conhecimento fundamentado é propulsor de novos conhecimentos. Esta observação é confirmada no registro a seguir.

Nunca havia pensado nisso, mas acredito que contribuiu, já que o ambiente da biblioteca sempre significou lugar de estudo. (P04)

Os relatos também evidenciaram o modo pelo qual a biblioteca escolar contribuiu para a autonomia desses respondentes na biblioteca universitária.

Ajudou na busca do material didático. (P02)

Porque não tenho dificuldade nenhuma em achar um livro, a não ser que ele não esteja

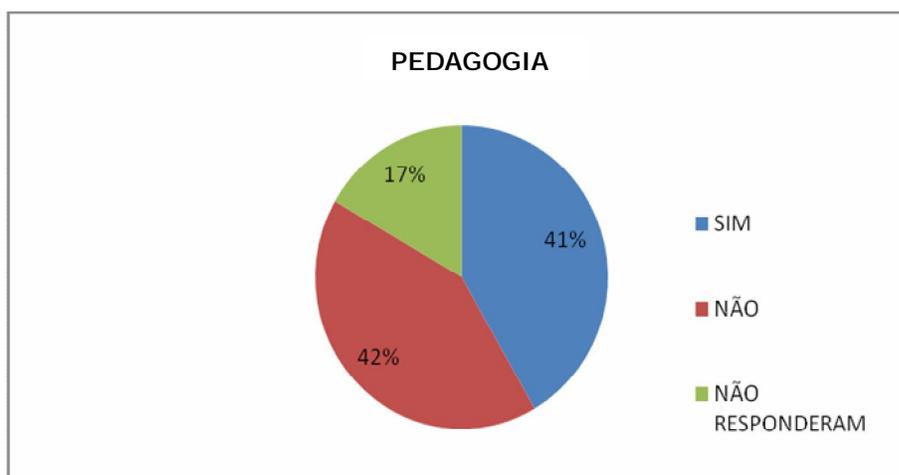
no lugar devido. (P18)

Principalmente no manuseio com o material didático. (P26)

A bibliotecária do Colégio me ajudava a encontrar os livros que eu precisava então, eu tive menos dificuldades de encontrá-los na UFBA. (P29)

Porque com o convívio aprendemos a achar os livros com mais facilidade. (P34)

Gráfico 6 – Frequência a biblioteca escolar para autonomia do aluno



Fonte: Pesquisa de campo da autora

Percebe-se que o convívio com a biblioteca da escola proporcionou aos concluintes do curso de pedagogia a facilidade para localização do acervo na biblioteca universitária, coadunando dessa forma com a percepção trazida por Campello (2009a) quando reafirma sua concepção que o movimento informacional possibilita que os sujeitos compreendam suas necessidades informacionais e a partir das competências adquiridas possam saná-las.

Para alguns informantes de pedagogia, a autonomia adquirida na fase atual advém da frequência e da leitura realizada nesse espaço por ocasião do ensino fundamental.

Contribui para o meu desempenho em leitura na universidade. (P22)

Com certeza, o exercício da leitura sempre contribuirá para nossa formação. (P43)

Frequentar a biblioteca na minha infância contribuiu muito, criando o hábito e interesse em frequentar a biblioteca da universidade. (P17)

Diante disso, fica patente que quando o processo educativo prima pelos aspectos mencionados pelos respondentes, os resultados serão

positivos, caso contrário, as deficiências informacionais não sanadas nas fases anteriores repercutem na educação superior (CAVALCANTE, 2006). Os relatos abaixo confirmam o pensamento de Cavalcante (2006) e evidenciam o comprometimento causado aos alunos pela falta de ações na biblioteca escolar que os levassem a adquirir autonomia na biblioteca universitária.

Como pouco frequentava, pouco continuei a frequentar na faculdade. (P03)

Não houve um trabalho nesse sentido (P06)

Acho diferente o modo com que precisamos dos livros. Acho que se a escola tivesse desenvolvido outras atividades teria melhorado sim minha autonomia. (P08)

A estrutura da biblioteca na escola não se aproxima da biblioteca universitária. (P10)

Nesse sentido, os dados continuam a confirmar os estudos de Cavalcante (2006) quando afirma que a qualidade da escola de educação infantil, ensino fundamental e médio se refletirá na educação superior e no resultado de seus estudantes.

No caso dos alunos do curso de biblioteconomia, a biblioteca escolar não contribuiu para a autonomia desses respondentes pelo fato que estes não frequentaram esse espaço:

Pois não frequentava (B05)

Não frequentava (B09)

Pois não frequentei (B14)

Alguns respondentes creditam a restrita autonomia na biblioteca universitária à incompreensão acerca do modo pelo a biblioteca escolar organizava a informação nela disponível. Esse dado confirma que a não aquisição de competências que propiciem a autonomia esta relacionada às razões apontadas na *subcategoria 6.1.2* (restrição de acesso, ausência de motivação da biblioteca, ausência de estrutura e proposta pedagógica da biblioteca)

Não entendia a organização por assunto utilizando a numeração. A única orientação que tinha era que os livros estavam organizados por matéria. (B01)

As identificações das fontes de informação adequadas são bastante complicadas (B04)

Esses relatos comprovam a ausência de ações do bibliotecário escolar em planejar atividades relacionadas ao treinamento ao usuário, seja orientando o aluno no uso dos serviços da biblioteca, seja ensinando a fazer a leitura das estantes pelos códigos de classificação, estimulando dessa forma a prática do letramento informacional.

A necessidade de orientação para o acesso à informação também foi registrada como causa à ausência de contribuição da biblioteca escolar para a autonomia do aluno na biblioteca universitária:

Não obtive algum conhecimento neste sentido. (B03)

Os dados comprovaram a necessidade da mediação do bibliotecário para a orientação ao usuário, pois, “[...] mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação [...] que atenda, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. [...]” (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 30)

Nessa perspectiva, os resultados confirmaram que o bibliotecário, através de ações educativas desenvolvidas na biblioteca escolar, interfere positivamente na apropriação do conhecimento do aluno, contribuindo para a construção de sua autonomia nos espaços informacionais. Foi comprovado que a frequência à biblioteca da escola para desenvolver atividades pedagógicas contribui para a formação do aluno e conseqüentemente para a sua autonomia na biblioteca universitária.

6.4 CATEGORIA 4 - AÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA AUTONOMIA DO ALUNO NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Nessa sequência, investigou-se a percepção dos concluintes acerca das ações pedagógicas descritas nas *subcategorias 6.2.1, 6.2.3 e 6.2.4* (incentivo à leitura, letramento informacional, desenvolvimento do senso ético e cidadão) quando planejadas e desenvolvidas das séries iniciais ao ensino médio contribuem para autonomia do aluno na biblioteca universitária.

Os dados demonstraram que tanto os sujeitos do curso de biblioteconomia quanto os respondentes do curso de pedagogia (70% e 71% respectivamente) expressaram de forma significativa que essas ações quando desenvolvidas na biblioteca escolar contribuem para a autonomia do aluno na biblioteca universitária. Como se pode observar, os depoimentos confirmam os percentuais relativos a essa questão:

As atividades do item 7.1.2¹⁵ são fundamentais para o aluno universitário saber se localizar na biblioteca (B01);

Os alunos adquirem capacidades para identificar e lidar com as fontes de informação (B04);

*Pois o treinamento e a orientação são fundamentais para uma boa pesquisa. (P09)
Os alunos ficam mais experientes. (P15)*

O item 7.1.2 apresentam atividades como treinamento ao usuário que contribui para autonomia do aluno. (P36)

Favorece uma experiência ao aluno, uma referência de como lidar e comportar-se nesse espaço. (P38)

A facilidade do acesso às estantes, apesar da classificação na biblioteca universitária não ser fácil. (P40)

Porque quando um indivíduo possui os conhecimentos necessários para desenvolver sua pesquisa em uma biblioteca escolar, ele terá autonomia na biblioteca universitária. (P42)

É visível o entendimento que a participação de ações voltadas para a aquisição de habilidades que facilitem a compreensão da dinâmica informacional ocorrida na biblioteca escolar é fundamental para que os alunos sejam autônomos na busca da informação em espaços dessa natureza.

Saber identificar e lidar com as fontes de informação (competências adquiridas através do letramento informacional) é condição *sine qua non* para o aluno universitário, pois, nesse período da escolaridade é dele exigido o reconhecimento das fontes científicas que trazem estudos comprovados

¹⁵ Treinamento ao usuário; localizar o assunto na seção de referência; orientação à pesquisa escolar; orientação para o uso pertinente dos computadores e sites; orientação de como organizar os trabalhos escolares e fazer a referência das fontes consultadas; orientação de como utilizar o acervo didático e informativo de maneira crítica para selecionar o conhecimento atualizado; orientação dos professores na recomendação das fontes atualizadas: revistas, jornais, livros, enciclopédias, sites de interessantes; uso da biblioteca pelos professores como recurso e espaço de aprendizagem; orientação da biblioteca para localizar os livros, periódicos e outros suportes na biblioteca.

nas diferentes áreas do conhecimento. É a partir da interpretação crítica dessa informação que o aluno irá desenvolver um novo conhecimento. A ausência de atividades que propiciem a prática do letramento informacional na biblioteca escolar dificulta a autonomia do aluno na biblioteca universitária.

Incentivar a leitura é uma ação que deve ser planejada por educadores e bibliotecários para desenvolver e estimular o senso crítico do aluno. A aquisição dessa habilidade facilita o acesso à informação e promove a inserção do sujeito no meio social. Os relatos dos respondentes evidenciam essa condição:

Cria o hábito da leitura com os alunos, facilita o usuário a localizar o livro desejado (B02);

É fundamental a existência de fatores abordados nos itens, visto que o desenvolvimento da leitura é uma forma de inserir-se na sociedade (B08);

Atividades de incentivo aos usuários de biblioteca levam as crianças desde cedo a sentir prazer em ler, e com isso no futuro terá o hábito de frequentar a biblioteca da universidade. (P01)

Porque a leitura os alunos não terão dificuldade de usar os instrumentos disponíveis pela biblioteca, eles terão o prazer à leitura não vai à biblioteca por obrigação. (P05)

Por ser um espaço tranquilo, as atividades que desenvolvi na biblioteca contribui para o incentivo a leitura e maior responsabilidade com o estudo. (P17)

Facilita o entendimento nos trabalhos de leitura. (P20)

Desenvolve o hábito de ler e buscar novos conhecimentos. (P23)

Nesse contexto, as ações desenvolvidas na biblioteca escolar fortaleceram a habilidade leitora dos respondentes e contribuíram para sua autonomia. Estudos realizados por Campello (2003a) corroboram com a presente pesquisa ao demonstrar que a leitura é uma ação pedagógica da biblioteca escolar que se destaca como estratégia da ação educativa que impulsiona o indivíduo para sua independência moral e intelectual na sociedade.

Na mesma perspectiva, os respondentes de biblioteconomia relataram sobre as ações pedagógicas realizadas na biblioteca escolar para aquisição do conhecimento.

Através das atividades anteriormente descritas, desenvolvida pela biblioteca escolar, o

individuo vai adquirir mais conhecimentos e informações que o capacite na sua vida acadêmica e profissional (B10);

Acredito que a familiaridade com o espaço da biblioteca e o desenvolvimento das atividades relatadas torna o aluno um bom pesquisador com ótimos desempenhos no desenvolvimento de seus trabalhos acadêmicos (B11);

Os dados descritos apresentaram a necessidade das ações pedagógicas na biblioteca escolar para o desenvolvimento investigativo do aluno na busca de novas informações e conhecimentos. Comprova a importância destas para a autonomia do aluno no ambiente universitário, pois, o conhecimento científico é a essência que norteia e embasa o sentido da universidade. De acordo com Lubisco (2011) a finalidade da biblioteca universitária é apoiar o desenvolvimento da pesquisa científica, o ensino da graduação e da pós-graduação e da extensão universitária, participando da construção do saber.

Nessa perspectiva, a frequência à biblioteca escolar, mencionada pelos concluintes do curso de pedagogia, reitera que as ações pedagógicas estimulam a busca do conhecimento.

Contribuiria, pois como tive pouca informação, se alguém tivesse me orientado eu teria internalizado mais o gosto por frequentar bibliotecas. (P03)

Penso que estudar é questão de hábito e se você frequentava a biblioteca antes de ingressar na universidade, conseqüentemente, também frequentará no ambiente acadêmico. (P04)

Tendo recebido desde o ensino fundamental o incentivo de frequentar uma biblioteca, conhecendo-a e frequentando-a facilita ao educando ao chegar à universidade a também adentrar e conhecer a biblioteca. (P22)

Os registros desses sujeitos relacionaram o sentido da frequência à biblioteca, subjetivamente, à busca do conhecimento, pois demonstrou que o incentivo em frequentar a biblioteca na fase escolar aguça a percepção do aluno para compreender que biblioteca é ambiente de informação e da busca ao conhecimento.

A relação de continuidade entre a biblioteca escolar e biblioteca universitária, referente ao espaço de aprendizagem e de conhecimento, é confirmado por Cavalcante (2006) quando preconiza que o processo educativo não deve ocorrer de modo isolado, e que precisam ser construídas pontes entre as fronteiras do conhecimento pela mediação sociocultural, de

diversidade e respeito às diferenças.

Enquanto espaço de aprendizagem e conhecimento a biblioteca escolar amplia as competências adquiridas pelo aluno no espaço da sala de aula, e promove atividades que alicerçam valores essenciais à autonomia informacional na biblioteca universitária, conforme relatos:

Agrega uma independência e auxilia no comportamento que se deve ter em ambiente assim. (P02)

Pois estas atividades são fundamentais para desenvolver uma postura de cidadão que frequenta e faz uso dos recursos que a biblioteca oferece. (P07)

Pois foi desenvolvido em mim, por conta das atividades descritas, valores e elementos que me auxiliam dentro da biblioteca universitária. (P47)

Face ao exposto, a pesquisa evidencia que para os concluintes de pedagogia as ações desenvolvidas na biblioteca escolar voltadas ao incentivo à leitura, ao letramento informacional e ao desenvolvimento senso ético e cidadão foram relevantes para a conquista da autonomia destes na biblioteca universitária, em razão da qualidade da educação recebida.

Contrapondo os resultados acima, a ausência da biblioteca na escola torna-se uma lacuna para a formação do aluno, conforme relato do aluno de biblioteconomia:

Hoje, todas as dificuldades que tenho com relação à busca de conhecimentos e uso da biblioteca atribuo 90% ao não uso da biblioteca no meu ensino fundamental e médio (B05);

Vale ressaltar que as deficiências de base oriundas das séries iniciais nem sempre podem ser sanadas na biblioteca universitária, visto que os objetivos desta se distinguem daqueles relativos à biblioteca escolar. No relato acima, o respondente explicitamente esclarece que a causa das dificuldades enfrentadas na biblioteca universitária reside na ausência da biblioteca escolar entre o ensino fundamental e médio, fator que interferiu, qualitativamente, no desenvolvimento autônomo deste aluno. Campello e Silva (2000) consideram que no ensino fundamental a biblioteca escolar desempenha a função de laboratório de experimentações, pois é nesse

ambiente que a maioria dos estudantes tem as primeiras experiências com diversas atividades voltadas ao desenvolvimento de competências informacionais.

Para os respondentes de biblioteconomia, a compreensão acerca do potencial da biblioteca escolar, muitas vezes, só ocorre quando estes realizam a prática de estágio nesse espaço:

Através dos estágios pude compreender melhor a importância das atividades (B03);

Esse relato é coerente com realidade apresentada por esse grupo, vez que a vivência com práticas pedagógicas na biblioteca escolar foi esparsas e inconsistentes conforme as análises apresentadas ao longo desse estudo. Os dados desta categoria reafirmam a importância do planejamento de propostas pedagógicas que possam nortear a prática educativa desenvolvida nesse espaço, conforme sustentam Fragoso (2002), Campello (2005) e Amaral (2008). Nesse contexto, o bibliotecário desempenha papel relevante, pois, é através do planejamento de ações que os alunos conquistam parte das habilidades necessárias para identificar, analisar e utilizar as informações disponíveis nos diferentes meios de comunicação. Ademais, preleciona Correia e colaboradores (2002) é no ambiente da biblioteca escolar que o caráter educativo do bibliotecário flui com maior naturalidade.

6.5 CATEGORIA 5 TRABALHO E / OU ESTÁGIO NO AMBIENTE ESCOLAR

Considerando que os partícipes desta pesquisa são futuros profissionais de educação, foi investigado se durante o período da graduação vivenciou práticas no ambiente escolar (trabalho/estágio) que indicassem a promoção de ações que incentivassem os alunos a frequentar a biblioteca da escola.

Nessa questão, os dados evidenciaram que tanto os alunos de biblioteconomia (71%) quanto os de pedagogia (67%) acenaram positivamente a essa opção. A diferença percentual mínima entre os

respondentes demonstra que os futuros profissionais, em algum momento de sua formação desempenharam atividades voltadas ao incentivo à leitura, conforme descrevem abaixo:

Atividade cultural “Eu leio jornal” e “Eu li e gostei, agora é a sua vez” (B10)

Hora do conto e teatro (B14)

Atividade de contação de histórias, semana da literatura com livros de contos que as crianças compartilham. (P02)

Fazia a contação de histórias na biblioteca e o educando escolhia livro para levar para casa. Eles gostavam muito. (P15)

No trabalho da prática pedagógica a própria escola desenvolvia um projeto de incentivo à leitura, durante a semana pelo menos uma vez, os educandos eram levados à biblioteca para fazer empréstimos de livros e também de realizar leituras no local. (P22)

Estagio com educação infantil, há um ano, um semestre foi em escola pública. Meu trabalho foi realizado neste sentido, com visitas à biblioteca da escola para contação de histórias e assistir filmes [...] Estou em uma escola particular, que tem uma biblioteca com acervo de livros literários, a função é de contação de histórias. (P28)

Gincanas e premiações, aulas e pesquisa, leituras livres. (P30)

Desenvolvo a hora da história que acontecem às sextas-feiras na biblioteca da escola. Nesta instituição privada os discentes são estimulados a frequentar e pedir empréstimo dos livros, desde o grupo B. (P35)

Visitar a biblioteca da escola, desenvolver momentos de leitura e contação de histórias. (P44)

Uma aula por semana na biblioteca por 30 minutos. (P45)

Observa-se que as atividades descritas compõem um leque de possibilidades voltadas ao incentivo à leitura, num momento importante do processo de formação do leitor. Dentre estas, a contação de histórias se destaca como principal atividade de incentivo à leitura e aproximação do aluno à biblioteca da escola.

É essencial fomentar essas práticas no ensino fundamental, fase em que o contato com as produções textuais pode tornar uma experiência prazerosa e cheia de expectativas para o aluno, despertando-o para a busca de novas leituras (BRASIL, 1997), podendo ser concretizada no espaço da biblioteca ou pelo serviço de empréstimo. Nesse contexto o aluno percebe a biblioteca como ambiente coletivo de informação e conhecimento.

Um aspecto importante nesse processo é a liberdade de acesso aos

materiais bibliográficos, conforme descrito na *subcategoria 6.2.2*. Porém, essa é uma realidade que deve se consolidar em muitas instituições:

Nas escolas que estagiei realizei trabalhos nas bibliotecas, no entanto não permiti que as crianças tivessem livre acesso às estantes por orientações da direção. (P36)

Atitudes como a relatada pelo respondente de pedagogia inviabiliza o contato livre do aluno com o acervo, limitando a percepção deste quanto a ideias de a biblioteca ser um ambiente propício à busca e ao contato prazeroso com o acervo. A incompreensão dos educadores e gestores acerca dos fins sociais das bibliotecas escolares segundo Paiva e Berenblum (2009) confere a esse espaço enfoques unicamente didáticos, simplistas e alienadores, ampliando o fosso entre a biblioteca escolar e o aluno.

Aliado a esse fator, existe ainda, no contexto da educação brasileira, espaços criados para substituir a biblioteca escolar. São locais que abrigam livros, em alguns casos na própria sala de aula, nos quais os alunos utilizam esse material para executar atividades de leituras, geralmente vinculadas à prática docente.

Como trabalhei com educação infantil, trabalhamos com o cantinho da leitura, formamos uma biblioteca com uma ciranda de livros solicitados às crianças. Outra atividade era visitas à biblioteca do município a biblioteca do estado. (P42)

Cabe ressaltar que não se discute a importância e validade dos espaços denominados 'cantinho de leitura', até porque, qualquer iniciativa que aproxime o aluno do livro é louvável. O que se questiona é a existência única desse espaço para incentivar a leitura.

Essa visão restringe o reconhecimento da biblioteca escolar como espaço de difusão da leitura, pois segundo Paiva e Berenblum (2009), a biblioteca é potência geradora de conhecimentos, fonte de desenvolvimento da autonomia de pensamento e de criatividade que a escola poderia considerar.

A educação, por natureza é uma área do conhecimento interdisciplinar. Desse modo, a interrelação entre os envolvidos no processo

educativo é ato necessário para concretizar o ideal de formação plena do aluno. Para atingir esse objetivo, No caso específico da biblioteca é desejável que parcerias sejam estabelecidas entre pedagogos e bibliotecários no sentido de planejar e motivar os alunos a utilizarem o ambiente da biblioteca escolar.

6.5.1 Parcerias dos educadores para motivação dos alunos

Averiguou-se desse modo, a existência de ações conjuntas para motivar os alunos a utilizarem o espaço da biblioteca. De acordo com os dados, a relação de parceria entre esses profissionais necessita ser ampliada, dado ao percentual inexpressivo (14%) dos respondentes de biblioteconomia que perceberam a ocorrência de ações dessa natureza. O percentual relativo à percepção dos alunos de pedagogia é mais significativo (35%), denotando, possivelmente, que os professores, ao elaborarem seu planejamento incluem a biblioteca escolar como espaço para desenvolver práticas pedagógicas.

Nesse sentido, Campello (2009b) afirma ser necessária a integração de educadores (professores e bibliotecários) nessa ação pedagógica, haja vista que, se tratada de modo isolada pelo bibliotecário é pouco provável que seja adotada como uma prática da escola.

A educação superior, em tese, qualifica os profissionais para atuarem em áreas distintas do conhecimento humano, de acordo com as peculiaridades de cada uma delas. No caso específico dessa pesquisa, são áreas com relações aproximadas, nas quais o livro, a leitura e a biblioteca são temáticas inerentes tanto à biblioteconomia quanto a pedagogia.

Em razão dessas similaridades, conhecer o modo como tais assuntos foram tratados e apreendidos pelos concluintes dessas áreas pode indicar a compreensão que os futuros profissionais têm acerca da biblioteca enquanto espaço de aprendizagem importante.

6.5.2 Biblioteca escolar como espaço de aprendizagem

Ao serem interrogados sobre as disciplinas dos cursos de biblioteconomia e pedagogia que contribuíram para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem, diante da possibilidade da biblioteca escolar ser mais um recurso pedagógico para o professor e contribuir com a formação integral do aluno no processo ensino e aprendizagem, os dados evidenciaram que 64% dos respondentes do curso biblioteconomia têm essa percepção, especialmente, em razão de componentes curriculares por eles cursados, cujo conteúdo possui tal enfoque, a exemplo de 'biblioteca públicas e escolares':

Bibliotecas públicas e escolares (B01); (B07);

Bibliotecas públicas e escolares; e universitária. A disciplina apresenta uma visão geral da forma como o profissional deve agir. (B08)

Bibliotecas escolares. Devido ao incentivo nas atividades pedagógicas ligadas a área de biblioteca, que não imaginava ser possível (B13)

Bibliotecas públicas e escolares e ação cultural. (B06)

Ação cultural. Visa o desenvolvimento de atividades que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. (B14)

De acordo com os respondentes (**B08 e B13**) esse componente apresenta subsídios que nortearão o modo como o bibliotecário deve proceder no ambiente da biblioteca escolar revelando, implicitamente, que devem existir ações que contribuam para a percepção da biblioteca como espaço de aprendizagem e formação integral do aluno. Além desse, os respondentes (**B8, B6 e B14**) ainda evidenciaram dois outros componentes, também optativos, que tem relação com a temática abordada – ação cultural e biblioteca universitária.

Cabe ressaltar que a 'ação cultural' contribui para a compreensão da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem, na medida em que Amaral (2008) relaciona cultura à biblioteca escolar enquanto espaço do conhecimento que promove o acesso à cultura.

É interessante observar que por serem componentes de caráter optativo, a escolha fica a critério do aluno. Desse modo, o egresso do curso, cuja opção não tenha sido estas e que porventura exerça suas atividades em bibliotecas escolares, não terão uma visão mínima da realidade que se configura no espaço em questão, conforme alerta os respondentes (B10 e B12):

Bibliotecas públicas e escolares. Eu não posso opinar sobre essa questão, pois eu não cursei esta disciplina (B10).

Não cursei a disciplina optativa. (B12);

Vê-se, pois, que os alunos têm consciência da importância que o componente 'bibliotecas públicas e escolares' possui para o processo ensino e aprendizagem e formação do aluno. Há, pois uma lacuna para o futuro profissional que possa vir a exercer sua profissão em uma biblioteca escolar.

Para alguns respondentes, os conteúdos presentes nos componentes citados por si só não garantem efetivamente que o aluno tenha uma visão alargada das potencialidades da biblioteca escolar, é preciso algo mais:

Bibliotecas públicas e escolares. Mesmo a disciplina optativa, nos dá uma visão muito geral de biblioteca escolar, não dá para ficar só com ela. É preciso um aprofundamento maior, possivelmente com a prática. (B05)

O respondente (B03) registrou "[...] exceto as disciplinas optativas, poucas abordagens sobre a biblioteca escolar. [...]" Esse dado revela que as disciplinas do curso de biblioteconomia fazem pouca menção a respeito da biblioteca escolar e demonstrou que a disciplina optativa bibliotecas públicas e escolares é exceção.

Em razão da importância desse componente curricular, o ideal é torná-lo obrigatório no elenco curricular do curso de biblioteconomia, visto que, constitui-se base para a formação dos alunos de biblioteconomia e atentando também para a Lei 12.244/2010 que trata da universalização da biblioteca escolar. Ações como esta pode impulsionar a ideia de tornar a biblioteca escolar um laboratório para a aprendizagem conforme defendem Campello e Silva (2000), incluindo a perspectiva de utilização de outros acervos pelos alunos, a exemplo daqueles que compõem as bibliotecas

públicas e universitárias.

Nesse contexto, componentes curriculares como estágio supervisionado pode contribuir para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem, em função do caráter prático que o mesmo possui:

Somente a disciplina prática de estágio supervisionado. No estágio supervisionado o estudante (formando) aprende na prática a trabalhar na biblioteca escolar. (B02)

Registra-se que o referido componente foi aquele considerado pelo respondente (B02) como o único do curso de biblioteconomia capaz de trazer as contribuições acima citadas. Este dado demonstra e comprova que o componente 'biblioteca públicas e escolares', por ser optativo, não é cursado por todos os alunos na graduação. Essa visão contrapõe às demais que, majoritariamente consideram componente aludido (bibliotecas públicas e escolares) como aquele que aborda a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. Há que se considerar também que os conteúdos tratados nesse componente referem-se a dois espaços com objetivos distintos, o que de certo modo, reforça a percepção do respondente B02.

Na análise dos dados dos concluintes de pedagogia, houve uma contraposição quanto aos componentes curriculares para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem e formação integral do aluno. 40% dos respondentes registraram tal percepção, todavia, 45% dos concluintes revelaram – não perceber que as disciplinas desse curso contribuem para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem e formação integral do aluno. E 15% desses concluintes não responderam ao questionamento sobre a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem e formação integral do aluno.

Dentre os componentes curriculares registrados na perspectiva de contribuírem para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem, foi evidenciado os relativos à educação fundamental.

As ligadas à alfabetização e suas práticas pedagógicas (P12);

Leitura e produção de textos (P17)

A maioria das disciplinas, como por exemplo: psicologia da educação, sociologia da

educação, história da educação, educação infantil, educação especial e outras. (P20)

Projeto de monografia, recreação, trabalho e educação. Todas contribuem (P25)

Alfabetização e letramento, metodologia e prática de alfabetização para infância (P32);

Linguagem e didática (P33);

Currículo e didática. Também metodologia do ensino na aprendizagem (P43);

Alfabetização e leitura e produção de textos. A 1ª é obrigatória, a 2ª é disciplina optativa (P44).

Os dados apresentados demonstraram a falta de uniformidade nas disciplinas citadas para esta percepção. É provável que os resultados estejam atrelados à ausência de constituição no programa das disciplinas, quanto à função educativa da biblioteca escolar e sua contribuição como espaço de aprendizagem (CAMPELLO, 2010) que contemple a prática pedagógica do professor. Foi observada a falta de clareza dos respondentes (P20; P25) quanto à percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem ao registrarem disciplinas que não têm uma contextualização com a biblioteca escolar para tal percepção.

Vale ressaltar também que o discurso do professor foi apresentado como orientação e referência para a percepção da biblioteca como espaço que contribui para a autonomia do aluno nos relatos a seguir.

As professoras de algumas disciplinas também reforçam a necessidade da biblioteca para o aluno ser autônomo (P28)

Todas que direta ou indiretamente remetem o aluno ao espaço da biblioteca em busca de conhecimento e informação (P38)

Estes dados demonstraram que a concepção positiva do professor sobre a importância da biblioteca permite ao aluno perceber este como ambiente propício para a busca e uso da informação e do conhecimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados de acordo com o percurso da pesquisa evidenciaram a situação das bibliotecas escolares no contexto das instituições de ensino básico e a repercussão desta na formação do aluno e sua autonomia para uso da biblioteca universitária.

No que se refere à existência de biblioteca escolar foi evidenciado que este espaço ainda é pouco representativo nas instituições de ensino, seja na rede privada ou pública em que os sujeitos investigados foram partícipes, confirmando o que registra a literatura sobre o tema. Não há grandes desproporções entre as duas redes de ensino, todavia nas instituições particulares a presença da biblioteca torna-se mais evidente, o que representa um déficit para a qualidade da educação nas escolas públicas, implicando, pois, numa condição desfavorável para aqueles que se utilizam da estrutura da educação pública brasileira. Trata-se de um contrassenso vez que, dentre as condições de qualidade da educação, como necessidades na infraestrutura, apresentadas por Casali (2001), a biblioteca escolar ocupa a segunda condição para este fim.

A ausência desse espaço no ambiente escolar reflete o índice restrito de bibliotecários na biblioteca e demonstra que mais um critério de qualidade para a educação é desconsiderado, pois, a inexistência do bibliotecário compromete a função educativa (CAMPELLO, 2009a) desempenhada pela biblioteca. Não raro, outros profissionais executam as funções inerentes ao bibliotecário na escola, como ficou evidenciado na pesquisa. Essa realidade é constatada também pela literatura, demonstrando que há um campo a ser percorrido no sentido de publicizar situações como a apresentada na presente pesquisa, a fim de que estratégias sejam pensadas pelo poder público e pelos agentes diretamente envolvidos no processo educativo para que essa realidade seja modificada.

É consideravelmente restrita a relação de parceria entre os professores e bibliotecários para a motivação dos alunos, principalmente, na visão dos concluintes do curso de biblioteconomia em relação aos docentes. Faz-se presente a necessária mudança de paradigma por parte dos professores e

bibliotecários quanto à percepção da função educativa do bibliotecário e da biblioteca escolar visando à formação autônoma do aluno.

Entende-se que as considerações explicitadas no parágrafo acima encontram relação com os resultados apresentados pelos respondentes de pedagogia quanto à contribuição das disciplinas desse curso para a percepção da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. Pois, tornou-se visível desses respondentes investigados uma contraposição quanto aos componentes curriculares para tal percepção. Sendo destacada a disciplina 'alfabetização' para o ensino fundamental e a disciplina optativa 'leitura e produção de textos', dentre às disciplinas evidenciadas pelos sujeitos pesquisados como as que contribuem para essa percepção.

Quanto às disciplinas do curso de biblioteconomia a mais evidenciada foi à disciplina bibliotecas públicas e escolares. Entretanto, considera-se necessário a reflexão e revisão curricular da disciplina 'bibliotecas públicas e escolares' inserida no elenco das matérias optativas, para ser amplamente ministrada a todos os graduandos de biblioteconomia como componente curricular obrigatório. Visto que, os dados apresentados revelaram a importância da disciplina para compreensão da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem; a disciplina, por ser optativa, não foi cursada por alguns dos concluintes, tornando-se uma lacuna para a formação dos futuros profissionais que poderão atuar nas bibliotecas escolares.

Aliada a estas considerações, pondera-se: como o aluno de biblioteconomia que não cursou a disciplina obterá o conhecimento prévio para embasar a sua prática de estágio supervisionado na biblioteca escolar? Como o letramento informacional, sustentado na prática educativa do bibliotecário, estará sendo consolidado pelo graduando do curso de biblioteconomia para atuar na biblioteca escolar? Diante da institucionalização da Lei 12.244/2010 – referente à universalização da biblioteca escolar que embasamentos teóricos e práticos o aluno de biblioteconomia terá para atuar da biblioteca escolar e desenvolver a função educativa como bibliotecário? Qual a percepção do futuro pedagogo quanto ao espaço de aprendizagem que a biblioteca escolar deve significar no ambiente escolar para contribuir com a formação do aluno?

Considerando que esta dissertação buscou investigar e analisar as ações desenvolvidas na biblioteca escolar, os resultados apresentados demonstram uma incipiente contribuição da biblioteca escolar na formação do aluno, visando a sua autonomia na biblioteca universitária.

Partindo desta observação (resultado), faz-se necessário que a biblioteca escolar seja firmada como espaço de aprendizagem com a presença do bibliotecário desempenhando, com fundamentação, a sua função educativa. Entretanto, para que esta consideração seja concretizada é fundamental que:

- a biblioteca escolar esteja inserida no projeto político-pedagógico da escola com a sua função educativa assegurada;
- a proposta pedagógica da biblioteca seja planejada e definida em conjunção com a equipe pedagógica;
- a disciplina '*bibliotecas públicas e escolares*' esteja no elenco das disciplinas obrigatórias no curso de biblioteconomia;
- os cursos de biblioteconomia e pedagogia atualizem os seus paradigmas, quanto a aproximação do bibliotecário e do pedagogo para atuarem em parceria, a favor da visibilidade das bibliotecas enquanto espaço de aprendizagem, informação e conhecimento;
- os órgãos de classe do bibliotecário infiram de forma atuante junto às políticas públicas educacionais para dinamizar a função educativa da biblioteca escolar, e quanto ao cumprimento da Lei 12.244/2010 para assegurar a existência da BE e do bibliotecário na escola em vista da qualidade da educação;
- os cursos das instituições de ensino superior, que embasam sobre a prática de ensino na educação básica, revejam os seus programas curriculares quanto a percepção da BE como espaço de aprendizagem;

- as escolas, nas suas práticas pedagógicas, atentem não apenas para o acesso do aluno ao ambiente universitário, mas ressignifiquem a atuação da biblioteca escolar para contribuir, através do conhecimento prévio, com as suas necessidades de informação que o conhecimento acadêmico e científico exigem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Pesquisa escolar. In: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 25-28

ALMEIDA FILHO, Orlando José. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932**: memória e imagens do Manifesto nos livros de História da Educação. 2006. p. 2177-2187. Apresentação de Trabalho/Comunicação. Disponível em:
<<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/194OrlandoJoseFilho.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2011

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F. de. La mediación de la información y la lectura informacional. **Ibersid**: Revista de Sistemas de Información y Documentación, p. 23-28, 2009. Disponível em:
<<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3718>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

_____. Mediación e información. **Ibersid**: Revista de Sistemas de Información y Documentación, p. 27-35, 2007. Disponível em:
<<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3251>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

AMARAL, Renilda Gonçalves do. **A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando**: estudo de caso. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

ARRUDA, Maria Lúcia de Andrade Aranha. **História da educação e da pedagogia**: geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Ver. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2004. (Série Didática)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. (Persona Psicologia)

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Como desenvolver a competência em informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. **CRB-8 digital**, v. 1, n. 2, p. 11-14, out, 2008. Disponível em:
<<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/25/25>>. Acesso em: 03 maio 2011.

_____; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da *information literacy*. **Educação Temática Digital**, v. 5, n. 2, p. 129-139, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1621/1469>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BOTEGA. Leonardo da Rocha. A Conferência de Jomtien e a Educação para Todos no Brasil dos anos 1990. **Educação On-line**, 2005. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&catid=4:educacao&Itemid=15>. Acesso em: 04 maio 2011.

BOTO, Carlota. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação & sociedade**, v. 24, n. 84, set 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a02v2484.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2010

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 out. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 16 ago. 2012.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. República Federativa do Brasil, Casa Civil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011

_____. Lei n. 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.

_____. Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Casa Civil. Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 3 nov. 2011

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: PNE**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 15 mar. 2012

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12548%3Aaiba-mais&catid=309%3Aprograma-nacional-biblioteca-da-escola&Itemid=574>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. Ministério da Educação. **PNBE**. Brasília, DF, 2012d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12516:pnbe&catid=195:seb-educa>. Acesso em: 15 mar. 2012

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, DF, 1997. v. 2.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Brasília (DF): Secretaria de Educação Fundamental, 1997. v. 5

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Arte**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. v. 6.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais : ética**. Brasília (DF): Secretaria de Educação Fundamental, 1997. v. 8

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF, 1998

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara n. 28 de 24 de abril de 2012**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade da criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino. Brasília, Senado Federal, 2012e, p. 1-2. Disponível em: <

<http://www6.senado.gov.br/mate/servlet/PDFMateServlet?m=105187&s=ht>
<tp://www.senado.gov.br/atividade/materia/MateFO.xsl&o=ASC&o2=A&a=0>
 >. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

CABRAL NETO, Antônio; SILVA, Tatiane Campêlo da. Projeto político-pedagógico como mecanismo de autonomia escolar. **Gestão em Ação**, v. 7, n.1, p.7-23, jan./abr. 2004.

CALDERÓN REHECHO, Andoni. **Informe APEI sobre alfabetización informacional**. Gijón: Asociación Profesional de Especialistas en Información, 2010. Disponível em:
 <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/14972/1/Informeapeialfin.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

CAMPELLO, Bernadete. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003a, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003a. 1 CD-ROM.

_____. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a. (Coleção biblioteca escolar)

_____. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas do ensino básico. 2009b. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2009.

_____. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003b.

_____. (Coord.) **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Belo Horizonte, 2010. Disponível em:<<http://www.cfb.org.br/MIOLO.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2011.

_____. et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____.; SILVA, Mônica do Amparo. A biblioteca nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Presença Pedagógica**, v. 6, n. 33, p. 59-67, maio/jun. 2000.

CANEGLIAN, André Luis Onório; SANTOS, Camila Araújo dos; CASARIN, Helen de Castro Silva. Competência em informação e sua avaliação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 255-275 Disponível em:

<http://www.culturaacademica.com.br/downloads/%7B0CD8B066-775C-4CF1-AF3D-4F6C764E13E3%7D_Gestao_mediacao-digital.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva** artigo a artigo. 17. ed. atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
CASALI, Alípio. O que é educação de qualidade? In: MANHAS, Cleomar (Org.). **Quanto custa universalizar o direito à educação?** Brasília: INESC, 2011. p. 15-40.

CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova série, São Paulo, SP, v. 2, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 2.ed. Campinas SP: Autores Associados, 2001. p. 31-53. Cap. 2.

COELHO, Marlene Morbeck. **Competência informacional no ambiente de trabalho**: percepção do bibliotecário de órgão público. 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2008.

COELHO, Nelly Noves. Brasil: século XXI. In: _____. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**: século XIX e XX. 4 ed. São Paulo, SP: Edusp, 1995. p. 19-26.

CORDÃO, Francisco Aparecido. Considerações livres de um educador brasileiro sobre os 50 anos da nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Boletim Técnico do Senac**: a revista do professor, v. 38, n. 1, jan./abr., 2012. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/381/artigo7.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Revista ACB**: biblioteconomia em Santa Catarina, v.7, n.1, p. 107-123, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/379/459>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **Datagramazero**: revista de ciência da informação, v. 11, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <http://WWW.datagramazero.org.br/dez10/Art_07.htm>.

Acesso em: 17 dez. 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía; FÁVERO Osmar. A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional. FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 2.ed. Campinas SP: Autores Associados, 2001. p. 5-30. Cap. 1.

DECLARAÇÃO de Lima. In: REUNIÃO IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO. Unidos para Construir o Amanhã, 11., Lima, 2001. Lima: OIEI, 2001. Disponível em: <<http://www.oei.es/xicumbredepor.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

DELORS, Jaques. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília UNESCO, 1999.

_____. (Org.). **A educação para o século XXI**: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DÍAZ-BORDENAVE, Juan; PEREIRA, Adair Martins. A Biblioteca como instrumento de ensino-aprendizagem. In: _____. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 255-265.

DUDIZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação e sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

_____. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php>>. Acesso em: 23 maio de 2011.

FADEL, Bárbara et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31 Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/downloads/%7B0CD8B066-775C-4CF1-AF3D-4F6C764E13E3%7D_Gestao_mediacao-digital.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2011.

FARIA, Sueli de Fátima. Reflexos da falta de leitura na postura do bibliotecário. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O bibliotecário e a análise**

dos problemas de leitura. Campinas, SP: ALB, [1986]. p. 11-15. (Cadernos da ALB, 1)

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras.** Campinas, SP: Mercado da Letras, 2004. p. 521-544.

FARÓIS da sociedade da informação: declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. 2005. Publicações da IFLA. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>>. Acesso em: 14 maio 2011.

FÁVERO, Osmar. A educação no congresso constituinte de 1966-1967: contrapontos. In: _____ (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988.** 2.ed. Campinas SP: Autores Associados, 2001. p. 241-253. Cap. 12

FERRAZ, Marta Maria Pinto. **Leitura mediada na biblioteca escolar: uma experiência em escola pública.** 2008. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20052009-135633/pt-br.php>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1986.

FERREIRA, Juca. Pela transformação do Brasil em um país de leitores. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **Plano Nacional do Livro e leitura: textos e história: 2006-2010.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 23-26. Disponível em: <<http://189.14.105.211/Conteudo/BibliotecaDigital/2/Arquivos/livro.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Revista ACB**, Santa Catarina, v 7, n. 1, p. 124-130, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/380>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

_____. Biblioteca na escola: uma relação a ser construída. **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 169-173, jan./dez., 2005.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. A educação nas constituintes. In: _____. **A educação brasileira no contexto histórico.** 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2004. p. 183-194. Cap. 11

FREIRE, Isa Maria. Barreiras da comunicação da informação. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p.51-54, jan./jun. 1991. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1230/869>>. Acesso em: 17 out. 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 50. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009. (Questões da nossa época; 13)

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. O pensamento pedagógico da escola nova. In: _____. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2008. p. 142-150. Cap.10

_____. O pensamento pedagógico brasileiro. In: _____. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2008. p. 230-266. Cap.15

_____. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-9, abr/jun. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

GARCEZ, Eliane Fiorante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Pesquisa brasileira em ciência da informação e biblioteconomia**, v. 2, n. 2, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/719> >. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. Sociedade da informação e escola: contribuição da biblioteca escolar. **Revista ABC**: biblioteconomia em Santa Catarina. Florianópolis, v. 14, n. 1, p.9-26, jan./jul., 2009. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/653/721>>. Acesso em: 17 out. 2009

_____; CARPES, Gyance. Gestão da informação na biblioteca escolar. **Revista ABC**: biblioteconomia em Santa Catarina. Florianópolis, v. 11, n. 1, p.53-73, jan./jul., 2006. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/466/588>>. Acesso em: 17 out. 2009.

GOMES, Henriette Ferreira. A interação estudantil com as bibliotecas e laboratórios de informática na universidade: limites e possibilidades. In: JAMBEIRO, Othon; GOMES, Henriette F.; LUBISCO, Nídia Maria L. (Org.).

Informação: contextos e desafios. Salvador: Instituto da Ciência da Informação, 2003. p. 45-63.

GUIMARÃES, Janaína. **A biblioteca escolar e o PNBE no processo de formação de leitores competentes.** Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_1689.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2011.

HÉBRARD, Jean. As bibliotecas escolares. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.). **Educação, memória, história:** possibilidades, leituras. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2004. p. 15-104.

HORTA, José Silvério Baía. A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras:** 1823-1988. 2.ed. Campinas SP: Autores Associados, 2001. p. 139-189. Cap. 8

_____. A educação no congresso constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras:** 1823-1988. 2.ed. Campinas SP: Autores Associados, 2001. p. 201-239. Cap. 11

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar.** Tradução de Neusa Dias de Macedo. Edição em língua portuguesa. 2000. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso: 22 out. 2009.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola:** um programa de atividades para o ensino fundamental. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; **Biblioteca escolar:** espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. Biblioteca escolar como eixo estruturador do currículo escolar. In: RÖSING, Tania M. K.; BECKER, Paulo (Orgs.) **Leitura e animação cultural:** repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo, RS: UPF, 2002. p. 317-331.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bregstrom. Educação e ensino. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, DF, v. 6, n. 16, p.5-24, out./nov. 1945.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert . Panorama sobre a organização de serviços em unidades de informação. **Percursos**, Florianópolis, v. 12, n., 2, p. 39-58, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2309/1813>>. Acesso em: 28 fev. 2012

_____; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de estilo acadêmico**: monografias dissertações e teses. 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

MACAMBIRA, Dalton Melo. Autonomia universitária. **Caminhos**, Belo Horizonte, n. 18, p. 60-66, dez. 1999.

MACEDO, Neusa dias de (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora Senac São Paulo: CRB-8, 2005.

MANIFESTO em defesa da biblioteca escolar. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://blogdagrazi.files.wordpress.com/2009/02/manifesto_bib_escolar1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2011.

MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **Plano Nacional do livro e Leitura**: textos e história: 2006 – 2010. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://189.14.105.211/Conteudo/BibliotecaDigital/2/Arquivos/livro.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Declaração de Jomtien (verbete). In: AGÊNCIA EDUCABRASIL. **dicionário interativo da educação brasileira**. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

MICCOLI, Laura. Reflexões sobre a autonomia universitária na UFMG e a participação da comunidade. **Caminhos**, Belo Horizonte, n. 18, p. 67-76, dez. 1999.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos, 94)

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 9 maio 2012.

MORIGI, Valdir José Samile; VANZ, Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, v.7, n.2, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/390/480>>. Acesso em: 9 maio 2011.

NASTRI, Rosemeire Marino. Alguns aspectos da leitura. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O bibliotecário e a análise dos problemas de leitura**. Campinas, SP: ALB, [1986]. p. 16-22. (Cadernos da ALB, 1)

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n.1, p. 173-188, jan./abr. 2009.

PARO, Vitor Henrique. O currículo do ensino fundamental como tema de política pública: a cultura como conteúdo central. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 19, n. 72, p.485-507, jul./set. 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. **Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade**. 2008. Disponível em: <<http://infoeducacaousp.blogspot.com/2008/10/infoeducacao-saberes-e-fazeres-da.html>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

PFROMM NETO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. **O livro na educação**. Rio de Janeiro: Primor, INL, 1974. Cap. 4, p. 49-56.

POR uma escola do nosso tempo. **Revista do projeto pedagógico**. São Paulo: Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://cheese.formice.com/fullscreen/br2/>>. Acesso em: 24 nov 2011.

PROJETO mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília, DF: Sistema CFB/CRBs, 2008. 36 p. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/UserFiles/File/Sistema%20CFB_CRB%20Projeto%20Mobilizador.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2011.

ROSA, Flávia. Política da leitura, do livro e da biblioteca no Brail: breve abordagem histórica. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **Plano Nacional do livro e Leitura: textos e história: 2006 – 2010**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 167-172. Disponível em: <<http://189.14.105.211/Conteudo/BibliotecaDigital/2/Arquivos/livro.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

RÖSING, Tania M. K. Dinamizando a biblioteca, ressignificando a escola. In: _____; BECKER, Paulo (Orgs.) **Leitura e animação cultural**: repensando a escola e a biblioteca. Passo Fundo, RS: UPF, 2002. p. 391-399.

SALOMON, Délcio Vieira. Autonomia: concessão ou reconhecimento? **Caminhos**, Belo Horizonte, n. 18, p. 29-42, dez. 1999.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Projeto político-pedagógico da escola: desafio a organização dos educadores. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998 p. 157-178. (Magistério: formação e trabalho pedagógico)

SANTOS, Clóvis Roberto do. **Educação escolar brasileira**: estrutura, administração, legislação. São Paulo: Pioneira, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A Longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. A dimensão pedagógica do trabalho do bibliotecário. In: _____. **Leitura na escola e na biblioteca**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 67-83.

_____. **Leitura e realidade brasileira**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. **Leitura na escola e na biblioteca**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SILVA, Jonathas Luis Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/797/pdf_63>. Acesso em: 26 março 2012.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. **Ciência da Informação**, DF, v. 39, n. 1, p.67-87, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 maio 2011.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões de nossa época; v. 45)

SOUSA, Maria Isabel de Jesus. Construindo hábitos de leitura: vivências do cotidiano de uma biblioteca escolar. In: JAMBEIRO, Othon; GOMES, Henriette F.; LUBISCO, Nídia Maria L. (Org.). **Informação: contextos e desafios**. Salvador: Instituto da Ciência da Informação, 2003 p. 27-44

_____. **Espaço de práticas informacionais: a experiência da Biblioteca da Escola-Parque, projeto de Anísio Teixeira em Salvador, década de 60**. 2001. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2001.

SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2009.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florionópolis, v. 4, n. 10, p.67-80, jul./dez. 1987.

TEIXEIRA, Eliana. Política educacional e biblioteca escolar. In: RÖSING, Tania M. K.; BECKER, Paulo (Orgs.) **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. Passo Fundo, RS: UPF, 2002. p. 367-377.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano nacional de Educação ou carta de Intenção? **Educação e sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, set. 2000, p. 96-107. Disponível em: <<http://www.cede.uinicamp.br>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção de conhecimento científico. In: _____ (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 7-28.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 11-35. (Magistério: formação e trabalho pedagógico)

VIDAL, Diana Gonçalves. Bibliotecas escolares: experiências escolanovistas nos anos de 1920 – 1930. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado da Letras, 2004. p. 187-211

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos concluintes do Curso de
Biblioteconomia.

Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciência da Informação - ICI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Mestrado em Ciência da Informação

Salvador, 05 de maio de 2011.

Prezado(a) aluno(a),

Solicito a sua participação respondendo o questionário, em anexo, autorizando a análise, registro e divulgação do resultado. Comprometendo-me em não revelar a identificação dos dados como também à instituição educacional mencionada na pesquisa.

Atenciosamente,

Regina Ferreira Pinto.
Mestranda do PPGCI/UFBA
Bibliotecária da Faculdade de Educação da UFBA
CRB 5/815.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____
autorizo a análise, registro e divulgação do resultado da pesquisa, conforme solicitação
acima.

Salvador, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do respondente.

Salvador, 05 de maio de 2011.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: _____

Curso: _____. Ano de ingresso na UFBA: _____ Semestre _____.

Provável concluinte? Sim () Não (). Idade: _____.

Telefone contato: _____ E-mail: _____

QUESTIONÁRIO

1. No ensino fundamental (1ª a 8ª série) você frequentou escola pública ou particular?

Escola pública () Escola particular (). Por favor, registre o nome da escola:

2. No ensino médio (1º ao 3º ano) você frequentou escola pública ou particular?

Escola pública () Escola particular (). Por favor, registre o nome da escola:

3. Na sua escola do ensino fundamental (1ª a 8ª série) havia biblioteca escolar?

Sim () Não () Não lembro ()

3.1 Existia o bibliotecário responsável pela biblioteca?

Sim () Não () Outro profissional () Não lembro ()

Qual o outro profissional? _____

4. Na sua escola do ensino médio (1º ao 3º ano) havia biblioteca escolar?

Sim () Não () Não lembro ()

4.1 Existia o bibliotecário responsável pela biblioteca?

Sim () Não () Outro profissional () Não lembro ()

Qual o outro profissional? _____

5. Você frequentava a biblioteca da sua escola?

Sim () Não (). Por favor, justifique a sua resposta:

6. Você sentia prazer em frequentar à biblioteca da sua escola?

Sim () Não (). Por favor, justifique a sua resposta?

7. A Biblioteca da sua escola desenvolvia atividades para contribuir na sua formação enquanto aluno e usuário da biblioteca?

Sim () Não ()

7.1. Sendo a resposta da **questão 7** positiva, por favor, assinale, abaixo, as atividades desenvolvidas na biblioteca da sua escola. Caso tenha sido negativa, por favor, apenas leia os itens do **7.1.1; 7.1.2 e 7.1.3**, com atenção, para responder a **questão 10**.

7.1.1 Principais atividades de incentivo à leitura:

- a) Hora do conto (). Atividade para ouvir história
- b) Conte o seu conto (). Atividade em que o aluno conta aos colegas às histórias lidas.
- c) Dramatização das histórias (). Atividade em que o aluno dramatiza as histórias lidas
- d) Leitura livre na biblioteca (). Atividade em que o aluno escolhe o livro que desejava ler no espaço da biblioteca.
- e) Empréstimo de livro de literatura infanto-juvenil para leitura em domicílio (). Leitura prazerosa.
- f) Outras ():

7.1.2 Principais atividades para desenvolver o letramento informacional¹ nos alunos:

- a) Treinamento ao usuário (). Orientação com o objetivo de ensinar ao aluno a utilizar os serviços da biblioteca
- b) Orientação dos profissionais da biblioteca como localizar o assunto no acervo da seção de referência (). Seção onde ficam as enciclopédias, dicionários etc. na biblioteca
- c) Orientação à pesquisa escolar (). Orientação para que o aluno possa seguir os objetivos da pesquisa escolar visando adquirir novos conhecimentos.
- d) Orientação para o uso consciente dos computadores da biblioteca e *sites* pertinentes ao contexto escolar (). (Respeitar os direitos e deveres da comunidade escolar)
- e) Orientação aos alunos de como organizar os trabalhos escolares e fazer a referência das fontes consultadas ()
- f) Orientação para saber utilizar o acervo didático e informativo de maneira crítica, a fim de selecionar o conhecimento atualizado ()
- g) Orientação dos professores na recomendação das fontes pertinentes e atualizadas para pesquisa (revistas, jornais, livros enciclopédias, sites interessantes) ()
- h) Professores utilizavam na sua aula a biblioteca como recurso pedagógico para o processo ensino e aprendizagem (). Biblioteca como espaço de aprendizagem.
- i) Orientação da biblioteca para saber localizar os livros, periódicos e outros suportes nesse ambiente ()
- j) Outras: _____.

7.1.3 Principais atividades para desenvolver o senso ético e cidadão.

- a) Conscientização pelos profissionais da biblioteca e professores para incentivar aos alunos cumprirem o prazo de devolução dos livros emprestados e reposição dos livros perdidos ()
- b) Preservação do patrimônio intelectual da instituição e desenvolvimento da responsabilidade e compromisso com o bem comum ()
- c) Orientação e conscientização dos profissionais da biblioteca e professores para preservar o acervo (evitar riscar, rasgar, arrancar as páginas e recortar figuras do acervo) ()
- d) Motivar a participação dos alunos nos eventos culturais coordenados pela biblioteca da escola ()
(feira de livros, encontro com autores, palestras com educadores e outros profissionais)
- e) Os profissionais da biblioteca orientavam para manter o respeito mútuo e a solidariedade no espaço da biblioteca (). Não esconder o material, manter a postura do falar em voz baixa, não escrever nas mesas e carteiras, não jogar papel no chão.
- f) A biblioteca da sua escola comemorava as datas cívicas e culturais do calendário escolar ().

¹ **Letramento informacional** é a capacidade do cidadão de entender suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretar informações, utilizando-as de forma crítica e responsável.

CAMPOLLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 12-13.

(Dados representativas). Praticando a cidadania.

g) Outras: _____

8. De acordo com a questão 7, item 7.1.1, se você assinalou a "letra d", por favor, responda em que horário você fazia a leitura livre:

- a) No horário do recreio em que você ia a biblioteca ()
- b) No horário em que você solicitava a professora da sala para ir à biblioteca ()
- c) No horário selecionado pela professora de sala que levava a turma para a biblioteca da escola ()
- d) No horário selecionado pela biblioteca da escola que proporcionava a ida da sua turma para a biblioteca ()
- e) Não lembro qual o horário ().

9. Você considera que no seu período escolar, à frequência a biblioteca da escola, contribuiu para sua autonomia² na biblioteca universitária?

Sim () Não ().

Comentário: _____

10. Hoje, você estudando na universidade, identifica e percebe que as atividades descritas nos itens: 7.1.1; 7.1.2; 7.1.3 sendo desenvolvidas na biblioteca escolar, desde o ensino fundamental até o 3º ano, contribuem para a autonomia do aluno na biblioteca universitária?

Sim () Não ().

Por quê? _____

11. Você estagia/estagiou ou trabalha/trabalhou em biblioteca escolar?

Sim () Não ().

12. Sendo positiva a resposta da questão 11, por favor, responda:

12.1 Na sua prática de estágio ou trabalho você desenvolve ações para o incentivo dos alunos a frequentar bibliotecas?

Sim () Não ().

12.2 Sendo a resposta do item 12.1 **positiva**, responda quais são as ações desenvolvidas?

² Faculdade de se governar por si mesmo. Liberdade ou independência moral ou intelectual. FERREIRRA, Aurélio Buarque de Holanda. Autonomia. In: _____. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 203.

12.3 Existe uma relação de parceria entre você, professores e biblioteca da escola para motivar os alunos a utilizarem esse espaço?

Sim () Não ().

13. As disciplinas do curso de biblioteconomia contribuem para a percepção da biblioteca escolar como recurso pedagógico no processo ensino e aprendizagem e formação integral do aluno?

Sim () Não ().

13.1 Quais as disciplinas? _____ .

Agradeço a sua participação!

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos concluintes do Curso de Pedagogia

Universidade Federal da Bahia
Instituto de Ciência da Informação - ICI
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Mestrado em Ciência da Informação

Salvador, 05 de maio de 2011.

Prezado(a) aluno(a),

Solicito a sua participação respondendo o questionário, em anexo, autorizando a análise, registro e divulgação do resultado. Comprometendo-me em não revelar a identificação dos dados como também à instituição educacional mencionada na pesquisa.

Atenciosamente,

Regina Ferreira Pinto.
Mestranda do PPGCI/UFBA
Bibliotecária da Faculdade de Educação da UFBA
CRB 5/815.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____
autorizo a análise, registro e divulgação do resultado da pesquisa, conforme solicitação
acima.

Salvador, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do respondente

Salvador, 05 de maio de 2011.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome: _____

Curso: _____. Ano de ingresso na UFBA: _____ Semestre _____.

Provável concluinte? Sim () Não (). Idade: _____.

Telefone contato: _____ E-mail: _____

QUESTIONÁRIO

1. No ensino fundamental (1ª a 8ª série) você frequentou escola pública ou particular?

Escola pública () Escola particular (). Por favor, registre o nome da escola:

2. No ensino médio (1º ao 3º ano) você frequentou escola pública ou particular?

Escola pública () Escola particular (). Por favor, registre o nome da escola:

3. Na sua escola do ensino fundamental (1ª a 8ª série) havia biblioteca escolar?

Sim () Não () Não lembro ()

3.1 Existia o bibliotecário responsável pela biblioteca?

Sim () Não () Outro profissional () Não lembro ()

Qual o outro profissional? _____

4. Na sua escola do ensino médio (1º ao 3º ano) havia biblioteca escolar?

Sim () Não () Não lembro ()

4.1 Existia o bibliotecário responsável pela biblioteca?

Sim () Não () Outro profissional () Não lembro ()

Qual o outro profissional? _____

5. Você frequentava a biblioteca da sua escola?

Sim () Não (). Por favor, justifique a sua resposta:

6. Você sentia prazer em frequentar à biblioteca da sua escola?

Sim () Não (). Por favor, justifique a sua resposta?

7. A Biblioteca da sua escola desenvolvia atividades para contribuir na sua formação enquanto aluno e usuário da biblioteca?

Sim () Não ()

7.1. Sendo a resposta da **questão 7** positiva, por favor, assinale, abaixo, as atividades desenvolvidas na biblioteca da sua escola. Caso tenha sido negativa, por favor, apenas leia os itens do **7.1.1; 7.1.2 e 7.1.3**, com atenção, para responder a **questão 10**.

7.1.1 Principais atividades de incentivo à leitura:

- a) Hora do conto (). Atividade para ouvir história
- b) Conte o seu conto (). Atividade em que o aluno conta aos colegas às histórias lidas.
- c) Dramatização das histórias (). Atividade em que o aluno dramatiza as histórias lidas
- d) Leitura livre na biblioteca (). Atividade em que o aluno escolhe o livro que desejava ler no espaço da biblioteca.
- e) Empréstimo de livro de literatura infanto-juvenil para leitura em domicílio (). Leitura prazerosa.
- f) Outras ():

7.1.2 Principais atividades para desenvolver o letramento informacional¹ nos alunos:

- a) Treinamento ao usuário (). Orientação com o objetivo de ensinar ao aluno a utilizar os serviços da biblioteca
- b) Orientação dos profissionais da biblioteca como localizar o assunto no acervo da seção de referência (). Seção onde ficam as enciclopédias, dicionários etc. na biblioteca
- c) Orientação à pesquisa escolar (). Orientação para que o aluno possa seguir os objetivos da pesquisa escolar visando adquirir novos conhecimentos.
- d) Orientação para o uso consciente dos computadores da biblioteca e *sites* pertinentes ao contexto escolar (). (Respeitar os direitos e deveres da comunidade escolar)
- e) Orientação aos alunos de como organizar os trabalhos escolares e fazer a referência das fontes consultadas ()
- f) Orientação para saber utilizar o acervo didático e informativo de maneira crítica, a fim de selecionar o conhecimento atualizado ()
- g) Orientação dos professores na recomendação das fontes pertinentes e atualizadas para pesquisa (revistas, jornais, livros enciclopédias, sites interessantes) ()
- h) Professores utilizavam na sua aula a biblioteca como recurso pedagógico para o processo ensino e aprendizagem (). Biblioteca como espaço de aprendizagem.
- i) Orientação da biblioteca para saber localizar os livros, periódicos e outros suportes nesse ambiente ()
- j) Outras: _____.

7.1.3 Principais atividades para desenvolver o senso ético e cidadão.

- a) Conscientização pelos profissionais da biblioteca e professores para incentivar aos alunos cumprirem o prazo de devolução dos livros emprestados e reposição dos livros perdidos ()
(Preservação do patrimônio intelectual da instituição e desenvolvimento da responsabilidade e compromisso com o bem comum)
- c) Orientação e conscientização dos profissionais da biblioteca e professores para preservar o acervo (evitar riscar, rasgar, arrancar as páginas e recortar figuras do acervo) ()
- d) Motivar a participação dos alunos nos eventos culturais coordenados pela biblioteca da escola ()
(feira de livros, encontro com autores, palestras com educadores e outros profissionais)
- e) Os profissionais da biblioteca orientavam para manter o respeito mútuo e a solidariedade no espaço da biblioteca (). (Não esconder o material, manter a postura do falar em voz baixa, não escrever nas mesas e carteiras, não jogar papel no chão).
- f) A biblioteca da sua escola comemorava as datas cívicas e culturais do calendário escolar ().
(Datas representativas). (Praticando a cidadania).
- g) Outras: _____

¹ **Letramento informacional** é a capacidade do cidadão de entender suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretar informações, utilizando-as de forma crítica e responsável.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 12-13.

8. De acordo com a questão 7, item 7.1.1, se você assinalou a "letra d", por favor, responda em que horário você fazia a leitura livre:

- a) No horário do recreio em que você ia a biblioteca ()
- b) No horário em que você solicitava a professora da sala para ir à biblioteca ()
- c) No horário selecionado pela professora de sala que levava a turma para a biblioteca da escola ()
- d) No horário selecionado pela biblioteca da escola que proporcionava a ida da sua turma para a biblioteca ()
- e) Não lembro qual o horário ().

9. Você considera que no seu período escolar, à frequência a biblioteca da escola, contribuiu para sua autonomia² na biblioteca universitária?

Sim () Não ().

Comentário: _____

10. Hoje, você estudando na universidade, identifica e percebe que as atividades descritas nos itens: 7.1.1; 7.1.2; 7.1.3 sendo desenvolvidas na biblioteca escolar, desde o ensino fundamental até o 3º ano, contribuem para a autonomia do aluno na biblioteca universitária?

Sim () Não ().

Por quê? _____

11. Você estagia/estagiou ou trabalha/trabalhou como professora em alguma instituição escolar?

Sim () Não ().

12. Sendo positiva a resposta da questão 11, por favor, responda:

12.1 Na sua prática pedagógica você desenvolve ações para o incentivo dos alunos a frequentar bibliotecas?

Sim () Não ().

12.2 Sendo a resposta do item 12.1 **positiva**, responda quais são as ações desenvolvidas?

² Faculdade de se governar por si mesmo. Liberdade ou independência moral ou intelectual. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Autonomia. In: _____. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 203.

12.3 Existe uma relação de parceria entre você, professores e biblioteca da escola para motivar os alunos a utilizarem esse espaço?

Sim () Não ().

13. As disciplinas do curso de pedagogia contribuem para a percepção da biblioteca escolar como recurso pedagógico no processo ensino e aprendizagem e formação integral do aluno?

Sim () Não ().

13.1 Quais as disciplinas? _____ .

Agradeço a sua participação!

ANEXO A – Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012.



Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa

Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias

Impresso em 28/09/2012 16h49 Sistema de Tramitação de Matérias - PLC 00028 / 2012 1

Identificação da Matéria

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2012

Autor: DEPUTADO - Sandes Júnior

Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

Explicação da ementa: Acresce os arts. 27-A e 27-B à Lei nº 9.394/96 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para dispor, no art. 27-A, que são responsabilidades dos sistemas de ensino a criação e a manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de educação básica de sua jurisdição; e para prever, no art. 27-B, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio dos respectivos sistemas de ensino, manterão, obrigatoriamente, bibliotecários, para atender as bibliotecas escolares das instituições públicas; os sistemas de ensino terão o prazo de 5 (cinco) anos para adaptar-se à Lei, a contar da data de publicação.

Assunto: Social - Educação

Data de apresentação: 24/04/2012

Situação atual: Local: 29/08/2012 - Comissão de Educação

Situação: 29/08/2012 - MATÉRIA COM A RELATORIA

Outros números: Origem no Legislativo: CD PL. 03044 / 2008

Indexação da matéria: Indexação: RESPONSABILIDADE, ESCOLA PÚBLICA, ESCOLA PARTICULAR, EDUCAÇÃO BÁSICA, EDUCAÇÃO SUPERIOR, MANUTENÇÃO, BIBLIOTECA, COLEÇÃO, LIVRO, VÍDEOCASSETE, DOCUMENTO, ESTUDO, ACERVO BIBLIOGRÁFICO, SISTEMA DE ENSINO, RESPONSÁVEL, SUPERVISÃO, BIBLIOTECÁRIO, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA CULTURA, ORIENTAÇÃO, OBRA LITERÁRIA, UNIVERSALIDADE, LEITURA.

Sumário da Tramitação

Em tramitação**Despacho: Nº 1.Despacho inicial**

(SF) CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte *(Em decisão terminativa)*

Relatoria: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Relatores: Cássio Cunha Lima **(atual)**

Prazos: 26/04/2012 - 03/05/2012 - Recebimento de emendas perante as Comissões (CE) *(Art. 122, II, "c", do RISF)*

TRAMITAÇÕES (ordem ascendente)**24/04/2012** PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 11 (onze) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).

À SSCLSF.

24/04/2012 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura.

Juntada, à fl. 12, legislação citada.

24/04/2012 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do presente projeto, encaminhado pela Câmara dos

Deputados.

À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos. (Art. 91, § 1º, IV c/c art. 122, II, c, RISF)

Publicação em 25/04/2012 no DSF Página(s): 14313 (Ver Diário)

Publicação em 25/04/2012 no DSF Página(s): 14304 - 14307 (Ver Diário)

Senado Federal**Secretaria-Geral da Mesa****Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias**

Impresso em 28/09/2012 16h49 Sistema de Tramitação de Matérias - PLC 00028 / 2012 2

24/04/2012 CE - Comissão de Educação

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido nesta Comissão em 24/04/12.

Aguardando recebimento de emendas.

03/05/2012 CE - Comissão de Educação

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Aguardando distribuição.

04/05/2012 CE - Comissão de Educação

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Cassio Cunha Lima, para relatar.

07/08/2012 CE - Comissão de Educação

Ação: Devolvido a esta Comissão, atendendo à solicitação desta Secretaria.

07/08/2012 CE - Comissão de Educação

Ação: Anexado às fls. 14 e 15, expediente de autoria do Fórum das Entidades da Biblioteconomia e Ciência da

Informação no Brasil, com manifestações a respeito do presente projeto.

07/08/2012 CE - Comissão de Educação

Ação: Retorna ao gabinete do relator, Senador Cássio Cunha Lima.

22/08/2012 CE - Comissão de Educação

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Cássio Cunha Lima, com relatório concluindo pela aprovação do projeto, com

a emenda oferecida, estando em condições de ser incluído em pauta.

29/08/2012 CE - Comissão de Educação

Ação: Devolvido pelo gabinete do Senador Cássio Cunha Lima, atendendo à solicitação desta Comissão.

29/08/2012 CE - Comissão de Educação

Ação: Anexada às fls. 16 a 17, Ofício 15ª CFB nº 176/12, recebido nesta Comissão em 11 de julho de 2012, encaminhado pela Presidente do Conselho Nacional de Biblioteconomia, Nêmora Arlindo Rodrigues, com

considerações ao presente projeto.

Anexado à fl. 17, Ofício 15ª CFB nº 194/12, recebido nesta Comissão em 06 de agosto de 2012, encaminhado pela

Presidente do Conselho Nacional de Biblioteconomia, com considerações ao presente projeto.

29/08/2012 CE - Comissão de Educação

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Retorna ao gabinete do relator, Senador Cássio Cunha Lima.